



**FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DE APUCARANA**

DOMINGOS DIRCEU FRANCO

**UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-ECONÔMICA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A
CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO**

Apucarana

2005

DOMINGOS DIRCEU FRANCO

**UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-ECONÔMICA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A
CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Tânia Terezinha Rissa de Souza

Apucarana

2005

DOMINGOS DIRCEU FRANCO

**UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-ECONÔMICA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A
CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA

Prof. Tânia Terezinha Rissa de Souza
Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana

Prof. Ms. Noelia Felipe
Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana

Prof. Ruy Barbosa
Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana

Apucarana, 29 de Novembro de 2005

A Deus, a meu pai Nelson C. Franco, à minha mãe Maria da Luz C. Franco (que repousa no Paraíso celeste), a todos da minha família com um amor especial, à Zene, Zenita, Florinda, Ana Maria Szezerbaty, Ronaldo Marques, Margarida Nobre e a todos os (as) grandes Amigos (as) que são incontáveis...

AGRADECIMENTOS

A minha família, que sempre me apoiaram e incentivaram a galgar novos horizontes e nunca parar no meio do caminho.

A Prof. e orientadora Tânia Terezinha Rissa de Souza, que soube compreender e valorizar a importância deste trabalho e não mediu esforços à sua realização.

A todos os professores que durante o período do curso, contribuíram para a formação acadêmica e empenharam seus esforços para a formação de futuros profissionais.

Aos colegas de curso, onde juntos enfrentamos dificuldades e mostramos que fomos capazes de vencer e chegar ao objetivo traçado.

A Rodolfo e Henrique Leibholz, da empresa Femaq e Márcia Baraúna, do Centro de Estudos da Economia de Comunhão - profissionais que contribuíram enormemente a obtenção de informações valiosas à realização da pesquisa de campo.

Aos empresários Armando e Roseli Tortelli, Márcio e Sandra Iwankiw e aos pesquisadores Glaison J. Citadin e Cláudia Herrero Martins e a todos os atores que de certo modo integram a Economia de Comunhão.

A Chiara Lubich, a qual teve a inspiração de lançar um projeto desafiador como a Economia de Comunhão e pela sua contribuição neste e em outros campos, em que a valorização do ser humano passa a ser considerado.

Aos membros do Movimento dos Focolares, de modo especial a Lucas Gon, Luís Ângelo, Luís Fernando, Rodrigo, Lucas Petri, Vinícius, Luís Carlos Z. Lopes, Luís Modesto, Ronaldo Borges, Geison e os gen, Letícia e as gen, Múcio e focolarinos, Joana e focolarinas, Brasa e voluntários, João e as famílias e a todos (as) os Amigos e Amigas do Movimento dos Focolares, que sempre me deram um grande estímulo neste e em outros projetos.

"O problema não é o problema - o problema é a atitude com relação ao problema"

Kelly Young

FRANCO, Domingos Dirceu. Uma abordagem histórico-econômica do desenvolvimento sustentável e a contribuição da Economia de Comunhão. 2005. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

RESUMO

Diante do cenário atual, onde o mundo contemporâneo tem sido palco de inúmeras verificações acerca do aumento da poluição ambiental, da escassez dos recursos naturais, bem como, do aumento da pobreza, dentre outros, o desenvolvimento sustentável é apontado como uma possível resposta a essas exigências pertinentes. Essa discussão veio em relevo partir das principais conferências no âmbito da Organização das Nações Unidas realizadas sobre o assunto. A necessidade de ampliar a abrangência do tema ao incluir aos aspectos ambientais já existentes, a busca pela erradicação da pobreza, a mudança nos padrões de consumo e produção, tornou-se necessária para se alcançar os objetivos propostos. Inúmeras tem sido as dificuldades em implementar seus objetivos, e os resultados alcançados ainda são pífios, diante da gama de questões complexas envolvidas. Uma mudança de mentalidade e uma nova cultura que seja capaz de incorporar e aplicar seus pressupostos, são apontados como essenciais na busca da sua eficácia. Os elementos básicos à nova cultura requerida pelo desenvolvimento sustentável, pode ser identificado no projeto Economia de Comunhão, que tem oferecido grandes contribuições, ainda que incipientes, diante da complexidade do problema, para que o desenvolvimento sustentável seja mais tangível. Dada a dificuldade de implementação do desenvolvimento sustentável pela sociedade e ao colher os resultados do projeto Economia de Comunhão, de modo particular, ao estudo de caso efetuado na empresa Femaq, através de suas premissas subjacentes, verifica-se que este projeto, sem a pretensão de ser uma panacéia, constitui uma possível resposta à problemática inerente.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável - meio ambiente – pobreza - economia de comunhão - cultura da partilha.

FRANCO, Domingos Dirceu. A historical and economical abordage of the defensible development and the contribution of the economy of communion. 2005. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

ABSTRACT

Before the present scenery, where the contemporary world has been place of a number of verifications about the raising of ambiental polution, the shortage of natural resources, as well as the increasing poverty, among others, the defensible development is pointed as a possible answer to these pertinent demands. This discussion was brought up after the main conferences carried out by the Unites Nations about the issue. The necessity of enlarging the reach of the topic in including to the ambiental aspects already existents, the quest for the eradication of poverty, the change of the patterns of consume and production, became necessary to reach the goals previously determined. Many have been the difficulties to implant its goals, and the results achieved are still vile, before the range of complex questions involved. A change of mentality and a new culture which is capable of incorporate and carry on its presuppositions, are pointed out as essential aspects to accomplish its efficiency. The fundamental elements required to this new culture by the defensible development, are identified in the project Economy of Communion, which has offered great contributions, still incipients, before the complexity of the problem, so that the defensible development become more tangible. In front of the difficulty in implementing the defensible development by the society and in analyzing the results of the Economy of Communion, in a particular way, the case study made at the Femaq Company, through its subjacent premises, it is notable that this project, without the pretension of being a panacea, consists in a possible answer to the inherent problem.

Key Words: defensible development - environment - poverty - Economy of Communion - Culture of sharring

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD = Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – “Banco Mundial”

CDS = Comissão de Desenvolvimento Sustentável

CETESB = Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CMMAD = Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD = Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

EdC = Economia de Comunhão

ECOSOC = Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

PIB = Produto Interno Bruto

PND = Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD = Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA = Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

OMS = Organização Mundial de Saúde

ONU = Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	16
1.1 OS ALARMES DO CLUBE DE ROMA	20
1.2 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS DA ONU	21
1.2.1 Conferência de Estocolmo.....	22
1.2.2 Comissão Brundtland e suas Contribuições	27
1.2.3 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	32
1.2.3.1 Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento	36
1.2.3.2 Convenção sobre Mudanças Climáticas e o Tratado de Kioto.....	37
1.3 CRIAÇÃO DA AGENDA 21: SUAS IMPLICAÇÕES, ESTRATÉGIAS E DESAFIOS	40
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE UMA CONCEPÇÃO AMBIENTALISTA RESTRITIVA A UMA NOVA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL.....	43
2.1 ASPECTOS POSTULADOS PELA ONU PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	46
2.2 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	47
2.3 MUDANÇA NOS PADRÕES DE CONSUMO	51
2.4 MUDANÇA NOS PADRÕES DE PRODUÇÃO.....	55
2.4.1 Ecoeficiência	57
3 EXIGÊNCIA DE UMA NOVA MENTALIDADE PARA SE ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE: ENTRAVES E CONTRIBUIÇÕES	59
3.1 O PAPEL DA ECOLOGIA PROFUNDA	60
3.2 A ANÁLISE TEÓRICA A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA EMPÍRICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE IGNACY SACHS E CELSO FURTADO.....	62
3.3 REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO ASPECTO AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICO.....	67
3.4 OS DESAFIOS À APLICAÇÃO DE UMA NOVA MENTALIDADE VOLTADA AOS PRESSUPOSTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	70
3.4.1 Crescimento Econômico versus Exploração dos Recursos Naturais.....	73

3.5 UM MODELO A SER GERIDO POR UMA NOVA CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL E COLETIVA 75

4 A ECONOMIA DE COMUNHÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	77
4.1 HISTÓRIA E PRINCÍPIOS ESSENCIAIS.....	77
4.2 DA “CULTURA DO TER” À “CULTURA DA PARTILHA”	82
4.3 ECONOMIA DE COMUNHÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SEMELHANÇAS E PECULIARIDADES.....	84
4.4 PERFIL DAS EMPRESAS DA EdC: VERIFICAÇÃO DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA E SOCIAL	88
4.4.1 Evolução das Empresas da EdC	88
4.4.2 Abrangência Social do Projeto EdC: Uma Análise Qualitativa dos Resultados	90
4.5 UTOPIA OU REALIDADE? A ÉTICA NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS	95
4.5.1 Bens Relacionais como Reflexo da Eficácia da EdC	96
4.6 ESTUDO DE CASO: FEMAQ – FUNDIÇÃO ENGENHARIA E MÁQUINAS S.A.	98
4.6.1 Características.....	98
4.6.2 Observações.....	98
4.6.3 A FEMAQ e o Meio Ambiente	99
4.6.4 Aspecto da Eficiência Econômica e a Questão Social	101
4.6.5 Reconhecimento ao Trabalho Prestado	106
4.7 COMPARAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DA EdC E DO ESTUDO DE CASO REALIZADO, COM OS POSTULADOS DA ONU PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE	119
APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO.....	120

INTRODUÇÃO

O cenário atual enfrentado pelo mundo contemporâneo, tem apresentado à humanidade, uma amostra tangível dos inúmeros problemas econômicos, sociais e ambientais. Entre outros, merecem destaque: o desrespeito às questões ambientais e o elevado grau de poluição do planeta; à persistência da pobreza e da concentração de renda, não obstante se verifique um progresso econômico; a consolidação sempre mais tangível de uma cultura consumista que não leva em consideração os recursos naturais escassos, e a assimetria econômica existente entre os países, que tem sido alvo de inúmeras preocupações. Nessa perspectiva, encontrar soluções que contemplem essa problemática, caracteriza-se como um dos grandes desafios da humanidade atual.

Frente a este cenário, o desenvolvimento sustentável tem sido apontado por especialistas da área ambiental e socioeconômica, como uma possível resposta às preocupações atuais relacionadas à degradação ambiental e à problemática social.

O objetivo do trabalho portanto, terá como foco, abordar a problemática do desenvolvimento sustentável, com suas conquistas e desafios, analisando alguns fatores que tem dificultado sua concretização, e num estudo de caso, verificar de que forma o projeto Economia de Comunhão, composto atualmente por mais de 700 empresas, o qual teve origem no Brasil em 1991 e depois estendido aos cinco continentes, tem contribuído aos objetivos da sustentabilidade socioambiental. Este projeto caracteriza-se pelo seu novo modo de agir econômico e por sua nova mentalidade, inerente aos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Dada a complexidade dos assuntos abordados, os resultados que se pretendem chegar, não visam esgotar a discussão do tema em todas as suas nuances.

No primeiro capítulo, se abordará o despertar da consciência ambiental, bem como as primeiras conferências e documentos no qual o tema da sustentabilidade

ambiental passou a ser considerado. Merecem destaque, neste sentido, as contribuições do Clube de Roma e os resultados da Conferência de Estocolmo, ocorridas na década de 1970. Outros dois grandes eventos que se discutirá neste capítulo, são os trabalhos da Comissão Brundtland e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ambos procuraram enfatizar as discussões sobre desenvolvimento sustentável, de uma maneira não restrita à questão ambiental, mas buscaram inserir ao tema da sustentabilidade, o aspecto social e econômico. Ao fazer esta abordagem inicial, se utilizará como referência, Camargo (2003), Cavalcanti (2001) e Barbieri (2003), entre outros, que procuram tecer uma análise acerca da problemática socioambiental, bem como as contribuições e desafios destas conferências.

No capítulo seguinte, se tratará da nova compreensão do desenvolvimento sustentável, surgido de modo particular após a década de 1990, evidenciando em que consiste esta temática, que envolve os âmbitos econômico, ambiental e social. Se considerará nesta análise, os aspectos postulados pelas Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, que consistem em três objetivos amplos: a busca pela erradicação da pobreza; a mudança nos padrões de consumo e produção. Serão mostrados como estes pontos podem ser uma resposta concreta à tentativa de diminuição dos impactos socioambientais e suas conseqüências.

No terceiro capítulo serão aprofundados os pressupostos de autores como Camargo (2003), Sachs (2004), Braun (2001), entre outros, que visam contribuir a uma maior compreensão dos objetivos das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, onde visualizam a necessidade de uma nova consciência voltada a pensar coletivamente, como o ponto principal para se alcançar a sustentabilidade em todos os seus aspectos. Se levantará também, alguns pontos que se apresentam como entraves a implementação do mesmo, dentre estes, o papel da globalização e suas externalidades no aspecto ambiental e socioeconômico.

Para uma referência tangível de desenvolvimento sustentável, com seu

novo conceito mais abrangente e sem a pretensão de esgotar o assunto, será apresentado no quarto capítulo, a experiência do Projeto Economia de Comunhão. O objetivo ao fazer um estudo sobre este projeto, visa levantar hipóteses acerca de sua atuação dentro dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, bem como procurar demonstrar através dos resultados da pesquisa, que a Economia de Comunhão, que apresenta um novo modo de agir econômico, onde procura destinar um terço parte de seus lucros para os pobres, e é norteada sob uma nova cultura, a “Cultura da Partilha”, e que procura se pautar nos valores baseados na coletividade e no respeito ao meio ambiente, contém em si, os elementos essenciais requeridos pela Organização das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável.

Inicialmente, se fará uma abordagem teórica acerca dos princípios e objetivos essenciais que a norteiam, bem como, a apresentação de dados sobre as empresas inseridas no projeto. Para dar maior validade à base teórica, se fará uma pesquisa de campo na FEMAQ, uma empresa que trabalha no ramo de fundição, localizada na cidade de Piracicaba-SP e que participa da Economia de Comunhão desde o seu lançamento. A pesquisa procura evidenciar a contribuição da FEMAQ através de sua atuação enquanto empresa, na busca de um modo de produção que seja sustentável no âmbito econômico, ambiental e social. Autores como Barbieri (2003), Camargo (2003), Burckart (2002), e a Agenda 21, entre outros, oferecem um marco teórico, acerca da experiência prática que a FEMAQ e a Economia de Comunhão como um todo realiza.

Por fim, se tomará a experiência que a Economia de Comunhão tem realizado, sobretudo no que tange à nova cultura que lhe é característica, de modo comparativo com os pressupostos da Organização das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável.

No que concerne à metodologia adotada, o referido trabalho terá como enfoque a pesquisa científica e a pesquisa de campo. Segundo Nunes (2003), os dois modos

tendem a se entrelaçar no decorrer do trabalho.

O estudo de caso acerca do Projeto Economia de Comunhão, se utilizará da pesquisa científica, tendo por base contudo, a pesquisa qualitativa, por melhor corresponder à sua realidade intrínseca. No entender de Minayo (2004), a pesquisa qualitativa oferece respostas a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade não quantificável e trabalha sobretudo com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço de maior profundidade dentro das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à mensuração de variáveis.

Segundo Bauer e Gasrrel (2002), a compreensão mais aprofundada oferecida pela entrevista qualitativa pode fornecer informação contextual valiosa para ajudar explicar descobertas específicas. A real finalidade da pesquisa qualitativa, segundo o autor, não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, bem como as diferentes representações sobre o assunto em questão.

Minayo ainda salienta, que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado, segundo o autor, não perceptível e tão pouco captável em equações, médias e estatísticas.

Optou-se por trabalhar com o método de entrevistas semi-estruturadas, que consistem, conforme Cruz Neto (2002), na junção dos métodos de entrevistas estruturada e não-estruturada ou aberta. Caracteriza-se pela adoção de uma lista de perguntas,¹ com base nos assuntos a serem explorados do entrevistado, onde ocorre uma maior flexibilidade nas perguntas e possibilita ao entrevistado responder de um modo mais abrangente e mais focado no tema ou assuntos que se pretende pesquisar.

¹ O questionário utilizado na pesquisa de campo, consta no apêndice do presente trabalho.

A coleta de dados em campo, se fará dentro de uma perspectiva apontada por Cruz Neto (2002), onde salienta-se a importância da relação entre a fundamentação teórica do objeto a ser estudado e o campo que se pretende explorar. A base teórica é fundamental, no entender do autor, para que se possa analisar os dados a partir de um quadro de referências, possibilitando com isto, ir além do que simplesmente está sendo mostrado.

No que tange à interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo, se procurará estruturá-los dentro de uma perspectiva apontada por Minayo (2004), onde enfatiza-se que o tratamento do material conduz à teorização sobre os dados, gerando como consequência o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aponta de peculiar como contribuição.

A análise mais acurada em apenas uma das empresas da Economia de Comunhão, no caso a Femaq, permite contudo, colher a dimensão do projeto como um todo, sendo esta, uma amostra fiel daquilo que a Economia de Comunhão representa. Este método baseia-se sobretudo, em Bauer e Gasrrel (2002), onde afirmam que, uma amostra pode representar a população, se a distribuição de algum critério é semelhante tanto na população quanto na amostra. Como os princípios que norteiam as empresas da Economia de Comunhão são os mesmos, a adoção deste critério torna-se possível.

CAPÍTULO 1

1 DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao analisar o progresso do sistema econômico, desde os tempos longínquos aos modernos sistemas tecnológicos hoje existentes, verifica-se que a natureza sempre exerceu o papel primordial de suprir as necessidades do homem, através de sua exploração, sem que o homem houvesse colocado muitas vezes, como prioridade a sua preservação.

Outro fator que merece destaque nos dias atuais, relaciona-se à poluição ambiental sempre crescente e com prejuízos à humanidade cada vez mais evidentes. Para Camargo (2003), a crise ambiental que hoje enfrentamos no mundo globalizado, é uma realidade complexa e constitui apenas uma das facetas das crises da sociedade humana.

A noção de crescimento econômico que é voltado ao aspecto quantitativo do produto, não consegue responder às exigências atuais, mas evidencia a necessidade de um desenvolvimento econômico, com sua característica qualitativa,² para ser uma resposta às crescentes situações conflitantes que a economia enfrenta hoje.

A partir da evolução do sistema econômico e dos aspectos colocados em detrimento para atingir seus objetivos, verifica-se que muitos dos problemas que antes eram locais, como o desflorestamento em larga escala ou a eliminação de rejeitos tóxicos, hoje se apresentam como problemas globais. Basta pensar na destruição da camada de ozônio, na alteração do clima e na extinção de espécies vegetais e animais, que tem aumentado consideravelmente (RAMPAZZO, 2001). Nesse sentido, o autor aponta que:

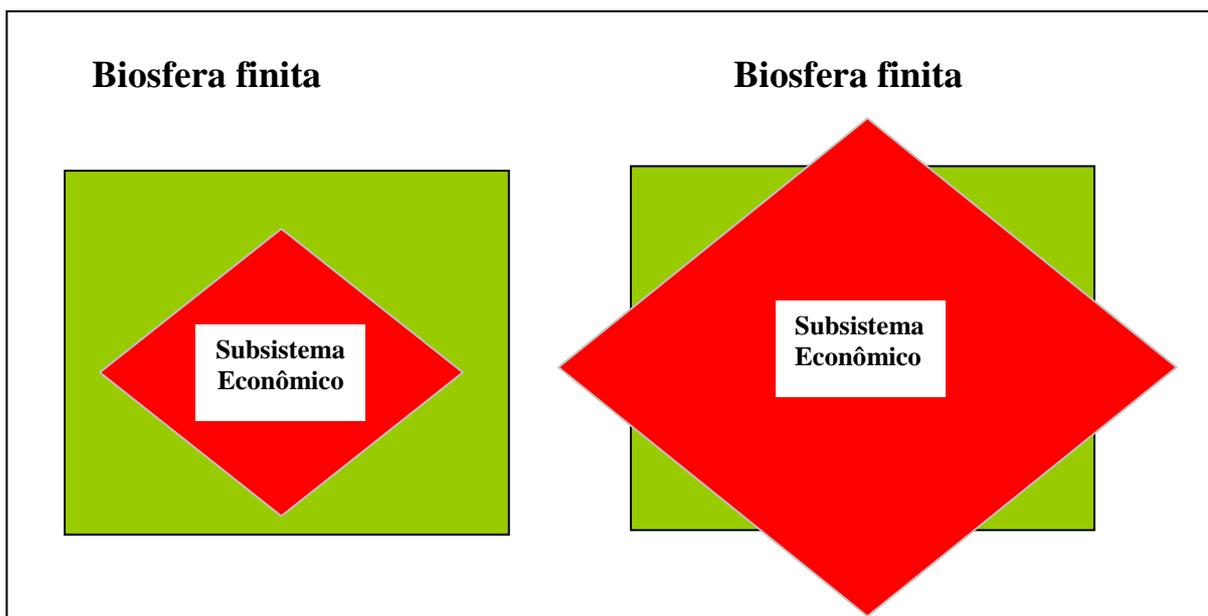
² No capítulo 3, este assunto será retomado e melhor explicitado.

Infelizmente, observa-se que cada país luta pela sobrevivência e prosperidade sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais. Diante disso, esquecem de considerar que, apesar de existir vários mundos, há uma só Terra e todos dependem da biosfera para a conservação da vida.[...] a deterioração ambiental não é um problema, mas sim um processo que, diferenciado em suas formas, afeta todos os países em desenvolvimento. Além disso, ela não é uma consequência inevitável do progresso humano, mas uma característica do tipo de desenvolvimento econômico predominante que traz consigo a insustentabilidade em termos ecológicos, a desigualdade e a injustiça social (*Ibid.*, 2001, p. 168).

O conjunto de valores que direcionam o modo de encarar o desenvolvimento econômico e a forma que as pessoas se relacionam com a natureza, acabou encontrando um ponto intransponível: os limites da biosfera. Assumiu-se atualmente uma posição de crescimento sem limites, em comparação à biosfera que é limitada (MÉRICO, 1996, *apud* Camargo, 2003).

A figura abaixo tenta demonstrar essa relação, onde verifica-se que a busca do crescimento econômico ilimitado e a qualquer custo, tem extrapolado os limites da natureza, tornando escassa sua base de recursos.

Quadro 1 - A biosfera finita e o subsistema econômico



Fonte: Adaptada de Mérico (1996, *apud* CAMARGO, 2003)

O crescimento econômico que não considera os custos gerados pelas externalidades ambientais,³ tem sido um das razões principais que tem contribuído para o quadro apresentado acima, onde os limites da biosfera começam a ser ultrapassados e da mesma forma, dada a escassez de recursos naturais, o próprio crescimento econômico acaba encontrando suas restrições.

Aliado à questão ambiental, caracterizado com uma das exigências do desenvolvimento, um aspecto a ser considerado são as mudanças de concepção do significado de desenvolvimento econômico ao longo da história. Uma abordagem acerca destas transformações e exigências são feitas por Souza (1999), que tenta aproximar e explicitar os pontos marcantes de cada época. Enquanto que no período feudal, por exemplo, a noção de desenvolvimento estava voltada à subsistência e à segurança, nos períodos seguintes, essa noção modificou-se em decorrência das exigências pertinentes. Para Souza (1999), após a Grande Depressão dos anos trinta, onde tornou-se mais premente a intervenção do Estado na Economia, a noção de desenvolvimento que passou a ser considerada, foi o desenvolvimento atrelado à questão da distribuição mais equânime.

Segundo Franco (2005), diante desse contexto, em que o desenvolvimento econômico eqüitativo é apontado como urgente, surge a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, que contemple a possibilidade de expansão do crescimento econômico *versus* preservação dos recursos naturais limitados. Surge com isso, a noção de desenvolvimento sustentável, que tenta ser uma resposta a toda essa problemática e não invalida os objetivos e exigências do desenvolvimento econômico, mas o enriquece, visto que também a sustentabilidade é voltada ao aspecto qualitativo.

³ Conhecida também como “deseconomias externas”, as externalidades referem-se a um dano que uma indústria por exemplo, pode causar ao meio ambiente ou a outros agentes envolvidos, sem que os mesmos sejam ressarcidos ou notificados do acontecimento. Isso verifica-se por exemplo, quando “industriam contaminam com chumbo as pastagens e águas adjacentes” (SANDRONI, 2003, p. 193).

Dentre as definições que se tem de desenvolvimento sustentável, a mais usual é a que está presente no relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão de Brundtland⁴. Diz a definição: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, *apud* CAMARGO, 2003, p. 71).

Trata-se de um conceito que tem evoluído desde o surgimento das discussões sobre o tema da sustentabilidade, mas que se encontra ainda em elaboração, pelo fato de que novas compreensões ao tema são incorporados, à medida em que outras exigências se fazem presentes.⁵

O tema do desenvolvimento sustentável é recente. Teve suas primeiras abordagens a partir de 1970, época em que a degradação ambiental começou a ser melhor percebida a nível mundial e contextualizada dentro do âmbito do crescimento econômico desenfreado.

Rampazzo (2001) aponta que os problemas ambientais que hoje são abordados, não são novos, o que é recente é a compreensão de sua complexidade. Enquanto que as preocupações anteriores voltavam-se aos efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente, hoje o foco baseia-se no desgaste ambiental como um fator que pode impedir ou retroceder o processo de desenvolvimento econômico.

Foi a partir da segunda metade do século XX, que tais problemas foram melhor identificados e ganharam maior atenção, onde evidenciava-se em nível global a degradação ambiental e suas alarmantes conseqüências. O início destas discussões acerca do

⁴ No tópico 1.2.2 do presente capítulo, este assunto será retomado.

⁵ Ver Camargo (2003, p. 69-76) e Sachs (2004, p.15). Estas novas abordagens referem-se sobretudo a inserção de aspectos não exclusivamente ambientais, mas também políticos, territoriais, culturais, etc. ao debate sobre a sustentabilidade. Nos capítulos 2 e 3, essa discussão será melhor aprofundada.

desenvolvimento sustentável serão tratados a seguir.

1.1 Os Alarmes do Clube de Roma⁶

Um dos primeiros estudos elaborados sobre a questão ambiental foram divulgados pelo Clube de Roma em 1972, através dos estudos de Meadows, em seu relatório denominado “*The limits to growth*” (Os limites do crescimento). Esse relatório continha em grande parte, as idéias defendidas pelos malthusianos,⁷ que propunham um crescimento zero.

As conclusões deste relatório, segundo Barbieri (2003), eram pessimistas quanto ao futuro da humanidade, onde salientava, que se as tendências de aumento da população mundial, industrialização, e consumo de recursos se mantivessem imutáveis, o crescimento alcançaria um limite dentro de um período não longínquo. Para o relatório “Os limites do crescimento”:

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial. (MEADOWS, 1972, p. 20, *apud* BRUSEKE, 2001, p. 30).

Para Bruseke (2001), o relatório: “os limites do crescimento”, propunha como alternativa de estabilidade econômica e ecológica, o congelamento do crescimento populacional global e da industrialização. O documento apresenta também, um diagnóstico dos recursos terrestres e concluíra que a expansão da indústria mundial levaria a exaustão dos recursos naturais.

⁶ O Clube de Roma foi criado no ano de 1968, na Academia dei Lincei, em Roma. Ele era composto por um grupo de 30 pessoas de dez países, entre estes, faziam parte, economistas, humanistas, industriais, cientistas, etc., que sob a liderança do economista e industrial italiano Arillio Peccei, procuravam debater a crise e o futuro da humanidade (Camargo, 2003).

⁷ Estas idéias serão abordadas mais adiante.

A humanidade, que na época já experimentava os efeitos da poluição e descaso com o meio ambiente, sempre mais evidentes, buscava um modelo de crescimento que combinasse progresso econômico com preservação ambiental, de tal forma que o preço a ser pago não fosse a estagnação, tido pelo Clube de Roma como única alternativa viável.

O relatório “Os limites do crescimento”, pelo seu caráter realista, porém extremado, tratava o desenvolvimento econômico como uma utopia, pelo fato de os países em desenvolvimento almejarem um crescimento similar aos países desenvolvidos, que acabaria esbarrando em um ponto fundamental: recursos escassos versus crescimento desejável, pondo em risco as futuras gerações quanto a possibilidade de sobrevivência.⁸

Não obstante as previsões pessimistas e com rejeição por muitos países, o Clube de Roma, segundo Camargo (2003), ofereceu uma grande contribuição na década de 1970 ao debate sobre meio ambiente e desenvolvimento. Suas conclusões causaram um grande impacto e impulsionaram a uma maior consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais, até então pouco considerados, e serviram de alerta à humanidade, pelo fato de apontar que o modelo de crescimento econômico vigente precisaria tomar um novo rumo.

1.2 Contribuições e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise das Principais Conferências da ONU

Após os trabalhos do Clube de Roma, foram realizadas várias Conferências no âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas) visando contribuir aos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento.

⁸ Celso Furtado, que se analisará no capítulo 3, através de sua Obra “O mito do desenvolvimento”, escrito em 1974, época em que o Brasil ainda experimentava o milagre econômico, apresenta de modo distinto, uma visão moderna sobre a utopia do desenvolvimento, com inferência sobretudo à questão ambiental, que o Clube de Roma priorizava, porém, de modo alarmante e com poucas possibilidades de inversão do atual quadro.

A ONU, criada em 1945 com o objetivo de ser um organismo moderador frente às situações de contrastes sociais existente entre os países, incorporou a partir de 1970 dentro de seus objetivos, a luta pela preservação ambiental, impulsionada pelo atual quadro da época, onde os problemas quanto à poluição e a saúde do planeta tornaram-se mais tangíveis. As conclusões do Clube de Roma e as crescentes dificuldades de se encontrar um modelo conciliador de desenvolvimento e meio ambiente, foi um dos motivos que levaram a ONU a intervir nessa situação, através de suas várias conferências.

Considerada como um dos principais organismos a nível internacional, que fomentam à conscientização dos problemas ambientais, a ONU tem oferecido grandes contribuições nesse campo.⁹ Vale ressaltar, que, dentro das prioridades de atuação da ONU, a questão ambiental, antes mesmo do final do século XX, já assumia a quarta posição no universo de suas preocupações, como paz, direitos humanos e desenvolvimento equitativo (CAMARGO, 2003).

No decorrer do trabalho, se abordará as novas compreensões que o desenvolvimento sustentável contempla, que se mostram condizentes com as preocupações da ONU para com a humanidade. As discussões de suas principais conferências, bem como seus resultados e desafios enfrentados, serão abordados a seguir:

1.2.1 Conferência de Estocolmo

A Conferência de Estocolmo, também conhecida como Conferência das

⁹ Os vários eventos ocorridos antes da fundação da ONU em 1945, como a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934 e o surgimento de movimentos ecológicos ao longo do século XX, deram pertinência à necessidade de uma consciência ambiental. Apesar de importantes e com resultados satisfatórios, estes eventos não se constituíram um marco de atuação sólida. Uma preocupação em âmbito internacional, começou a surgir alguns anos após a criação da ONU e com seu ponto culminante a partir da década de 1970. Para uma verificação acerca destes eventos, ver Camargo (2003, p. 43-46).

Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972 na Suécia, com a participação de 113 países, foi o marco inicial a nível mais amplo, e oficializou o surgimento de uma maior preocupação em torno da problemática ambiental (CAMARGO, 2003).

Antes da realização da Conferência de Estocolmo, muitos fenômenos ocorridos com a natureza vieram reforçar a necessidade de um debate que incutisse um maior compromisso. A poluição dos rios, a chuva ácida causada pela emissão de gases em diversos países, a camada de ozônio e o efeito estufa, não poderiam agora ser vistos como problemas restritos a limites territoriais ou a uma mera percepção da existência do problema.

Um ponto culminante, porém, que contribuiu para que a Conferência de Estocolmo se realizasse, foi o desastre ecológico de Minata, no Japão,¹⁰ dado que em 1969, o Governo da Suécia já havia proposto à ONU, a realização de uma Conferência Internacional, para abordar e buscar soluções aos vários problemas ambientais já existentes (BARBIERI, 2003).

A Conferência de Estocolmo, tinha como ponto principal, abordar a necessidade de uma preservação ambiental em sentido amplo, para demonstrar que era possível continuar a crescer, desde que atentos às limitações do meio ambiente. Outro foco desta Conferência, foi discutir o assunto do meio ambiente e suas formas de preservação, dado as conclusões do Clube de Roma, que apesar de pessimistas, enalteciam a gravidade dos problemas ambientais e a urgência de uma nova abordagem.

Uma das grandes contribuições da Conferência de Estocolmo, além de sua eficácia em firmar os objetivos frente aos problemas ligados ao meio ambiente e desenvolvimento, já identificados mesmo antes de seu acontecimento, segundo Barbieri

¹⁰ Neste desastre ecológico, o mercúrio lançado ao mar por empresas locais, causou a morte de milhares de pessoas.

(2003), foi de rejeitar as teses extremadas dos Malthusianos¹¹ e Cornucopianos.¹² As teses dos Malthusianos foram amplamente popularizadas pelo Clube de Roma, que apontavam conclusões pessimistas quanto ao futuro da humanidade. Os Cornucopianos, por sua vez, defendiam a superação dos problemas de escassez, através do avanço tecnológico.

Analisando o início da década de 1970, onde muitos países ainda experimentavam um período de crescimento econômico elevado e o avanço do progresso tecnológico, as afirmações antagônicas dos Malthusianos e Cornucopianos, apesar de suas preocupações em mostrar o quadro atual, de certa forma exagerada, não continham em si uma proposta de mudança, que visasse reverter a situação. Não se encontrava um meio termo nestas conclusões.

Essas afirmações, apesar de pessimistas por parte dos Malthusianos e otimistas ao extremo, por parte dos Cornucopianos, continham uma base muito incipiente de respostas, frente às exigências atuais, tanto da necessidade de se atentar para a preservação ambiental, quanto para a importância de dar continuidade ao processo de crescimento econômico, tão desejado sobretudo pela nações pobres. Barbieri (2003) defende que, deste confronto duplo, se encontra a origem da proposta do desenvolvimento sustentável, como um novo tipo de desenvolvimento.

Toda a Conferência de Estocolmo foi marcada por conflitos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mesmo contrário às prerrogativas do Clube de Roma, a Conferência de Estocolmo veio justamente se servir de seus alarmes pessimistas e da fúria dos países em desenvolvimento que buscavam um crescimento a qualquer custo, para mostrar que um novo modelo de crescimento que levasse em conta a escassez ambiental e o

¹¹ Os Malthusianos propunham um crescimento zero e apontavam que o progresso tecno-científico era incapaz de superar estes limites. As teses neomalthusianas constituíram a base das discussões pelo Clube de Roma.

¹² Os Cornucopianos acreditavam na capacidade ilimitada de superação dos problemas de escassez em decorrência dos resultados que viriam dos ajustes tecnológicos.

atual quadro de poluição, deveria ser considerado. Essas propostas, porém, não foram amplamente aceitas, sobretudo pelos países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, que defendia um crescimento a qualquer custo.¹³

Uma frase que sintetiza o pensamento dos países em desenvolvimento, contrários às prerrogativas da Conferência de Estocolmo, onde buscavam um crescimento a qualquer custo, pode ser verificada pela mensagem de Indira Gandhi,¹⁴ no plenário da presente Conferência, onde enfatiza que **“a maior poluição é a pobreza”** (BARBIERI, 2003, p. 19, grifo nosso). Tal afirmação torna saliente a preocupação em se desenvolver dentro de um modelo vigente na época, onde a industrialização não cedeu espaço a uma harmonia entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

Esta posição contrária às propostas de proteção ambiental, foram rebatidas pelos países subdesenvolvidos antes e depois da Conferência de Estocolmo, tanto que, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) para o Brasil, elaborado em 1974, após a Conferência de Estocolmo e projetado para os períodos de 1975-79, enfatiza que, qualquer limite colocado aos países em desenvolvimento, ao estágio de sociedade industrializada, com o pretexto de reduzir a poluição mundial, não era aceito como válido. (BARBIERI, 2003).

Como a Conferência de Estocolmo se apresentava como uma possível resposta aos “limites de crescimento”, enfatizados pelo Clube de Roma, a delegação brasileira participante da Conferência, juntamente com outros países, lideraram o movimento contrário a estagnação, defendido por Meadows no Clube de Roma, o qual os colocaria em ônus caso o relatório fosse levado a diante. Os países contrários ao documento “Limites do

¹³ Nessa época, o Brasil foi totalmente contrário as conclusões da Conferência de Estocolmo, e não reconhecia a gravidade dos problemas ambientais, pois objetivava crescer a qualquer custo. Neste período o Brasil voltava suas forças na sustentação de uma política desenvolvimentista através da industrialização. (BARBIERI, 2003). Qualquer proposta que viesse interferir nessas políticas, certamente causaria impasses. Isso é válido sobretudo para o Brasil e Índia, pelas posições tomadas em Estocolmo.

¹⁴ Em 1972, Indira Gandhi ocupava a posição de Primeira Ministra da Índia.

Crescimento”, defendiam, mesmo que com resistências, uma maior integração entre o meio ambiente e desenvolvimento, contrário ao crescimento zero, que posteriormente poderia vir a ganhar adeptos (BINSZTOK, 2005).

Era saliente a preocupação da Conferência de Estocolmo sobre o paradoxo: desenvolvimento e meio ambiente. Os países desenvolvidos apresentavam diagnósticos de poluição industrial e escassez de recursos energéticos, enquanto que os países em desenvolvimento se detinham com a questão da pobreza e da possibilidade de poderem usar os moldes conhecidos até então para se desenvolver.¹⁵

Verifica-se, que o novo modelo de desenvolvimento apresentado em Estocolmo, não queria impor limites intransponíveis à exploração ambiental, visto que o homem precisa de seus recursos para gerar desenvolvimento, mas recomenda a sua utilização de um modo prudente que concilie benefícios satisfatórios, tanto para o homem quanto para a natureza.

Apesar das divergências e da complexidade das questões em debate na Conferência de Estocolmo, uma de suas contribuições mais relevantes foi a eliminação das idéias de estagnação econômica propostas pelo Clube de Roma, como também o início das discussões a respeito de uma solução conciliadora para atenuar os crescentes problemas ambientais. Uma outra grande contribuição da Conferência de Estocolmo, apontada por Barbieri (2003), foi a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com sede na África, com o objetivo de dar continuidade em âmbito planetário, às discussões sobre o meio ambiente e desenvolvimento já iniciadas, tendo a ONU como reguladora.

¹⁵ Furtado (1974), que se abordará no capítulo 3, faz menção a um mimetismo cultural, onde países periféricos procuram quase que copiar padrões de produção e consumo dos países centrais, esbarrando com isso, nos limites dos recursos naturais e gerando padrões insustentáveis de desenvolvimento.

Um dos principais objetivos do PNUMA, apresentados na Assembléia Geral da ONU em 1974, era apresentar ao mundo, uma nova ordem econômica, que fosse baseada na equidade, autodeterminação e cooperação.

A síntese dos destaques da Assembléia são descritos a seguir:

[...] regulamentação e supervisão das atividades das corporações transnacionais em função dos interesses nacionais; a necessidade de implementar relações de trocas internacionais justas; acesso à ciência e tecnologia pelos países em desenvolvimento; a necessidade de pôr fim aos desperdícios dos recursos naturais; e a necessidade dos países não desenvolvidos de usar seus recursos nos seus processos de desenvolvimento (BARBIERI, 2003, p. 21).

Verifica-se que o PNUMA, veio por freio aos desejos puramente individualistas dos países em desenvolvimento, de crescer a qualquer custo e mesmo dos países desenvolvidos, de não buscarem crescer sozinhos, mas possibilitarem a inclusão de outros países, através de trocas justas e condições de acesso a suas tecnologias. Estes objetivos ou recomendações, apesar de sua urgência já em 1974, ainda é considerada uma proposta desafiadora e complexa nos dias de hoje. No decorrer das discussões das posteriores Conferências da ONU, essa constatação ficará mais evidente.

Após as grandes contribuições da Conferência de Estocolmo, outra etapa considerada importante ao fomento dos debates já iniciados, foi a criação da Comissão Brundtland,¹⁶ que se verá a seguir.

1.2.2 Comissão Brundtland e suas Contribuições

A Comissão Brundtland foi criada em 1983 pelo PNUMA, com a finalidade levar adiante os debates travados na Conferência de Estocolmo e procurar avançar nas propostas e tentativas de soluções, frentes aos graves problemas ambientais e às

¹⁶ Recebe este nome por ter sido presidida, a pedido da ONU, por Gro Harlem Brundtland, então primeira Ministra da Noruega.

exigências antagônicas por parte de muitos países, no que tange à questão do crescimento econômico a qualquer custo, como prioridade inalterável.

Esta comissão, nomeada como CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), conclui seus trabalhos em 1987, apresentando um denso relatório, denominado “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum). Esse relatório, foi fruto de pesquisas e trabalho com o público durante três anos, onde segundo Franco (2000, *apud* Camargo, 2003), foram realizados estudos técnicos, específicos e consultas a líderes de diversas áreas, como política, negócios, educação, ciência e desenvolvimento. Foram mostradas neste relatório alguns sucessos e falhas do desenvolvimento mundial. Entre os aspectos positivos, alguns pontos merecem destaque: o aumento da expectativa de vida, a redução da mortalidade infantil, o crescimento da produção de alimentos em relação ao aumento da população mundial e a alfabetização em maior escala, dentre outros.

Como aspectos negativos ou talvez, poderia se chamar de retrato da realidade, o “Nosso Futuro Comum”, apontou uma série de problemas ambientais, sendo que muitos destes já tinham sido notados pelo Clube de Roma, já em 1972. Os aspectos mais salientes foram: a expansão das áreas desérticas, o aumento da degradação dos solos, poluição sempre mais acentuada da atmosfera, fracasso dos programas de desenvolvimento, redução das áreas florestais, entre outros (CAMARGO, 2003).

O relatório “Nosso Futuro Comum”, possui como núcleo central, a formulação dos princípios do desenvolvimento sustentável. Estes princípios porém, como já visto, vem se solidificando desde a Conferência de Estocolmo e encontra nos trabalhos da Comissão Brundtland, um arcabouço de idéias (agora melhor maturadas), propostas e levantamento de soluções, de forma mais abrangente.

As definições de desenvolvimento sustentável da forma que melhor se conhece hoje, são oriundas do relatório “Nosso Futuro Comum”. Dentre elas destaca-se:

“Desenvolvimento sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo planeta e até um futuro longínquo” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 4, *apud* CAMARGO, 2003).

No que tange aos objetivos principais que denotam este conceito, os seus pontos fundamentais, segundo a CMMAD (1988, *apud* BARBIERI, 2003), são: retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intenso em matérias primas e energia; atender as necessidades humanas essenciais do emprego, alimentação, saneamento e água; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; incluir a economia e o meio ambiente no processo decisório, dentre outros.

Dentro de uma abordagem histórica, pode-se dizer que foi no relatório Nosso Futuro Comum, que a questão da pobreza e a melhora da qualidade de vida, foram colocados em pauta, dentro das discussões do desenvolvimento sustentável. Como trata-se apenas de princípios que não incutem uma responsabilidade efetiva por parte de governantes e poder público em efetivá-las, estas propostas, apesar de denotar a busca de solução de uma forma mais abrangente, e aparentemente, uma solução mais viável, acabará de certa forma, como se verá mais adiante, permanecendo em grande parte na teoria, dado a complexidade de efetivar tais propostas e a falta de uma nova mentalidade que possa aderir a estes desafios.

Além de todas estas prerrogativas apontadas pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, ele acentua ainda, a necessidade de se modificar as relações internacionais e estimular a cooperação entre os países, com o objetivo de reduzir os desequilíbrios existente entre eles. Para Barbieri (2003), o ponto central destas mudanças, referem-se ao estabelecimento de novos vínculos, agora mais estreitos, entre comércio internacional, meio ambiente e crescimento econômico global.

Percebe-se que o relatório *Nosso Futuro Comum*, sob uma nova óptica, procura tratar da complexidade dos problemas sobre desenvolvimento sustentável, de uma maneira não tanto restrita à questão ambiental, mas de forma a abarcar as suas causas, como os desequilíbrios sociais entre as nações e a necessidade de cooperação entre os países. Basta pensar na ênfase que é dada às questões políticas e socioeconômicas em âmbito global. Na Conferência de Estocolmo, apesar dos esforços, esta magnitude não foi alcançada, dado que também na época, o que vinha mais em relevo era apenas os sinais da degradação ambiental e as possíveis formas de mudar tal quadro. As questões relacionadas às disparidades sociais, apesar de já existentes, não eram tão elevadas e com sérios problemas como se nota hoje.

Não obstante suas válidas contribuições, as conclusões da Comissão Brundtland, segundo Burckart (2002), não são precisas e tendem a levar ao dilema, que diante do questionamento sobre o que fazer com os pobres do mundo, a resposta mais sensata seria acelerar o crescimento econômico, a fim de gerar mais riquezas, que será em seguida redistribuída de forma justa. Para o autor, o relatório, requer contudo um crescimento econômico de fator 10,¹⁷ e tal estratégia acabaria esbarrando novamente nos limites ambientais. O autor aponta que há apenas uma saída para este dilema, e refere-se à mudança nos padrões de consumo e produção, visando não impor um certo freio ao crescimento econômico, mas considerá-lo a partir de mudanças para um processo de produção com reduzida incidência de poluição e um comportamento novo por parte dos consumidores.¹⁸

Outro ponto considerado como abordado de modo parcial pela Comissão Brundtland, refere-se à sua descrição do nível mínimo de consumo e do uso de energia pelos

¹⁷ Com base no fator 10, o crescimento deveria aumentar dez vezes a ecoeficiência no processo produtivo. É utilizado para definir o nível de melhoria da ecoeficiência dos processos produtivos, necessário para estabilizar o processo de degradação ambiental. Deve estimular o aumento à produtividade dos recursos naturais, ou a capacidade de atender às demandas sociais e econômicas, com um uso menor de matérias primas e energia. Em outras palavras, o fator 10, significa reduzir para um décimo o impacto ambiental associado a cada unidade de produto consumido (KIPERSTOK & MARINHO, 2001).

¹⁸ No capítulo 2, este assunto será melhor aprofundado.

países industrializados, sendo omissos contudo, na definição de um nível máximo. O fator que se refere à superação do subdesenvolvimento nos países do hemisfério sul, é apontado no relatório como dependente do crescimento contínuo dos países. Contudo, em relação aos discursos da década de 1970, o relatório *Nosso Futuro Comum*, com um elevado grau de realismo e seu tom diplomático, contribuíram consideravelmente para sua aceitação e divulgação após seu lançamento (BRUSEKE, 2001).

A partir da conclusão dos trabalhos da Comissão Brundtland, verifica-se que seus resultados enfatizam que os problemas ambientais não surgem unicamente do desenvolvimento, uma posição contrária e mais realista às afirmações do Clube de Roma. A partir daí entende-se suas prioridades, que salientam a retomada do crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza e as mudanças na qualidade do crescimento para torná-lo mais justo e equitativo, mesmo que tais propostas tenham gerado algumas polêmicas, conforme visto anteriormente.

Observa-se também, que a grande problemática inerente ao subdesenvolvimento, de maneira especial a constatação da pobreza, passou a ser considerada sob um novo foco, após verificada que ela é negativa não apenas para quem a experimenta, mas também devido aos sérios problemas sociais e ambientais que a pobreza acarreta, pondo em ônus toda sociedade. Esta constatação inicial, ainda que não tenha implicado em prioridade direta para a redução da pobreza, contribuiu para a criação de políticas e princípios voltados para a questão social. Trata-se de um grande avanço de pensamento e de mensuração do problema ambiental, se comparado ao modelo do Clube de Roma, que restringia sua solução através da estagnação do crescimento.

Para o projeto *Economia de Comunhão*, que se verá no capítulo 4, essa verificação quanto à consideração da questão social, dentro do processo econômico é clara, porém ao abordar a questão da pobreza, procura-se trabalhar pela sua redução, não tanto

porque ela tende a agravar os problemas ambientais, mas, pela pessoa do pobre em particular, para que possa sair de sua situação desconfortante, e com isso restabelecer sua dignidade, e como outro objetivo, procura-se tratar das questões ambientais com o mesmo afinco. O fim é o mesmo, mas a forma de se chegar aos resultados é distinta.

Devido à novidade das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, verifica-se que os esforços para torná-lo concreto, acabaram gerando grandes contribuições e pontos polêmicos, ganhando destaque nos eventos seguintes. O dilema do relatório Brundtland, por exemplo, sobre o crescimento econômico fator 10, segundo Burckart (2002), é um conceito redutor, por não considerar devidamente a questão social, é amplamente discutido na Rio-92, apontando a necessidade de erradicar a pobreza e promover mudanças nos padrões de consumo e produção.

A Rio-92, que será discutida a seguir, contém em grande parte, a contribuição dos trabalhos da Comissão Brundtland, e procura fazer um balanço, bem como o lançamento de uma nova etapa nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, dando enfoque à necessidade de um empenho renovado.

1.2.3 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Rio-92 como também é conhecida, é resultado de uma longa caminhada de vários países na busca de estratégias e soluções para tornar mais harmonioso e conciliador, os debates já travados desde Estocolmo, sobre a temática meio ambiente e desenvolvimento.

A CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992, reuniu representantes de 178 países, incluindo aproximadamente, 100 chefes de Estados. A conferência ocorreu

paralelo a outro grande evento, o Fórum Global das ONGs, que reuniu cerca de quatro mil entidades da sociedade civil, do mundo todo, sendo considerado um evento sem precedentes até então, quer pelo número de entidades e pessoas participantes, quer pelos seus resultados: 36 documentos e planos de ação. Na Conferência de Estocolmo, por exemplo, o número de ONGs participantes eram em torno de 500 (BARBIERI, 2003).

Considera-se este aumento substancial, como um aspecto positivo, que reflete uma maior conscientização em nível mundial, da necessidade de implementar um estilo de desenvolvimento que seja sustentável. Foi notável sua contribuição para o crescimento da consciência, sobre os perigos que o modelo vigente de desenvolvimento significava.

A CNUMAD foi resultado de uma longa caminhada de vários países na busca de estratégias e soluções para os debates já travados sobre o meio ambiente e desenvolvimento, desde as discussões conflituosas do Clube de Roma.

Como contribuição à série de debates iniciados na CNUMAD, destaca-se o documento “*Nuestra Propia Agenda*”,¹⁹ que apresenta um diagnóstico do modelo de desenvolvimento perseguido pela América Latina e Caribe. Dentre outras coisas, este documento reconhece que:

Essa região perseguiu modalidades defeituosas de desenvolvimentos (p. 7); que dentre as origens da penúria latino-americana e caribenha destaca-se a larga tradição de governos autoritários e insensíveis às mudanças sociais (p. 8); que o custo humano expresso em pobreza, sofrimento, enfermidades e mortes inevitáveis é o preço real da degradação ambiental e a melhor justificativa para a proteção ambiental (p. 11); e que a região está perdendo rapidamente o seu patrimônio cultural e a sua biodiversidade (p. 17) (*Nuestra Propia Agenda*, apud BARBIERI, 2003, p. 62)

Frente a estas conclusões, o documento aponta algumas estratégias, que

¹⁹ O Documento “*Nuestra Propia Agenda*” foi elaborado pela Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe. Esta comissão foi criada por iniciativa do PNUD (Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento) e do BIRD (Banco Inter-americano de Desenvolvimento), em 1989.

visem modificar o quadro vigente. O autor aponta, que algumas de suas recomendações foram: a erradicação da pobreza; o aproveitamento sustentável dos recursos naturais; uma nova estratégia econômica e social e um desenvolvimento tecnológico compatível com a realidade social e ambiental.

Analisando o percurso da história, tais reivindicações dos países em desenvolvimento, apresentados na CNUMAD, são bem diferentes do posicionamento radical apresentado em Estocolmo em 1972, onde a principal finalidade de tais países era o desenvolvimento a qualquer custo, sem fazer inferência à questão ambiental e tão pouco da questão social. A questão social era usada apenas como pretexto para crescer sem qualquer restrição aos custos ambientais. Trata-se de um reconhecimento daquilo que se pôs em detrimento no passado para alcançar o desenvolvimento e do lançamento de propostas para alterar este quadro.

É válido supor, que neste horizonte de tempo, muita coisa mudou e a situação política, econômica e social do Brasil e de outros países da América Latina e Caribe, sofreram notáveis alterações, sejam no crescimento econômico, como na acentuação das desigualdades e na degradação ambiental. Foram fatores que contribuíram para uma tomada de consciência, frente aos problemas que se apresentavam em âmbito global.

Evidenciou-se que a humanidade havia chegado a um momento de definição: ficar com o modelo político vigente – apto em aprofundar as divisões econômicas, dentro e entre os países, contribuindo para fomentar os problemas socioambientais, ou tomar outro rumo, melhorando a qualidade de vida dos pobres e protegendo o meio ambiente, garantindo assim a possibilidade de um futuro melhor (FRANCO, 2000, *apud* CAMARGO, 2003).

Verifica-se que os entraves à implantação do desenvolvimento sustentável, abordado vinte anos atrás em Estocolmo, não são os mesmos, e obviamente as tomadas de

posições que possam refletir nesse contexto conturbado e notadamente acentuado, envolvendo as questões sociais e ambientais, sempre mais complexas, precisam ser reformuladas de forma a contemplar toda sua abrangência.

Os modelos de desenvolvimento, que seguiram o rumo da economia ao longo da história, que em determinadas épocas, enfatizavam que se houvesse um crescimento da economia, um de seus resultados seria a distribuição de tais riquezas²⁰ de forma a resolver os problemas sociais que surgissem, são modelos que no momento atual, como enfatizado pelo autor acima, não se concretizaram.

Esse momento de definição, de que fala o autor, quando refere-se a acomodação ao modelo vigente, acentuadamente excludente ou à mudança de direção, com vistas alterar tal quadro, foi um dos pontos centrais nas discussões da CNUMAD e um dos principais motivos que impulsionaram sua realização.

As antigas discussões da década de 1970, que referem-se ao que seria mais viável, entre buscar o crescimento ou a sua inibição, e depois, o surgimento de propostas com um modelo conciliador entre ambos, mesmo com as várias contribuições e resultados positivos, já apresentados anteriormente, verifica-se que na prática, tais resultados alcançados, foram pequenos se comparados aos aumentos dos prejuízos gerados, sobretudo no que tange às questões de poluição ambiental e escassez dos recursos naturais, dado que as questões sociais ganharam ênfase a partir da CNUMAD.

Não obstante aos aspectos positivos da CNUMAD, ela também contou com algumas limitações, que segundo Bruseke (2001), não conseguiu corresponder às expectativas e esperanças a ela ligadas. Os problemas surgidos da pressão da delegação dos

²⁰ É saliente neste sentido, a afirmação de Delfim Neto em 1979, enquanto Ministro do Planejamento, onde enfatizava, que era preciso “fazer o bolo crescer para depois distribuir”. Sobre Delfim Neto, ver Sandroni (2003, p. 159-160).

Estados Unidos em favor da eliminação da emissão de Dióxido de Carbono²¹(CO₂), do acordo sobre o clima, como também a não assinatura por parte dos Estados Unidos da Convenção sobre a proteção da Biodiversidade, são as de maior relevância.

Para Barbieri (2003), uma de suas principais falhas foi o fato de não contemplar em suas abordagens, a questão da proibição da produção de armas nucleares e da realização de testes nucleares, assuntos amplamente reivindicados pelos presentes.

Durante a CNUMAD, foram aprovados vários documentos, envolvendo convenções, declarações de princípios, dentre estes, a Agenda 21,²² considerada como um de seus mais importantes resultados. Os documentos oficiais aprovados na CNUMAD foram: Declaração dos princípios sobre florestas; Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e desenvolvimento; Convenção sobre mudanças climáticas e a Agenda 21.

Dentre os documentos da CNUMAD, a Declaração dos princípios das florestas, salientava que as florestas são fundamentais para as comunidades locais e para o ambiente global. Os outros três documentos serão melhor abordados a seguir. A Agenda 21, dado sua abrangência, será analisada de forma mais alargada.

1.2.3.1 Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

A Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, gerou várias controvérsias na sua elaboração, motivadas pela própria complexidade de ambos os assuntos. O texto da presente Declaração, amplia e reforça os objetivos traçados em Estocolmo, já abordados anteriormente. A Declaração contém 27 princípios, que tem por

²¹ Este assunto será melhor abordado no tópico 1.2.3.2, sobre o Protocolo de Kioto.

²² No tópico 1.3 do presente capítulo, será retomada a discussão acerca da Agenda 21.

finalidade, contribuir na formulação de políticas e acordos internacionais que respeitem o interesse de todos.

Dentre os 27 princípios da Declaração do Rio de Janeiro,²³ muitos deles tratam de questões já abordadas desde a Conferência de Estocolmo, e que no decorrer dos vinte anos, até a CNUMAD, sofreram reformulações dada as exigências do momento. Alguns deste princípios porém, merecem destaque, por tratar de assuntos, até então pouco colocados em relevo, como a erradicação da pobreza, a busca da paz mundial, o direito a uma vida saudável e ao incentivo por parte dos Estados Unidos a uma compreensão científica do desenvolvimento sustentável, por meio de intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, como requisitos necessários à sua implantação (BARBIERI, 2003).

A constante preocupação da Declaração do Rio de Janeiro em atribuir compromissos e exigências aos vários países, sobretudo nos quais se verifica, de maneira crescente, os problemas, quer ambientais ou sociais, pode ser considerada uma marca do documento, pelo fato que diante do atual quadro, uma das alternativas viáveis, tem se mostrado antes de tudo, pela necessidade de somar as forças para tentar buscar resultados. A questão da pobreza, por exemplo, pode ser tratada pelos países que enfrentem tal quadro, mas também pela ajuda de forma comprometida por parte de países desenvolvidos.

1.2.3.2 Convenção sobre Mudanças Climáticas e o Tratado de Kioto

A Convenção sobre mudanças climáticas, teve por objetivo controlar e reduzir a emissão de gases, de maneira implícita, o Dióxido de Carbono (CO₂), decorrente da queima de combustíveis fósseis como o petróleo, que sozinho corresponde a 50% do efeito

²³ Em Barbieri (2003, p. 49-52), os princípios da presente Declaração, podem ser analisados integralmente.

estufa. Conforme Barbieri (2003), pesquisas mostram que as atividades industriais geram mais de 50% de CO₂, sendo que deste total, 25% corresponde apenas aos efeitos causados pelas atividades industriais dos Estados Unidos.

Como na Declaração do Rio de Janeiro, a Convenção sobre mudanças climáticas também faz referência aos Estados Unidos, recomendando que as nações desenvolvidas, assumam um papel de liderança no processo de combate ao efeito estufa, devido ao efeito causador de poluição provocado por estas nações.

A necessidade ou um alerta à urgência de um momento de definição ou mudança de direção, mostrados anteriormente, fazem referência justamente ao padrão de insustentabilidade ambiental e social, verificado no mundo. O velho dilema da década de 1970, pelo Clube de Roma, apesar de pessimista, é amplamente notado na década de 1990, onde o almejo dos países pobres em buscar um desenvolvimento nos moldes dos países ricos, se torna irrealizável, frente a base limitada de recursos pela natureza.

As ONGs participantes da CNUMAD argumentavam que deveria haver um maior rigor no estabelecimento de prazos, metas e compromissos efetivos, visando reduzir as emissões de gases de estufa. Questões como estas, a Convenção remeteu para serem resolvidos em protocolos e acordos específicos.

Em face da resistência de países industrializados, como os Estados Unidos e Japão, em reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito estufa, um grupo de trabalho foi criado para preparar um protocolo para ser implementado em 1997. Em dezembro do presente ano, foi aprovado o **Protocolo de Kioto**, no qual os países desenvolvidos deveriam, individual ou coletivamente, assumir o compromisso de reduzir até o ano de 2012, os gases de estufa em pelo menos 5% com base nos níveis de 1990. (BARBIERI, 2003).

Pelo Protocolo de Kioto, o Brasil e os demais países em desenvolvimento, estariam desobrigados a assumir tais compromissos, para que não viesse atrapalhar o seu desenvolvimento, mas deveriam contribuir na sua implementação, e receberiam recursos se apresentassem projetos econômicos não emissores, projetos estes que seriam financiados pelos países desenvolvidos (BARBIERI, 2003).

Segundo Souza (2005), dentre as principais medidas possíveis a obtenção da meta do Tratado de Kioto, destacam-se: a substituição de parte da eletricidade gerada pelo uso industrial e doméstico, resultante da queima de combustíveis fósseis, por energias limpas, como a nuclear e a eólica; utilizar como combustível o hidrogênio, na frota de automóveis que circulam pelo mundo, e utilizar recursos tecnológicos que visem filtrar uma parcela de CO₂ emitidos na atmosfera.

Vale ressaltar, que o Protocolo de Kioto, desde a sua aprovação em 1997, gerou grandes resistências de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que tinham como argumento, a imposição de novos compromissos aos países não desenvolvidos, omissos no acordo. Visando a sua ratificação num menor período de tempo, foram realizadas outras conferências²⁴ acerca do tema, mas se apresentaram inócuas à sua efetivação.

Depois de toda a trajetória, o Tratado de Kioto foi ratificado em 16 de fevereiro de 2005 e já está em vigor, com sua meta inicial de reduzir até 2012 em 5%, a emissão de CO₂, com base no percentual verificado em 1990. Os Estados Unidos, como já dito, apesar de ser responsável por 25% das emissões de CO₂ no planeta, não assinou o Tratado (SOUZA, 2005).

Segundo Souza (2005), uma das razões de os Estados Unidos não terem

²⁴ Em 1998, realizou-se em Buenos Aires, uma nova Conferência das Partes da Convenção sobre mudança do clima e em 2000, em Haia, foi realizada nova Conferência, onde não se chegou a nenhum resultado, dado a resistência de países como os Estados Unidos e Japão (BARBIERI, 2003).

ratificado o Tratado de Kioto, foi o fato de temerem que a obrigação de queimar menos combustíveis fósseis, viesse prejudicar o desenvolvimento da economia no país. Mesmo com os Estados Unidos de fora do Tratado de Kioto, muitas empresas americanas, conscientes do perigo das emissões de CO₂, já adotam medidas para reduzir suas emissões. Os 141 países que aderiram ao Tratado de Kioto em 2005, correspondem juntos a 62% do CO₂ produzido no planeta e com adesão dos Estados Unidos, o percentual subiria para 87%.

Verifica-se portanto, que o Tratado de Kioto, constitui uma grande contribuição na busca do desenvolvimento sustentável no que concerne à questão ambiental. A não ratificação do Tratado por parte dos Estados Unidos, confirma o que já foi mostrado e o que se verá mais adiante, no tópico sobre globalização, no qual muitos países apenas almejam crescer e manter-se num patamar de crescimento, sem levar em conta o ônus inerente a esta escolha, no que refere-se à questão socioambiental.

1.3 Criação da Agenda 21: Suas Implicações, Estratégias e Desafios

A criação da Agenda 21, considerada por especialistas, como um dos mais significativos resultados da CNUMAD, contempla todos os trabalhos satisfatórios já apresentados no âmbito da ONU, como relatórios, tratados, assembléias, etc. Ela busca enfatizar, além das questões até então abordadas, possíveis soluções que levem em consideração a realidade social e humana, como meio necessário para atingir uma harmonia ambiental.

Trata-se de um documento inovador na busca do desenvolvimento sustentável, ao abranger aspectos não exclusivamente ecológicos, mas englobar temas como a erradicação da pobreza, a luta pelos direitos humanos e a consolidação da paz entre os povos, entre outros.

Com mais de 800 folhas, divididos em 40 capítulos, com 4 seções, a Agenda 21, segundo Barbieri (2003), é um documento extenso, simples na sua linguagem e complexo nos seus objetivos. Basta pensar nos temas como a erradicação da pobreza, a busca da paz e dos direitos humanos, para se verificar a complexidade na sua implementação, e ao mesmo tempo, ela apresenta um aspecto inovador e condizente com os desafios da realidade atual, que não são mais os mesmos de quando o debate se iniciou na década de 1970.

Verifica-se, que a Agenda 21, não apenas serviu-se das conclusões do documento *Nostra Propia Agenda*, elaborado em preparação à CNUMAD, mas a utilizou em suas reflexões e debates e também lançou a todo planeta, as suas estratégias inerentes, que condiziam com os esforços necessários à grande maioria das nações, para se alcançar uma condição sustentável de desenvolvimento.

A Agenda 21, transformada em Programa 21 pela ONU, para assim fomentar a cooperação internacional relacionado com estas atividades, ganhou força com a criação da CDS (Comissão de Desenvolvimento sustentável) em 1993, vinculado ao ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas). A CDS objetiva acompanhar e avaliar a implementação das atividades recomendadas pela Agenda 21 (BARBIERI, 2003).

A Agenda 21, apesar de ser um documento amplo e global, apresentado como um dos mais expressivos resultados da CNUMAD, não trata-se de um documento que tem caráter de lei, a qual imporá a todos os países normas e regras que deveriam ser respeitadas e cumpridas. Talvez isto seja um dos pontos relevantes da crescente dificuldade em colocá-la em prática, visto que deve preceder um desejo pessoal e coletivo de mudanças, para que os resultados venham a aparecer.²⁵

Camargo (2003), procura traçar um perfil do significado da Agenda 21 para

²⁵ No capítulo 3, que trata especificamente das mudanças tidas como necessárias para a implementação do desenvolvimento sustentável, este assunto será retomado.

a sociedade e apresenta os desafios impelidos à sua concretização:

A Agenda 21 é uma espécie de manual para orientar as nações e suas comunidades nos seus processos de transição para uma nova sociedade. Ela não é um tratado ou convenção capaz de impor vínculos obrigatórios aos estados signatários. **Na realidade é um plano de intenções não mandatário, cuja implementação depende da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade** (p. 56, grifo nosso).

Evidencia-se que a grande contribuição da Agenda 21 e da CNUMAD como um todo, se dá numa nova visão, que não é baseada em imposições imperativas, ditadas por um organismo internacional com vistas à sua implementação sob qualquer forma. Sua metodologia é voltada a apresentar sem omissões, a gravidade dos problemas socioambientais, de uma maneira que os países percebam a sua complexidade e voltem suas preocupações para uma tomada de consciência e uma mobilização da sociedade, constituindo uma atitude ativa, que decide, tem exigências, mas que impele compromissos.

É válido supor, que para tal finalidade de implementação da Agenda 21 e conseqüentemente do desenvolvimento sustentável, que exige esforços de todas as camadas da sociedade, desde o topo até a base da pirâmide, os resultados nem sempre são rápidos, por não tratar-se de uma lei a ser obedecida, mas de uma proposta que exige adesão e comprometimento para que possa ser concretizada.

Para o propósito deste trabalho procurou-se pôr em relevo apenas as contribuições e desafios da Agenda 21, acerca da evolução de pensamento na abordagem do desenvolvimento sustentável, sem a possibilidade de tratar deste documento em todas as suas dimensões.²⁶

²⁶ Quanto às Agendas 21 locais ou a verificação sobre sucessos, fracassos ou a análise do que já tem sido feito, quer seja pelo Brasil ou outros países, no que tange aos resultados alcançados, fica aberto o desafio para futuras pesquisas. Para uma melhor compreensão da Agenda 21, através da abordagem dos seus 40 capítulos, ver Barbieri (2003, p. 95-155 ou Agenda 21:IPARDES (1997).

CAPÍTULO 2

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE UMA CONCEPÇÃO AMBIENTALISTA RESTRITIVA A UMA NOVA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL

A verificação quanto à necessidade de dar ênfase não apenas à questão ambiental, para se alcançar o desenvolvimento sustentável desejado, começou a partir dos trabalhos da Comissão Brundtland em 1987. Foram os estudos e conclusões desta Comissão, que intensificaram os debates da CNUMAD e fomentaram a elaboração de diversos documentos e protocolos, onde a análise acerca dos resultados almejados, contemplavam a incorporação do aspecto social e econômico à realidade ambiental já existente.

O fato gerador da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sustentável surgiu com a verificação, de que, não obstante a constatação do aumento e da complexidade dos problemas ambientais que se tornaram evidentes, de maneira explícita na CNUMAD, outros fatores, como o aumento da pobreza no mundo, a busca incessante pelo crescimento da economia com modos de produção sempre mais poluentes, e do uso não moderado dos recursos naturais e bens coletivos, como a água e a energia elétrica, fizeram o mundo, no entender de (FRANCO, 2000, *apud* CAMARGO, 2003), através da CNUMAD, repensar o atual modelo de desenvolvimento. Ficou saliente a verificação de que a maneira de tratar tais problemas deveriam abranger o compromisso coletivo de todos os países e que um modelo amplamente discursivo e pouco compromissado, não poderia ser levado adiante.

Segundo a Agenda 21, elaborada em 1992,

A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. **Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes** entre as nações e no interior delas, **o agravamento da pobreza**, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a **deterioração** contínua **dos ecossistemas** de que depende nosso bem estar (AGENDA 21, p. 3, grifo nosso).

Mais adiante, continua:

A erradicação da pobreza e da fome, maior equidade na distribuição de renda e desenvolvimento de recursos humanos: esses desafios continuam sendo consideráveis em toda parte. [...] **Uma estratégia voltada especificamente para o combate à pobreza, portanto, é requisito básico para a existência de um desenvolvimento sustentável** (AGENDA 21, 1997, p. 15, grifo nosso).

O reconhecimento do atual quadro de desequilíbrios sociais e ambientais, experimentados pela humanidade, foi um dos pontos fundamentais que levaram a ONU, a reconhecer que novos objetivos para se alcançar o desenvolvimento sustentável precisavam ser traçados. Um concepção puramente ambientalista e alheia à questão social, se tornou inócua na busca de objetivos anteriormente traçados.

Dentro da concepção de Barbieri, são estas novas abordagens que definem o significado do desenvolvimento sustentável da forma como se vê hoje. Para o autor, “Essa nova maneira de perceber as soluções e os problemas globais, (...) que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social, é o que vem sendo chamado de desenvolvimento sustentável” (2003, p. 16).

Com a CNUMAD, houve uma maior exigência a uma nova concepção de desenvolvimento sustentável, a partir da necessidade de incorporar novos elementos que pudessem ser mais abrangentes e viessem possibilitar a busca de melhores resultados, até então incipientes (FRANCO, 2005). Sua definição, quando aplicado apenas ao meio ambiente, como na Conferência de Estocolmo, é muito restritiva. Para Burckart,

é importante ter presente que a expressão “Desenvolvimento Sustentável” foi cunhada no contexto ambiental, muitas vezes até dramático e polêmico. Não é de estranhar, pois, se também hoje, em documentos oficiais, esta expressão seja encontrada numa aceção exclusivamente ambiental. Seja como for, tal interpretação redutora não permite captar a verdadeira dimensão da idéia de Desenvolvimento Sustentável (2002, p. 69).

Este novo conceito integrativo com ênfase social trata-se de uma exigência

que vem ao encontro dos anseios da sociedade contemporânea, onde estas questões, relacionadas à justiça social tem se apresentado sempre mais gritante. Vale contudo, ressaltar que, para se chegar a esse padrão de sustentabilidade como define o novo conceito, a tarefa é mais árdua e os resultados mais lentos, dado a gama de assuntos complexos que envolve.

Não obstante os esforços empreendidos pela ONU e diversos organismos na implementação do desenvolvimento sustentável, e aos objetivos da riquíssima discussão e propostas da CNUMAD, não houve uma integração dos diversos setores da sociedade, como governo, população e setor privado, o que levou a ONU a constatar em 1997, na sua 19ª Assembléia, que os objetivos não tinham sido atingidos e que a tarefa ainda estava por ser realizada.²⁷ Basta analisar a busca pela erradicação da pobreza, tão desejada pela CNUMAD e a realidade verificada atualmente, onde evidencia-se que os problemas, quer sociais ou ambientais, se acentuarão mais ainda.

A implementação do desenvolvimento sustentável passa necessariamente por um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade uma vez que implica em mudanças no modo de agir dos agentes sociais. Esse esforço da ONU, porém, em buscar priorizar assuntos que antes eram pouco considerados dentro do debate do desenvolvimento sustentável, garante uma segurança maior na sua continuidade, por se tratar também de um organismo internacional com objetivos que contemplam esta problemática.

Estamos convencidos de que a consecução do Desenvolvimento Sustentável exige a integração dos seus componentes econômicos, ambientais e sociais. Empenhamo-nos novamente em colaborar – com espírito de solidariedade mundial – a fim de multiplicar os esforços conjuntos para satisfazer de modo equânime as necessidades das gerações presentes e futuras. (19ª Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU, 1997, *apud* BURCKART, 2002, p. 71).

²⁷ Segundo Barbieri, muito do que foi abordado na Agenda 21 e em outros documentos da Rio-92, que foram aprovados, “ainda não saiu do papel”. Segundo o autor, “muitos chefes de governo apoiaram propostas e acordos contrários às suas convicções e compromissos partidários face às pressões exercidas pela exposição da mídia internacional e vigilância ruidosa de muitas ONGs, mas pouco fizeram depois de ratificá-los [...]” (2003, p. 89).

Essa nova maneira de olhar o desenvolvimento sustentável a partir da integração dos componentes econômicos, ambientais e sociais, trazem junto de si, um desafio a ser incorporado pela humanidade. O tópico seguinte trata de maneira clara destes desafios.

2.1 Aspectos Postulados pela ONU para um Desenvolvimento Sustentável

Na tentativa de buscar promover novas mudanças que se mostrassem adequadas a uma maior eficácia à implementação do desenvolvimento sustentável, foram estabelecidas pela ONU, três áreas principais de trabalho para o período 1997-2002: a erradicação da pobreza, mudança nos padrões de consumo e produção. Estas propostas são resultado sobretudo da verificação de que os resultados da CNUMAD ainda não tinham sido sentidas e haviam muitas lacunas.

Uma justificativa do por quê a ONU procura abordar as áreas da pobreza, consumo e produção, para se alcançar o desenvolvimento sustentável, é colocado em relevo por Burkard, sob uma maneira bem esclarecedora, onde afirma que:

A tarefa mais importante para alcançar um desenvolvimento sustentável está na erradicação da pobreza. Para alcançar isso, há que se estimular a produção. No entanto, por seu impacto negativo sobre a natureza e sobre o tecido social, não se pode continuar com os métodos de produção atuais e muito menos aumentar a produção desta maneira.²⁸Donde se conclui que são necessárias mudanças em nosso modo de produzir e consumir (2000, p. 69, grifo nosso).

Fomentar a produção com único objetivo para gerar mais empregos, renda e com isso contribuir para erradicação da pobreza, acaba tornando a complexidade do problema ainda maior, se os modos de produção e consumo não forem devidamente considerados. Aliás, este discurso de aumentar a produção para gerar melhores índices de

²⁸ O autor refere-se a aumentar a produção no nível que possa erradicar a pobreza.

desenvolvimento, que vem sendo abordado desde a Conferência de Estocolmo, conforme visto, não resultou em redução das desigualdades e desequilíbrios ambientais, mas acelerou as disparidades sociais e tornou mais escassos os recursos naturais. Os velhos moldes de produção que não consideram os desgastes ambientais e os modelos de consumo que parecem incitar aos recursos naturais de forma infinita, não poderão, conforme salienta Burkard, serem levados adiante, se objetivo for a sustentabilidade no seu sentido amplo.

Esses pressupostos da ONU para um desenvolvimento sustentável serão abordados a seguir:

2.2 Erradicação da Pobreza

Abordar a problemática da pobreza não é tarefa fácil e faz parte de uma discussão inesgotável. Quanto à erradicação da pobreza, tão requerida pelo desenvolvimento sustentável, importa analisar a sua complexidade aliada a seus efeitos sobre o meio ambiente, e os efeitos que o atual sistema econômico global, gerador de riquezas e progressos, mas também de concentração de renda, tem contribuído para a fomentação da pobreza.

Segundo Franco (2005), a pobreza, hoje sendo considerada como um complexo problema macroeconômico de origens e soluções das mais variadas, pode ser verificada sobretudo em nações subdesenvolvidas, onde o desenvolvimento econômico e sustentável ainda que com objetivos principais, tem um alcance a longo prazo.

Para Cavalcanti, quando se fala do desenvolvimento como um fator que pode aumentar a incidência de poluição no planeta ou ainda fazer crescer a escassez dos recursos naturais pela sua utilização exagerada, não se pode desvinculá-lo da questão da pobreza. O autor afirma, que “não é fácil pensar em renunciar ao desenvolvimento, pois crescer é apontado sempre como via para combater a pobreza e a miséria” (2001a, p. 169).

O autor aponta, porém, que a pobreza pode ser tratada através de outros meios, dentre estes, a redistribuição da renda e da riqueza. Um discurso aliás, já velho, mas que na observância do contexto atual, onde apesar da sua urgência, o tema tem permanecido mais na teoria que na prática. Outro fator que vem em relevo, com a abordagem de Cavalcanti, é que para se resolver o problema da pobreza, não bastam grandes idéias ou propostas, visto que várias tentativas já ocorreram, mas se faz necessário uma política de distribuição de renda.

Uma grande contribuição de mudança para este quadro, se verifica no comportamento em que se baseia a Economia de Comunhão,²⁹ a qual através de uma redistribuição mais justa da renda, oferece uma nova maneira eficaz e lógica, segundo as discussões anteriores, de atenuar as disparidades sociais.

A questão importante a ser debatida, a partir das idéias já levantadas, é que para resolver o problema da pobreza, não bastam grandes idéias, propostas ou tratados conciliadores, se não houver um comprometimento pessoal e coletivo da sociedade para estes objetivos. Aponta-se como necessária, uma política de distribuição de renda e inserção social, que venha ao encontro dos mais excluídos. São propostas utópicas, se analisadas pelas proposições de Cavalcanti, que propõe uma política de distribuição de renda, porém, de outro lado, verifica-se que se desta utopia não brotar uma vertente de realidade, os problemas com a implementação do desenvolvimento sustentável, quer no âmbito social e ambiental, ainda perdurarão por longo tempo.

Mesmo que a Agenda 21 tenha lançado as propostas para a erradicação da pobreza, ela não é omissa quanto a dificuldade de se obter uma solução uniforme e plenamente aplicável a todos os países, com vistas a resolver esse problema. Ela recomenda

²⁹ Na Economia de Comunhão, que será analisada no capítulo 4, os lucros das empresas são distribuídos em três partes, onde uma parte é destinada para os pobres, visando contribuir para a redução da pobreza.

que se criem programas específicos em cada país, de modo que os trabalhos realizados possam vir a oferecer resultados satisfatórios.

Esta posição da Agenda 21 pode ser entendida, sobretudo pela grande diversidade existente entre os países, quer sejam em níveis culturais, econômicos ou sociais. Mesmo que a questão da pobreza possa afetar de certa forma todos os países, sua concepção é distinta entre eles, sobretudo pelas condições econômicas e níveis de qualidade de vida que são diferentes. Segundo Lucena, “um camponês andino sem sandálias, um cidadão chinês sem bicicleta, um operário alemão sem condições de comprar um automóvel do ano sentem a mesma sensação de pobreza” (2001, *apud* CAMARGO, 2003, p. 83-84).

Os objetivos da ONU, porém, de buscar erradicar a pobreza, vão muito além de interpretações e do entendimento de muitos países sobre o que significa a pobreza, mas visam ao atendimento de prioridades básicas nos vários países, através de ações concretas. Essas ações prioritárias, são descritas por Burckart (2002, p. 70), onde verifica-se a abrangência de tal proposta desafiadora. Dentre estas, merecem destaque: 1) melhorar o acesso às rendas sustentáveis, às oportunidades empresariais e aos recursos de produção; 2) permitir o acesso universal aos serviços sociais de base; 3) dar atenção ao impacto desproporcional da pobreza em relação às mulheres; 4) intensificar a cooperação internacional visando à erradicação da pobreza, etc.

Uma busca pela erradicação da pobreza, que não crie condições sustentáveis, para que a pessoa pobre possa sair de sua condição desconfortante, não cabe nos objetivos traçados pela ONU. Ao mesmo tempo que a ONU prioriza o acesso universal aos serviços sociais de base, tais como alimentação, saúde, moradia, etc., ela enfatiza a necessidade de se criar condições para que o quadro possa ser alterado e que para isso seja possível, outro ponto fundamental, que é tratado, refere-se à importância da cooperação internacional para atenuar tais problemas.

Numa época em que o processo de globalização, sem deixar de enfatizar seus benefícios, tem intensificado de maneira visível o aumento das disparidades sociais,³⁰ evidencia-se que assim como os problemas são globais, há uma necessidade de que a solução para tais problemas, sociais ou ambientais, também sejam resolvidos em âmbito global. Neste ponto, a preocupação da ONU quanto a importância da cooperação internacional, tende a exercer um papel de relevo.

Torna-se pertinente ressaltar, que a incorporação por parte da ONU, da erradicação da pobreza aos objetivos do desenvolvimento sustentável, se dá sobretudo, pelos reflexos que a expansão da pobreza tem causado à degradação e a poluição ambiental. Na Agenda 21, quando fala que “[...] para fazer frente aos problemas da pobreza, do desenvolvimento e do meio ambiente, é necessário que se comece por considerar os recursos, a produção e as pessoas[...]” (AGENDA 21, 1997, p. 15), o documento faz referência à necessidade de através da abordagem da pobreza, até então pouco colocada em relevo dentro deste debate, que se passe a considerar as pessoas dentro do sistema econômico, e não apenas a busca pelo crescimento a qualquer custo, que como já visto, tende a pôr em detrimento as pessoas, através da pobreza que tem crescido e também o meio ambiente que tem servido como base ilimitada de recursos.

Na Economia de Comunhão, onde a busca pela redução da pobreza é um de seus pontos principais, a análise se dá de forma distinta, onde o pobre passa a ser ajudado, não apenas porque sua condição atrapalha ao meio ambiente, mas para que ele possa sair de sua situação desconfortante e encontre condições dignas de sobrevivência. A abordagem acerca da preservação ambiental e dos pressupostos em não poluir, são também realizados pela Economia de Comunhão, como um de seus objetivos principais. Trata-se de um novo

³⁰ No capítulo 3, onde trata da globalização, como um dos entraves ao desenvolvimento sustentável, por fazer acentuar as desigualdades e gerar externalidades ambientais, este assunto será melhor aprofundado.

modo de considerar as pessoas e o meio ambiente, que caminham para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Ainda como contribuição ao fomento da necessidade de erradicar a pobreza, a Carta da Terra³¹ também salienta, que a necessidade de erradicar a pobreza é um imperativo ético, social e ambiental. O documento ainda ressalta, que a igualdade, a equidade, a assistência à saúde e o acesso às oportunidades econômicas, são pressupostos básicos para que o desenvolvimento sustentável aconteça (CAMARGO, 2003).

2.3 Mudança nos Padrões de Consumo

Novamente se fará referência a Agenda 21 para abordar a questão da mudança nos padrões de consumo, por ser este, o documento que procurou ressaltar os significados de tal prática. Análise que se fará a seguir, tem o objetivo de esclarecer e apontar os fundamentos que a ONU preconiza, para que um novo modo de consumir deva ser implantado na humanidade. A interligação dos assuntos meio ambiente e desenvolvimento, também aqui se fará presente.

A necessidade de se motivar a humanidade a alterar seus padrões atuais de consumo, baseia-se sobretudo, nos modelos tidos como insustentáveis de consumo, que procuram não apenas consumir um bem ou recurso natural moderadamente, isto é, sem exageros, mas utilizar-se de tais recursos e bens (que de certa forma são extraídos da natureza), de maneira exagerada e desequilibrada, sem se atentar para os efeitos concernentes a esta ação. Basta pensar na exploração às florestas, ao uso de combustíveis fósseis (necessários, mas também poluentes), ao uso exagerado da água e energia elétrica,

³¹ Aprovada na UNESCO, em Paris, em março de 2000, a Carta da Terra, tem por objetivo contribuir à tomada de consciência quanto a importância do desenvolvimento sustentável para a humanidade.

etc.

A Agenda 21 reconhece, que para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, um novo modo de consumir é necessário, para assim reduzir a pressão sobre o meio ambiente. Ela enfatiza ainda, que:

[...] especial atenção deve ser dedicada à demanda de recursos naturais gerado **pelo consumo insustentável**, bem como ao uso eficiente desses recursos, coerentemente com o objetivo de reduzir ao mínimo o esgotamento desses recursos e de reduzir a poluição. **Embora em determinadas partes do mundo os padrões de consumo sejam muito altos, as necessidades básicas do consumidor de um amplo segmento da humanidade não estão sendo atendidas.** Isso se traduz em demanda excessiva e estilos de vida insustentáveis nos segmentos mais ricos, que exercem pressões sobre o meio ambiente (AGENDA 21, 1997, p. 18).

Essa preocupação de que trata a Agenda 21, em haver um equilíbrio entre o consumo exacerbado dos países ricos, e a impossibilidade de se ter acesso aos bens de consumo básico nos países mais pobres, é resultante das implicações que o atual quadro de desigualdades sociais tem gerado. Muitos autores, como Cavalcanti, Camargo e Barbieri, que se está abordando neste trabalho, são coniventes com as necessidades de mudanças que a Agenda 21 tem lançado.

O fim preciso a que se destina as mudanças no consumo, é para que haja uma nova mentalidade ou uma nova cultura, no sentido de não deixar de consumir, mas fazê-lo de uma maneira equilibrada e sem desperdícios, que vise assegurar o direito de consumir das gerações futuras, como também assinala a ONU em suas declarações. Esta exigência, de uma nova mentalidade em relação ao consumo é preconizado também por Cavalcanti, onde afirma que:

novas regras econômicas são uma necessidade, na medida que o desenvolvimento sustentável torna-se objetivo econômico mais consensual. **Em lugar de pedir sempre mais consumo, o que se deve ter em vista é o consumo que pode ser levado adiante sustentavelmente** (2001a, p.168, grifo nosso).

À medida em que a globalização e o próprio desenvolvimento da sociedade

avançam, emergem novas necessidades de consumo, impulsionadas muitas vezes pela cultura consumista e fomentada pela criação de novos produtos e necessidades. Isto já foi denunciado por Furtado (1974) em sua crítica ao mimetismo cultural. Neste sentido, também Cavalcanti reforça:

O apelo ao consumismo é muito forte. Ninguém quer renunciar à possibilidade de, algum dia comprar um novo vídeo cassete, um carro mais avançado, um forno de microondas, [...]. Nossa vida pessoal é um contínuo processo de aquisição de bens de consumo, comprados muitas vezes por hábitos consumistas e esbanjadores automáticos, que adotamos em virtude de esquemas persuasivos de marketing lançados maciçamente sobre nós (2001a, p. 161).

A análise quer mostrar, que em muitos casos, coloca-se em prejuízo variáveis que poderiam ser mais importantes do que consumir um bem induzido quase que por uma compulsão. São os consumos exacerbados, que visam a satisfação particular e não são feitos com moderação, que levam a exaurir os bens coletivos, como a água, energia elétrica e recursos naturais, que são essenciais para garantir a sustentabilidade do meio ambiente³².

Vale ressaltar, que este novo padrão de consumo, faz inferência sobretudo à prática do consumismo, que é distinta do consumo. O **consumo**, no dicionário de Economia, é definido como “a utilização, aplicação, **uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou empresa**”, enquanto que o **consumismo**, usado por Sandroni, como reflexo da sociedade de consumo, tem uma outra concepção, sendo definido como “situação própria dos países altamente industrializados, **caracterizada pela produção e pelo consumo ilimitado de bens duráveis**, sobretudo artigos supérfluos”. O autor ainda afirma que “**toda ação**

³² “A ONU calcula que, dentro de 25 anos, 2,8 bilhões de pessoas viverão em regiões de seca crônica; no Oriente Médio e Norte da África, as regiões mais críticas, a disponibilidade de água estará reduzida em 80%. Da água do planeta, 97,3% encontra-se nos oceanos e é água imprópria para consumo. 2,34% são águas das geleiras nos pólos ou de lençóis freáticos profundos. O Brasil possui 12% das reservas de água do Planeta. Porém, quase 70% dos mananciais se concentram na Amazônia, região que tem 6,98% da população do país. Segundo a OMS. 1,2 bilhão de pessoas no mundo não dispõem de água potável; 80% das doenças e 30% das mortes são causados por água contaminada” (LUCCAS, 2000, p. 16-18).

consumista, tem como alvo o indivíduo, e não o grupo social”³³ (SANDRONI, 2003, p. 126,570, grifo nosso).

Essa questão sobre o consumo pode gerar um certo antagonismo. Quando Cavalcanti (2003) fala da pobreza, por exemplo, defende que não é uma tarefa fácil pensar em renunciar ao desenvolvimento, pois o mesmo é tido como via principal para combater a miséria, e como solução, aponta para a redistribuição da renda. Também nesta análise do consumo, é necessária que seja compreendida, pois se analisada pela lógica do sistema econômico vigente, freiar o consumo torna-se uma coisa ilógica e sem fundamento.³⁴

Conforme mencionado, o objetivo principal a que se destina este novo modo de encarar o consumo equilibrado, voltado sobretudo ao consumo necessário e não de maneira consumista, é para que as gerações futuras, como reza a definição de desenvolvimento sustentável, possam ter os mesmos níveis de consumo que a geração atual possui. A própria definição de consumismo, vista acima, que denota uma prática puramente voltada aos interesses individuais, tende a ser uma prática redutora, se analisadas pelos pressupostos da sustentabilidade, que tem suas características no âmbito coletivo. Porém, para que tal mudança possa ser implementada, faz necessário uma mudança, ou uma nova mentalidade que incorpore tais objetivos e as faça propagar³⁵. Assim como se faz necessário mudar os hábitos de consumo, há que se rever também os padrões de produção.

³³ Apesar de o consumismo ser um sonho para muitos, pesquisas recentes mostram que este quadro está se alterando, frente a pobreza que tem se acentuado. Uma pesquisa realizada em 4 capitais do Brasil, com mais de 1300 pessoas, encomendada por uma agência de Marketing de São Paulo, com a finalidade de desenvolver oportunidades para projetos de ação mercadológica das empresas, mostrou que “o consumidor já está chegando a conclusão de que a satisfação pessoal baseada em sonhos de consumo só pode ser alcançada se vier acompanhada de justiça social” (MASCHIO, 2003,). Trata-se de um resultado positivo aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

³⁴ Para o sistema econômico e mais especificamente, para o mercado, não interessa a distinção entre o que é consumo e consumismo, mas interessa apenas, que seus produtos sejam vendidos a um número sempre maior de consumidores, para com isso fomentar os lucros. Vale contudo ressaltar, como já visto, que os pressupostos a que se destinam este novo modo de consumo equilibrado, tem seu foco na redução do consumismo exacerbado, que não leva em conta as externalidades causadas.

³⁵ O capítulo 3 tratará especificamente em que consiste e quais as implicações desta nova mentalidade tida como necessária para que o desenvolvimento sustentável possa ser implementado.

2.4 Mudança nos Padrões de Produção

Esta tendência a adoção de novos métodos de produção não implica em alterar o sistema produtivo. Trata-se de um novo modo de produção que combine eficiência produtiva e redução de poluentes. Para isso, se faz necessário a utilização de novas tecnologias que favoreçam diretamente a redução da emissão de poluentes na atmosfera.

Segundo o PNUMA, a expressão produção mais limpa faz referência a abordagem ambiental de um modo amplo, que considera todas as fases do processo de manufatura e ciclo de vida dos produtos, que vão desde o seu uso nos domicílios e nos locais de trabalho. (BARBIERI, 2003).

Obviamente que para a implantação de tecnologias menos poluentes, o seu custo geralmente torna-se elevado impossibilitando o seu uso, sobretudo pelos países menos desenvolvidos, que dispõem de recursos financeiros mais limitados. Este foi um motivos também, que levou o Tratado de Kioto em um de seus dispositivos, segundo Souza (2005), a isentar os países em desenvolvimento a cumprir as metas de poluição, no entanto, caso apresentassem projetos econômicos viáveis, estes seriam financiados pelos países desenvolvidos. Mas não obstante as dificuldades de implementação, a ONU reitera que tais padrões devem ser seguidos por todos os países, visando reduzir grau de poluição no planeta.

Para Barbieri (2003), um modo de produção que vise apenas controlar a poluição no final do processo produtivo, conhecido como sistema *end-of-pipe technology*,³⁶ se contrapõe aos objetivos da produção mais limpa, que incorpora mudanças nos produtos e modos de produzir, visando eliminar todo tipo de rejeitos, antes mesmo que seja criados. O

³⁶ O sistema de redução da poluição, *end-of-pipe technology*, que atua no final do processo produtivo, gera efeitos positivos quanto à redução aos danos ambientais, porém tem custos elevados e com isso, tais custos são repassados aos produtos, elevando os preços e os custos sociais. Geralmente este sistema procura atender padrões de emissão exigidos por regulamentação governamental e não é realizado por um objetivo particular, com a finalidade de contribuir para a sustentabilidade (BARBIERI, 2003).

uso de tecnologias limpas, no entender de Barbieri, contribuem para ampliar a sustentabilidade dos sistemas naturais, quer pela redução da necessidade de insumos para um mesmo nível de produção, como pela diminuição da poluição resultante do processo de produção, distribuição e consumo.

Segundo a Agenda 21, as tecnologias limpas ou ambientalmente saudáveis, “protegem o meio ambiente, são menos poluentes, usam todos os recursos de forma mais sustentável, reciclam mais seus resíduos e produtos e tratam os dejetos residuais de uma maneira mais aceitável do que as tecnologias que vieram substituir”. Mais adiante, continua: “as tecnologias ambientalmente saudáveis não são apenas tecnologias isoladas, mas sistemas totais que incluem conhecimentos técnicos, científicos, procedimentos, bens e serviços e equipamentos (AGENDA 21, 1997, p. 228). O documento ressalta ainda, quanto à necessidade de se haver cooperação internacional para que estas tecnologias, assim como o conhecimento técnico-científico possam ser transferidas em condições favoráveis aos países menos desenvolvidos que se encontram aquém em suas condições econômicas.

A empresa Femaq³⁷ da Economia de Comunhão, tem oferecido grandes contribuições ao desenvolvimento sustentável, através de sua prática em adotar tecnologias não poluentes, mesmo que através de altos investimentos.

Pensar em mudança nos padrões de consumo, exige, além da adoção de tecnologias limpas, que são essenciais à sua consolidação, uma integração destes objetivos com a eficiência econômica necessária.

³⁷ A Femaq é a empresa na qual se fará a pesquisa de campo deste trabalho, que constará no capítulo 4.

2.4.1 Ecoeficiência

A Ecoeficiência está voltada a aplicação do tripé do desenvolvimento sustentável, onde se fala que, uma empresa, para ser válida dentro dos conceitos de eficiência com observância ambiental, precisar ser economicamente rentável, ambientalmente compatível e socialmente justa (SACHS, 2004).

Trata-se de uma junção entre eficiência propriamente dita e ecologia. Assim como o objetivo da produção mais limpa visa reduzir a emissão de poluentes, a Ecoeficiência baseia-se em um novo modo de produção, onde se busca produzir mais com menor impacto ambiental. A utilização de insumos na produção, se feito sob um melhor aproveitamento, tende a contribuir para a otimização do processo e com isso contribuir para a redução dos resíduos, que geralmente, não apenas poluem, como também elevam os custos financeiros. Para Sachs (2004), o capitalismo, se mostra eficiente em termos da alocação de recursos, mas muito deficiente em termos da ecoeficiência e da eficiência no aspecto social.

Assim como toda a abordagem do desenvolvimento sustentável, que implica em incorporação de seus pressupostos em larga escala pela sociedade, para que os objetivos sejam alcançados, a Ecoeficiência apesar de poder ser alcançada por uma determinada empresa que opte pelos seus princípios, os resultados só serão consideráveis, à medida que for reconhecido e incorporado por grande parte das empresas.

Aqui entra uma das grandes dificuldades na implementação do desenvolvimento sustentável, que refere-se à carência de referencial teórico prático, que seja reconhecido e recomendado pelas instituições governamentais. Camargo (2003), aponta a necessidade de se investir em pesquisas sobre o assunto, para que seu reconhecimento seja mais rapidamente validado e melhor entendido pela sociedade.

Finalmente, vale ressaltar que, dentro desta nova linha de pensar o

desenvolvimento sustentável, outro grande evento que contribuiu para avaliar e traçar novas metas para o desenvolvimento sustentável, foi a Conferência de Johannesburgo,³⁸ que tinha como objetivo, segundo Martins (2002), de fazer um balanço dos resultados e desafios do desenvolvimento sustentável, desde os princípios lançados em Estocolmo, às implicações dos trabalhos da CNUMAD. O evento, que contou com a participação de mais de cem chefes de Estado, tinha seu foco voltado às discussões, quanto a necessidade de se erradicar a pobreza e implantar novos modos de padrão e consumo, que haviam sido lançados já em 1997.³⁹

Foi a partir da realização das mega-conferências conciliadoras da ONU e dos seus respectivos resultados concretos, ainda pífios, diante da complexidade do problema, que diversos autores apontam uma necessidade de mudanças nos paradigmas da economia, a partir de uma nova mentalidade que incorpore tais pressupostos, para que o desenvolvimento sustentável possa se tornar realidade. Esta questão fará parte das discussões do capítulo a seguir.

³⁸ Também conhecida como Rio+10, a Conferência de Johannesburgo, foi realizada na África em 2002.

³⁹ Um trabalho realizado pela Unicamp, alguns meses após a realização do evento de Johannesburgo, apresenta discussões interessantes, acerca das divergências sobre seus resultados e desafios. Para leitura complementar, verificar (MARTINS, 2002).

CAPÍTULO 3

3 EXIGÊNCIA DE UMA NOVA MENTALIDADE PARA SE ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE: ENTRAVES E CONTRIBUIÇÕES

Das discussões anteriores emerge um questionamento: Como concretizar tudo isto? A base das discussões que serão levantadas, tem por foco a necessidade da mudança de mentalidade, para que os objetivos da sustentabilidade socioambiental possam ser concretizadas. Segundo Franco (2005),

não restam dúvidas de que o processo econômico baseado no crescimento ilimitado, tem intensificado e muitas vezes de forma irreversível a integridade do sistema ecológico. O modo parcial com que questões urgentes como a pobreza e meio ambiente são tratados, não obstante os muitos esforços já empreendidos, são sinais de que é necessário mudar a mentalidade, o modo com que certas realidades são consideradas (p. 10).

Dos autores já abordados no trabalho, de forma especial, Camargo (2003), Barbieri (2003), Rampazzo (2001), Cavalcanti (2001), Burckart (2002) e Stahel (2001), ambos são unânimes em suas posições quanto a necessidade de se criarem novos paradigmas econômicos, voltados não unicamente ao lucro, mas à sustentabilidade, com seus requisitos subjacentes, e ainda, à necessidade de se criar um novo modo de encarar os problemas socioambientais, a partir de uma nova mentalidade que seja capaz de incorporar os objetivos inerentes ao desenvolvimento sustentável e não medir esforços para a sua concretização.

Não obstante às consideráveis contribuições à maturação do desenvolvimento sustentável em nível mundial, a sua implementação, de acordo com a maioria dos pesquisadores, ainda carece de esforços, discussões, cooperação entre os países, sensibilidade à pobreza e ao descaso ambiental, dentre outros requisitos básicos, que sem os quais, torna-se difícil perceber resultados tangíveis.

Uma grande contribuição neste sentido, verifica-se no pensamento da Ecologia Profunda, que constitui um novo modo de encarar a problemática socioambiental, a partir da busca de um equilíbrio humano, material e espiritual.

3.1 O Papel da Ecologia Profunda

Criada em 1972, no mesmo ano da Conferência de Estocolmo, a Ecologia Profunda teve grande destaque dentro do aspecto ambiental, sem contudo ser apontada, como um meio que viesse solucionar a complexidade dos problemas ambientais já experimentados na década de 1970.

Fundada pelo Filósofo norueguês Arne Naess, que buscava introduzir uma nova maneira de entender os problemas ambientais, a partir de um sentido mais profundo e espiritualizado às questões do relacionamento humano e os elementos da natureza, a Ecologia Profunda, segundo Braun (2001), possui a concepção de que a sociedade é dotada de crenças e valores que são limitados, não havendo como na atual visão dominante de mundo, inspirar soluções mais abrangentes dado que o homem tem se limitado a pensar dentro dos paradigmas dominantes.

Ao tratar deste contraste entre visão de mundo e Ecologia Profunda, Braun (2001) salienta que o paradigma de dominância, desenvolvido pela cultura ocidental, se reflete nas seguintes dimensões: domínio dos seres humanos sobre a natureza; dos poderosos e ricos sobre os pobres e miseráveis, dentre outros, representando que a sociedade tecnológica não só tende a alienar os seres humanos do resto da natureza, como também torna os seres humanos alienados deles próprios.

A Ecologia Profunda, ao considerar os indivíduos como parte do todo, englobando questões como a espiritualidade, bem-estar interior e harmonia entre o ser

humano e os elementos da natureza, estrapola a concepção puramente materialista. Seu modo de pensar, contribui à formação de uma nova visão de mundo, diferente da usual. Se nos dias atuais, tais propostas ainda causam um certo impacto,⁴⁰ na década de 1970, onde a questão ambiental era simplesmente descartada pelos países em desenvolvimento, em vista do crescimento almejado, a proposta da Ecologia Profunda, não ganhou a devida consideração.

Para traçar um quadro síntese do pensamento da visão dominante de mundo e as concepções da Ecologia Profunda, se mostrará abaixo um paralelo:

Quadro 2 - Visão dominante de Mundo e Ecologia Profunda

Visão dominante de mundo	Ecologia Profunda
• Domínio da natureza	• Harmonia com a natureza
• Ambiente natural com recursos voltados aos seres humanos	• Natureza possuidora de valores intrínsecos e equidade a todas as espécies
• Crescimento econômico e material para o crescimento da população humana	• Os bens humanos são voltados a servir a auto realização e a realização global
• Crença em amplas reservas de recursos naturais	• O planeta Terra possui recursos limitados
• Soluções e progressos por meio da alta tecnologia	• Uso de tecnologias apropriadas que leve em conta a preservação
• Consumismo	• Utilização de reciclagem e reutilização

Fonte: Baseada em Devall e Sessions (1985, *apud* BRAUN, 2001).

Vê-se que a Ecologia Profunda, com seu discurso e princípios voltados aos questionamentos filosófico e espiritual, dentre outros, ofereceu grandes contribuições a

⁴⁰ Ver por exemplo, os Estados Unidos, que não ratificaram o Tratado de Kioto em 2005, por temer que tal medida viesse a atrapalhar o desempenho de sua economia (SOUZA, 2005).

vários quesitos até hoje estudados e tidos como necessários à implementação do desenvolvimento sustentável. Dentre os pontos em comum entre ambos, pode-se destacar: produção mais limpa com ênfase a reciclagem; tecnologias apropriadas e não poluidoras; consciência à limitação dos recursos naturais, e a dimensão espiritual, etc.

Na Economia de Comunhão, além de contemplar os aspectos econômicos, ambientais e sociais, dentre outros, também se procura, dentro de sua prática empresarial e econômica, dar ênfase ao aspecto da espiritualidade, não no sentido de religiosidade explícita, que o tornaria restrito, mas no fato de se procurar criar uma harmonia em todos os relacionamentos, com os funcionários e seus *stakeholders*,⁴¹ na busca pela valorização do homem que deve sobrepor aos objetivos unicamente do lucro, na tentativa de buscar promover a paz e justiça, etc. Trata-se de uma abordagem espiritual moderna, que refere-se sobretudo, à aplicação concreta e não tanto em discursos persuasivos.

Outra grande contribuição dentro desta linha de pensamento humanista, é dada por Ignacy Sachs e Celso Furtado, que será analisado a seguir.

3.2 A Análise Teórica a Partir de Uma Experiência Empírica: As Contribuições de Ignacy Sachs e Celso Furtado

Dentre as contribuições de muitos pesquisadores acerca do desenvolvimento de uma linha de pensamento voltada à sustentabilidade socioambiental, Ignacy Sachs e Celso Furtado merecem destaque, por contribuírem às discussões sobre o tema, desde início dos debates na década de 1970.

Ambos desempenharam um papel importante, na formação de um nova

⁴¹ Significa grupo interessado ou as pessoas e órgãos aos quais a empresa se relaciona, tais como: fornecedores, governo, clientes, concorrentes, etc. No caso da Economia de Comunhão, os pobres também integram o grupo.

mentalidade voltada à concretização das prerrogativas do desenvolvimento sustentável. Sachs (2004), sobressai pela sua novidade em acrescentar aos aspectos ambientais, outros fatores, como o político e o territorial. Furtado (1974), destaca-se por chamar a atenção quanto aos limites do crescimento e por questionar se o desenvolvimento econômico poderia contemplar as classes mais pobres, em virtude da escassez generalizada dos recursos da natureza.

Ignacy Sachs, nascido em Varsóvia, na Polônia em 1927, percorreu toda a trajetória do desenvolvimento sustentável desde as discussões em Estocolmo, sendo também membro ativo de diversas entidades e trabalhos sobre o tema em diversas partes do mundo, o que lhe conferiram seriedade e competência ao tratar de um tema tão complexo como o desenvolvimento sustentável. Seu objetivo foi tentar tornar mais compreendido, assimilado, e conseqüentemente, possibilitar à formação de uma consciência coletiva para tratar dos complexos problemas globais (SACHS, 2004). Para o presente trabalho, é pertinente abordar suas principais contribuições nesse campo, com ênfase à sua compreensão alargada do significado e implicações do desenvolvimento para um país.

Um de seus trabalhos bibliográficos mais recentes, que contou com o prefácio de Celso Furtado,⁴² intitula-se: Desenvolvimento includente, sustentável sustentado. Nessa literatura, pode-se evidenciar que a nova concepção de desenvolvimento sustentável, com seu aspecto socioambiental é posta em relevo pelo autor em suas discussões, com algumas contribuições adicionais salientes. Outro aspecto característico de Ignacy Sachs, é sua posição em defesa de novas alternativas para que países em desenvolvimento possam ser contemplados pelos resultados da economia e não apenas esmagados pelo processo de globalização que segundo ele, tende a acentuar as desigualdades e ao aumento da pobreza⁴³.

Uma de suas críticas, fazem referência à economia capitalista, onde, além

⁴² Foi o último trabalho científico de Celso Furtado antes de vir a falecer em 2004.

⁴³ No próximo tópico sobre a globalização e seus entraves, este assunto será retomado.

de possuir uma incomparável eficiência na produção de riquezas, o autor afirma que “ela também se sobressai por sua capacidade de produzir males sociais e ambientais” (SACHS, 2004, p. 41). Segundo o autor, estes males são o preço que se paga quando se opta pelo progresso econômico. Porém, o ponto convergente do pensamento de Ignacy Sachs, está na necessidade de criar mecanismos para que a riqueza produzida possa ser melhor distribuída, não de forma caritativa, mas através de melhores oportunidade dignas de trabalho, que poderão possibilitar uma inclusão mais justa. Ele também defende a necessidade de implantar novos padrões de produção e consumo, tão requeridos pela ONU em seus discursos.

Neste seu trabalho, são apresentados os cinco pilares essenciais do desenvolvimento sustentável, que seguem abaixo:

a) **Social**, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta; b) **Ambiental**, com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos; c) **Territorial**, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; d) **Econômico**, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam; **Político**, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz a diferença (SACHS, 2004, p. 15-16, grifo nosso).

Além de possuir uma visão que melhor condiz com os problemas atuais e suas possíveis soluções ou tomadas de posições, o autor é inovador ao acrescentar o papel da política e da cooperação internacional dentro do debate, uma vez que, conforme visto em Barbieri (2003), pelo fato de as discussões e várias Conferências até agora realizadas, terem significado muito pouco na adesão concreta por parte de governantes, também por que estas Conferências não implicaram em obrigações diretas, mas apenas em recomendações, a inserção política sempre deixou a desejar.

Outra grande contribuição na verificação das barreiras que o próprio modelo de desenvolvimento econômico acaba criando, foi dada por Celso Furtado, em uma

de suas obras intitulada “O mito do desenvolvimento”.⁴⁴ A incomparável capacidade e conhecimento empírico de Furtado, que ao longo de sua vida, dedicou-se a questões sobre desenvolvimento econômico, lhe renderam um arcabouço de conhecimento e de coragem, em escrever sobre um assunto polêmico, envolvendo crescimento econômico, externalidades ambientais, escassez dos recursos naturais (que implicava em repensar o processo de desenvolvimento), dentre outros, sendo temas que na época eram praticamente ignorados.⁴⁵

Furtado, ferrenho defensor de um modelo de crescimento voltado ao mercado interno, o qual procurava não ter laços com o capitalismo internacional, defende que a noção de desenvolvimento econômico, que correspondia a um determinado mimetismo cultural, onde procurava copiar os padrões de produção e consumo dos países centrais, acabava por si só sendo irrealizável. Tal modelo, acabava em partes sendo copiado pelos países periféricos, mas que na prática eram mantidos por uma pequena elite que tentava reproduzir os padrões de consumo dos países centrais, e pouco se preocupavam com o desenvolvimento como um todo, contribuindo desta maneira para acelerar as disparidades sociais já existentes. Nesse sentido, para elucidar sua posição, o autor chega a afirmar, que “a parcela máxima da população do país periférico em questão, que pode ter acesso às formas de vida dos países cêntricos é dez por cento” (FURTADO, 1974, p. 72).

Não obstante a observância das assimetrias econômicas e sociais entre os países periféricos e centrais, que impediam a construção de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente eficiente, um dos pontos que merecem destaque na crítica de Furtado, foi a

⁴⁴ Esta obra foi escrita em 1974, na época em que o Brasil ainda experimentava os reflexos do “milagre do crescimento” e como já visto, buscava incessantemente uma industrialização a qualquer custo, tomando inclusive, posição contrária aos objetivos da Conferência de Estocolmo.

⁴⁵ Cavalcanti (2001b), salienta que, na época em que o mito do desenvolvimento foi escrito, devido ao reflexo do milagre do crescimento e para aqueles que tinham interesse no assunto, a posição de Furtado, além de ser pouco aceita, não passava de uma enorme heresia.

verificação praticamente embrionária,⁴⁶ de que o processo de desenvolvimento econômico era irrealizável, porquê acabava esbarrando em um dos pontos até então pouco considerados, que refere-se a degradação ambiental e a escassez dos recursos naturais, que prenunciavam a utopia do desenvolvimento econômico. (FURTADO, 1974).

Furtado ressalta, que o progresso da economia, voltado unicamente à criação de valor econômico, não contempla de maneira devida os impactos, alguns irreversíveis, de degradação ambiental.

O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida⁴⁷ é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que **o desenvolvimento econômico – a idéias de que os povos pobres podem um dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável** (1974, p. 75, grifo nosso).

Sua afirmação de um possível colapso na civilização, tem reflexo nas discussões da época, que viam no famoso período de ouro da economia (1945-1975), uma possibilidade de que a mudança experimentada pelos países que alavancaram a revolução industrial poderia ser universalizado.

Cavalcanti (2001a), conhecedor desta problemática e conivente com as idéias de Furtado, aponta que, se tal premissa de universalização dos padrões de consumo tivessem se efetivado, o sistema econômico mundial teria entrado em colapso.

A cultura local é outro ponto posto em relevo por Furtado (1974), como aspecto negativo que a abertura comercial tende a ocasionar, pelo fato de acabar perdendo

⁴⁶ Uma figura de renome que também procurou abordar a questão do impacto do crescimento econômico no meio físico, foi o romeno-americano Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), considerado pai da economia ecológica, onde apesar de seu esforço, seu trabalho não foi reconhecido, por tratar de um assunto que pouco interessava aos cânones da economia da época. Para um maior aprofundamento sobre Georgescu, ver: MALTA, Cynthia. Um modelo alternativo de crescimento. *Jornal Valor Econômico*, 03/09/2004.

⁴⁷ O autor refere-se ao estilo de vida criado pelo capitalismo industrial e pelo mimetismo cultural dos países periféricos que procuram incorporar os padrões de consumo dos países centrais, gerando com isso a insustentabilidade, em termos sociais e ambientais.

sua identidade e incorporando outros critérios como válidos, como a tendência de se reproduzir determinados estilos de consumo, orientados por padrões insustentáveis verificados no consumo privado de uma minoria privilegiada.

Em suma, a idéia do mito do desenvolvimento, refere-se à crescente disparidade social, ao aumento da escassez dos recursos naturais e à degradação ambiental. Neste sentido, Cavalcanti (2001b) argumenta, que é a partir da verificação de um sistema que destrói recursos naturais, agrava disparidades sociais e tende ainda a produzir uma homogeneização cultural de forma danosa, que o desenvolvimento pode ser considerado como um mito.

Tanto Sachs, como Furtado, pelo conhecimento empírico adquirido ao tratar de temas envolvendo desenvolvimento, subdesenvolvimento, pobreza, limites ambientais, entre outros, ofereceram grandes contribuições acerca da necessidade de uma nova consciência pessoal e coletiva, que parece contrapor a realidade econômica experimentada, mas que é preciso que seja assumida pelos agentes sociais, para que seus objetivos possam ser concretizadas. O trabalho de Sachs ainda continua pujante neste campo.

3.3 Reflexos da Globalização no Aspecto Ambiental e Socioeconômico

Dada a complexidade que o termo globalização remete, a presente discussão limitar-se-á, a apresentar alguns pontos salientes quanto ao entrave que o processo de globalização tem oferecido ao modelo de desenvolvimento sustentável, sobretudo quanto às externalidades socioambientais.⁴⁸

⁴⁸ Um ponto que não se pode desconsiderar são os aspectos que a globalização traz de positivo. Neste sentido merecem destaque: a facilidade nas comunicações, serviços de internet, acesso a novas tecnologias e mercados consumidores, entre outros. No entender de Kofi Annan (2002), citado por Sachs (2004), a tradução árabe da palavra globalização significa “inclusividade mundial”. No entanto, as formas desiguais da globalização tem prejudicado os interesses dos países em desenvolvimento. Ver Sachs (2004, p. 63-65).

Sachs (2004), com sua larga experiência em assuntos de desenvolvimento econômico e sustentável, aponta que as formas assimétricas da globalização atual, tem prejudicado os interesses dos países em desenvolvimento, onde tendem a favorecer a poucos incluídos e deixar de fora, muitos excluídos. Ele salienta que

os incluídos vivem no capitalismo reformado, enquanto os excluídos estão condenados a formas mais duras e até selvagens de capitalismo[...]. Nas suas formas atuais, a globalização reproduz, entre as nações centrais e periféricas, o mesmo padrão perverso de crescimento concentrado e excludente que se observa dentro das nações” (SACHS, 2004, p. 64).

A análise feita por Sachs, chama a atenção principalmente para o crescimento da pobreza que a globalização tem fomentado, como um dos entraves à sustentabilidade. Sua crítica de que a globalização assimétrica, faz dos países menos desenvolvidos os principais perdedores, é conivente com as conclusões da ONU, sobretudo se analisadas a partir da CNUMAD.

Sachs (2004) traça uma crítica acerca da alienação dos países em desenvolvimento aos países centrais, onde muitas vezes, para poder cumprir seus compromissos externos, acaba tornando a política pública redutora de investimentos sociais e com isso, sendo ineficaz no combate à pobreza⁴⁹.

Dupas (1999) também procura tratar da globalização a partir de uma postura crítica e realista do atual quadro. Ele defende que a discussão sobre a exclusão social está diretamente relacionada à globalização, pelo efeito redutor de mão de obra, que o progresso tecnológico tem gerado. Outro ponto saliente na sua abordagem é o enfraquecimento do poder do Estado em tratar de questões sociais, pelo fato de que novas

⁴⁹ José Pastore, citado por Sachs, faz referência ao caso do Brasil, onde segundo ele “o Brasil vive um tempo paradoxal: euforia no mercado financeiro e desespero no mercado de trabalho”. O autor afirma que no caso do Brasil, não obstante muitos índices após a posse do governo Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2003, terem apresentado melhora, como a queda do risco Brasil, aumento das exportações, cumprimento das metas de superávit, revalorização dos papéis brasileiros, o preço a ser pago muitas vezes foi a redução de investimento social e um crescimento acentuado do desemprego e aumento da informalidade.

prioridades e compromissos são desencadeados pela globalização, gerando como consequência, o aumento da disparidade da renda, e levando a pobreza, o desemprego e o subemprego, a acelerarem a exclusão social.

Um processo de globalização que beneficia poucos países e coloca muitos em detrimento para alcançar seus objetivos, tende a reduzir as chances de um desenvolvimento sustentável. O reflexo da globalização mundial, que tornou o mercado mais concentrado, reduziu a oferta de emprego pela implantação de tecnologias modernas, impeliu à qualificação profissional, reduziu os salários pela crescente oferta de mão-de-obra, tornou a economia mais vulnerável a pressões externas, etc, praticamente acabou excluindo as nações que não conseguem se adaptar ou oferecer condições favoráveis a essas exigências.

Foi essa busca em manter-se competitivo frente a globalização mundial, que levou os Estados Unidos, conforme analisado, a não assinar o Tratado de Kioto, por temer que isso fosse prejudicar o bom desempenho da Economia. Novamente aqui, a preservação ambiental, cede lugar à busca do lucro a qualquer custo. No entender de Dupas (1999), com a globalização, a agressão ao meio ambiente tende a se acentuar. Ele aponta que a maioria das firmas transnacionais, apenas projetam seus produtos, sem contudo, fabricarem, e que desta forma, externalizam seus riscos. Para o autor, se torna menos difícil romper contrato de subcontratação, ao invés de fechar uma indústria própria, a qual pode acarretar deterioração da imagem e gerar problemas legais. Esse mesmo procedimento aplica-se a sonegação fiscal (enfraquecendo o poder dos Estados) e a agressão ambiental, onde eventuais irregularidades normalmente recaem sobre a subcontratada.

Verifica-se que também aqui a noção de exploração, passa a ser aplicada de maneira direta à empresa terceirizada, geralmente de países periféricos e com altos índices de pobreza. De certa forma, afeta toda a sociedade, onde os riscos inerentes à produção, sobretudo, ao aspecto da preservação ambiental, não se traduz como princípios e objetivos

das transnacionais, mas esses riscos são externalizados, não gerando nenhum ônus à empresa globalizante. O aspecto ético e legal, indispensável dentro da exigência de uma nova mentalidade ao desenvolvimento sustentável, se observado por esta ótica das empresas transnacionais, se apresentam como grandes entraves, pois não são valores incorporados.

Outro ponto negativo enfatizado por Dupas (1999), é o fato de que com o aumento da concorrência internacional, ocorreu o declínio dos preços de equipamentos de tecnologias recentes, onde produtores temem muitas vezes em reajustar preços, com medo de perder alguma fatia de *market share*.⁵⁰ Se analisado por um lado, é positivo, pois o mercado consumidor poderá ter acesso a produtos por um preço menor, por outro, na impossibilidade de baixar seus preços, pequenos produtores de países periféricos acabam falindo por não ter as mesmas condições competitivas, geradas em grande parte pelas economias de escala destas grandes empresas transnacionais. Dupas aponta, que para alcançar tal posição de competitividade, muitas empresas transnacionais articulam à sua rede de produção, países com baixos salários, para que possam com essa redução de custo, serem mais competitivas. Novamente aqui, quem acaba sendo explorado, são os países periféricos.

Para incorporar os pressupostos da sustentabilidade, concernentes aos seus objetivos amplos, faz-se necessário mudanças no modo de pensar a realidade ambiental e socioeconômica, constituindo-se um dos grandes desafios da atualidade.

3.4 Os Desafios à Aplicação de Uma Nova Mentalidade Voltada aos Pressupostos do Desenvolvimento Sustentável

A inserção de objetivos tão amplos como a busca da sustentabilidade, nos

⁵⁰ Significa porção, fatia ou representatividade, que determinada indústria ou setor ocupa no mercado.

aspectos econômicos, ambientais e sociais, conforme visto, requerem uma nova postura, seja a nível pessoal, coletivo e governamental. Os desafios a serem enfrentados com vistas a alcançar aos resultados almeçados, poderão ser de enormes proporções.

Numa época em que não obstante às várias tentativas já empreendidas para tratar do assunto, os resultados alcançados, ainda que existentes, se mostram pífios, diante da complexidade do problema, e incutem à tentativa de buscar um novo modo para que os problemas possam ser solucionados. São respostas que se procura encontrar para tratar de problemas já antigos e sempre mais complexos. Isso constitui a base dos desafios e objetivos inerentes.

Para Stahel, professor de economia e pesquisador da área ambiental,

a atual crise ecológica é apenas reflexo dessa contradição de caráter insustentável do capitalismo. Dessa forma, **discutir a questão ecológica sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais** da nossa sociedade, **resulta em um discurso vazio**.[...] A busca de sustentabilidade exige que coloquemos novamente a busca dos equilíbrios qualitativos vitais no centro das nossas preocupações[...].(2001, p. 117, grifo nosso).

Essa crescente preocupação em procurar antes de tudo, discutir os elementos culturais e a implementação de uma nova mentalidade, para tratar do tema, tem sido unânime entre os principais autores que tratam do assunto. Alguns chegam a serem enfáticos quanto a urgência na tomada de posição, se o objetivo for chegar a algum resultado ou então, se deseja amenizar os desequilíbrios.

A Agenda 21, dentre suas atribuições, ela ofereceu grandes contribuições dentro das discussões sobre a necessidade de uma mudança de mentalidade. Ela salienta que “há a necessidade de criar novos conceitos de riqueza e prosperidade capazes de permitir melhorias na vida humana por meio de modificações no estilo de vida que sejam menos dependentes dos recursos finitos da Terra” (AGENDA 21, 1995, *apud* CAMARGO, 2003, p. 83).

Segundo Camargo (2003, p. 121), tem-se ainda duas opções: se por um lado pode ser que a sociedade e as pessoas não estejam prontas para serem protagonistas, por outro, os problemas socioambientais se agravam e podem não esperar por essa prontidão. O autor usa uma expressão significativa, que propende a causar uma reflexão: “poderemos deixar esse caminho se fechar a nós e perder o tempo de ainda alcançá-lo”.

Camargo (2003) ressalta ainda, que não obstante a sensibilização por parte da comunidade global, são os valores humanos e as aspirações sociais que ditarão o modo com que os indivíduos se portarão frente a esta questão. Ao tratar da falta de um modelo que possa ser seguido, na tentativa de realizar o desenvolvimento sustentável, Camargo enfatiza que, diante de um contexto marcado por crises sociais, ambientais e de outras esferas, atualmente, todos parecem ao menos a princípio – ser adeptos do desenvolvimento sustentável, sem no entanto, saber como implementá-lo no âmbito dos planejamentos nacionais, regionais e locais. Este, aliás, é um dos focos principais defendidos por Stahel (2001), onde acredita, que a análise que não leva em conta as implicações de um modelo complexo como o sustentável, os efeitos são nulos.

Estas mudanças porém, que requerem uma nova cultura como forma de atuação, são um desafio à sociedade moderna e tendem a incutir a idéia de uma árdua tarefa à sua concretização e conseqüentemente, uma adesão mais lenta. É justamente desta escolha que Camargo (2003) salienta, onde, independente se o mundo encontra-se preparado ou não para encarar tais desafios, precisa-se fazer a escolha, que implica, em incorporar uma nova postura, não mais consumista, poluidora e alheia a questão da pobreza, de maneira que tais problemas possam ser atenuados.

Uma eficácia ao desenvolvimento sustentável em âmbito mundial, “transcende questões, discussões, alianças e decisões puramente políticas, como se acreditou por tanto tempo”. Torna-se necessário que cada pessoa possa fazer a escolha de seguir por

este caminho ou não. Esta escolha segundo afirma o autor, “verdadeiramente não aconteceu” (CAMARGO, 2003, p. 120).

Desta forma, é válido supor, que talvez seja a hora de rever as prioridades e métodos adotados para a busca do desenvolvimento sustentável, onde não obstante os esforços realizados, os resultados ainda são pífios se comparados à gravidade dos problemas socioambientais. Trata-se portanto, de rever as atitudes e comprometimentos de cada país, desde os desenvolvidos que apresentam altos índices de poluição, aos que ainda estão em desenvolvimento, pelos seus números gritantes de acentuação da pobreza.

Neste sentido, o crescimento econômico que seja voltado não apenas ao aspecto quantitativo tende a exercer um papel de elevada importância.

3.4.1 Crescimento Econômico *versus* Exploração dos Recursos Naturais

A busca incessante pelo crescimento econômico a qualquer custo, com seu resultado apenas quantitativo, que apesar de ser um dado expressivo para a economia, segundo Souza (1999), deixa a desejar, não contemplar o aspecto qualitativo, típico da busca do desenvolvimento econômico.⁵¹

O processo de globalização, que como visto, tem fomentado ao aumento das disparidades sociais e desequilíbrios ambientais, tem seu foco quase que unicamente voltado à busca do crescimento econômico, sem levar em conta fatores que põe em detrimento para alcançar tal fim.

⁵¹ Ao traçar uma crítica sobre a forma de mensuração do crescimento econômico, Cavalcanti (2001b) argumenta que elementos que contribuem para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, a construção de condomínios residenciais fechados ou a implantação de grades em jardins e edifícios públicos, como meio de proteção à insegurança crescente, acabam dando a impressão que assim, se tem desenvolvimento.

Trata-se, portanto, da necessidade de uma nova mentalidade, aberta e compreensível a essa problemática, para que possa, a partir de um âmbito individual e posteriormente coletivo, moldar-se a partir das urgências e necessidades inerentes e dar maior visibilidade aos objetivos e metas puramente econômicas, que não contemplam a melhora dos indicadores de qualidade de vida. O governo neste campo tem grande responsabilidade, mas o resultado só poderá ser visível, conforme os argumentos de Camargo (2003), a partir da contribuição e do empenho pessoal de cada cidadão.

Pensar em desenvolvimento sustentável, segundo Rampazzo, consiste em uma compreensão que vai além do próprio crescimento e desenvolvimento econômico, mas deve basear-se em um novo estilo de vida:

Sem dúvida, o crescimento econômico é necessário, porém não é suficiente para garantir o desenvolvimento. Deve submeter-se às regras de uma distribuição social equitativa e às imposições ecológicas. Não é possível continuar com um crescimento baseado na utilização extensiva dos recursos naturais. Pode-se e faz-se necessário pensar um crescimento intensivo que utilize de maneira cada vez mais eficaz os recursos. **Porém, não pode basear-se total e somente na técnica, mas também na modulação das estruturas de consumo e estilos de vida**⁵² (2001, p. 160-161, grifo nosso).

A implicação do paradoxo do crescimento econômico *versus* desenvolvimento sustentável, como se constata, só se conseguirá, a partir da cooperação e de uma consciência coletiva, que possa ao mesmo tempo não abandonar os esforços em almejar crescimento, para resolver os problemas da economia, e levar em conta, que para atingir tais objetivos, outros problemas, como sociais e ambientais não devem ser criados.

⁵² A necessidade de um novo estilo de vida, apontado por Rampazzo (2001), é um aspecto importante para entender a experiência que a Economia de Comunhão realiza, sendo baseada justamente em um novo modo de conceber a realidade social, ambiental, entre outras, a partir de um agir econômico que lhe é característico.

3.5 Um Modelo a Ser Gerido por Uma Nova Consciência Individual e Coletiva

Diante dos inúmeros esforços da ONU e poucos resultados verificáveis, é senso comum a idéia de que os resultados virão à medida que as pessoas deixarem de pensar nos próprio problemas, para criarem uma consciência coletiva e passarem a refletir sobre os problemas da humanidade. Para Camargo (2003), que defende a necessidade de se mudar o comportamento e adquirir uma nova mentalidade, para adotar a ética de viver sustentavelmente, a ONU tem uma papel fundamental. Segundo Camargo,

a ONU precisa rapidamente e fundamentalmente rever seu papel nesse processo e, talvez, esquecer por enquanto o “sonho” das grandes conferências globais conciliatórias. Adotar outro tipo de postura e recursos na condução da cooperação mundial, para que os problemas socioambientais sejam devidamente considerados, muitos amenizados, outros tantos solucionados. Nossos graves problemas socioambientais não podem esperar por nossas confusões, inabilidades, irresponsabilidades, omissões, imaturidade e insensibilidade (2003, p. 122).

Para Camargo, que acredita que a implementação do desenvolvimento sustentável em nível mundial, vai muito além de discussões, alianças e decisões unicamente políticas, rever a atuação da ONU, torna-se fundamental, numa época em que a boa vontade e o desejo de fazer alguma coisa, apesar de fundamental, não dizem tudo. Somente uma maior sensibilidade e mudança de mentalidade, podem trazer resultados satisfatórios à redução das desigualdades sociais, da agressão e poluição ambiental, e enfim, ao desenvolvimento sustentável .

Camargo (2003) é enfático ao reconhecer que muitas das questões polêmicas que o desenvolvimento sustentável traz consigo, algumas aparentemente utópicas de serem conseguidas, ainda não se tem respostas. Mas não obstante a isso, algo precisa ser feito e muito do que já foi tratado, precisa ser revisto e repensado.

Diante da gama de conflitos e reflexões inerentes ao desenvolvimento sustentável, torna-se urgente que o homem, como resultados destas discussões, acorde para

uma mudança necessária na sua relação com a natureza e na relação dos seres humanos entre si, na busca de um melhoramento no caráter humano. A consciência coletiva e um novo estágio espiritual se tornam essenciais para que o processo de desenvolvimento sustentável possa ser gerido⁵³ (CAMARGO, 2003).

Diante de discussões e análise da evolução do significado do desenvolvimento sustentável, com suas implicações, desafios e conquistas, ao longo da história e do avanço da economia, fica saliente a complexidade em implementar e buscar empreender esforços para tornar mais tangível os resultados.

É pertinente ressaltar, segundo Camargo (2003), que o desenvolvimento sustentável é um processo que se encontra em evolução, e que a partir de discussões, iniciativas e polêmicas surgidas em todo mundo, ele começa a se tornar possível e real.

No capítulo seguinte, será analisado a Economia de Comunhão. Trata-se de um projeto recente, também em evolução, e que caminha junto com outras forças positivas, podendo ser considerado uma possível resposta à toda essa problemática, que como visto, impele a incorporação de uma nova cultura e um novo estilo de vida. A Economia de Comunhão, com sua cultura peculiar e um novo modo de agir econômico, contém elementos peculiares que contribuem para os postulados da ONU para um desenvolvimento sustentável.

⁵³ Também neste campo, a Economia de Comunhão oferece consideráveis contribuições.

CAPÍTULO 4

4 A ECONOMIA DE COMUNHÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Economia de Comunhão (EdC)⁵⁴ é um projeto surgido em 1991, que procura contribuir, junto com outras forças positivas, a um maior humanismo na economia. Sua característica principal baseia em uma nova cultura, voltada aos valores da coletividade e ao bem comum. Seu objetivo principal, segundo Lubich (2004), é que as empresas possam pôr os lucros em comum, visando contribuir à redução da pobreza.

A apresentação deste estudo acerca da Economia de Comunhão, visa mostrar uma forma concreta de atuação do desenvolvimento sustentável, como analisados anteriormente, em suas dimensões essenciais: aspecto econômico, ambiental e social. Esta nova cultura que é necessária à concretização do desenvolvimento sustentável, é elemento integrante deste projeto, possibilitando uma maior eficácia na sua atuação.

Para compreender a experiência que a EdC realiza, bem como colher a base motriz de sua proposta, é necessário entender a sua origem, que se dá a partir do Movimento dos Focolares.⁵⁵

4.1 História e Princípios Essenciais

A EdC, considerada como uma experiência peculiar de Economia

⁵⁴ No decorrer do trabalho, se referirá à Economia de Comunhão, por EdC, que é a sua sigla oficial.

⁵⁵ O Movimento dos Focolares nasceu em Trento, ao norte da Itália em 1943, durante a II Guerra Mundial. É um Movimento leigo, surgido no âmbito da Igreja Católica e que hoje tem caráter ecumênico e inter-religioso. Dele fazem parte mais de 5 milhões de pessoas, de todas as raças, culturas, classes sociais, etc. Está presente em 182 países do mundo e tem como lema a Unidade e a Fraternidade Universal (LUBICH, 2004).

Solidária,⁵⁶ surgiu no âmbito do Movimento dos Focolares, o qual é portador de uma cultura peculiar voltada aos objetivos da coletividade nas mais diversas dimensões, dentre as quais, a cultura inerente aos postulados do desenvolvimento sustentável .

O Movimento dos Focolares, segundo Burckart (2002, p. 74-75), baseia-se numa nova visão, resultantes não tanto de reflexões teóricas, mas do esforço de oferecer à prática da vida cotidiana um conteúdo espiritual. A sua espiritualidade inerente, oferece um grande contributo no tratamento de diversas realidades, como culturais e situações sociais diversas entre si. Para Burckart, “a sua visão antropológica é caracterizada pela superação do subjetivismo, [...], por meio de um estilo de vida comunitário”.

O projeto EdC nasceu por ocasião da visita que Chiara Lubich,⁵⁷ fundadora e atual Presidente do Movimento dos Focolares, fez ao Brasil em maio de 1991 à sua comunidade. Ela se deparou com o contraste social existente entre ricos e pobres na cidade de São Paulo, e verificou que essa pobreza também estava presente entre alguns milhares de pessoas que aderem ao Movimento, e o que na época já se fazia de ajuda ao colocar os bens em comum não era suficiente.⁵⁸ Surgiu então a idéia de aumentar essa comunhão, com o

⁵⁶ A peculiaridade da EdC em relação a Economia Solidária, que tem como principal representante Paul Singer, verifica-se, entre outros aspectos, por ela ter nascido de uma espiritualidade e pela busca dos interesses da coletividade protagonizadas por empresários e pelas pessoas que são assistidas, no caso os pobres. Singer (2003, p. 15), enfatiza que “não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas imaneamente solidárias[...]. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres [...]. Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoas se identifica. [...]. E muitos deles aceitam e externalizam os valores do individualismo que fundamenta a instituição do capitalismo.” Na EdC, como se verá adiante, mesmo os pobres, ao saírem de sua condição, se mostram solidários a outras pessoas, sendo também protagonistas dos objetivos da coletividade que norteiam o projeto. Na EdC, como reflexo da cultura da partilha, a experiência com os pobres objetiva levar as pessoas à comunhão. Outro ponto saliente, é que as organizações da Economia Solidária são auto-gestionadas e as empresas da EdC são instituições de propriedade privada, inseridas no sistema de mercado, que procuram oferecer um novo humanismo à Economia. Continuar nesta análise porém, iria além dos objetivos deste trabalho. Para um maior aprofundamento, ver Pinheiro, (2003, p. 333-351) e Singer (2003, p. 11-28).

⁵⁷ Chiara Lubich é a fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares. Ela é reconhecida como a mulher que conseguiu colocar em reciprocidade milhões de pessoas de culturas, credos e convicções diferentes. Dentre os reconhecimentos que recebeu pela sua atuação no campo espiritual, ecumênico, cultural, político e social, destacam-se, o Prêmio UNESCO para a Educação à Paz (1998); vários doutorados Honoris Causa: em Economia, Ciências Sociais, entre outros. (COSTA, et. al. 1998).

⁵⁸ Essa prática de colocar os bens em comum, na perspectiva da comunhão, já se fazia desde a origem do Movimento dos Focolares em 1943 e constitui a chamada “cultura da partilha”. No tópico 4.2 este assunto será retomado.

surgimento de empresas, que fossem confiadas a pessoas competentes, com capacidade de fazê-las funcionar com eficiência e com isso obter o lucro. Aqui, porém, é que se encontra a grande novidade deste projeto, deste novo “paradigma econômico”, onde o foco principal são as pessoas, e o lucro (motor do capitalismo) geralmente centralizado aos donos do capital, passa a ser redistribuído de uma maneira mais justa.

Nas empresas da EdC, o lucro é dividido em três partes: Uma parte é usado para investir na empresa, com objetivo de fazê-la crescer e gerar novos postos de trabalho; outra parte para desenvolver estruturas visando a formação de homens e mulheres que motivam a vida pela “cultura da partilha”, para que sejam “pilares” desta nova sociedade. Visa formar, portanto, homens com uma nova mentalidade, com uma nova cultura voltada à partilha, porque sem “homens novos, não se faz uma sociedade nova”; e a outra parte do lucro, que poderia-se dizer, o objetivo para o qual a EdC nasceu, seria para os pobres,⁵⁹ “dando-lhes a possibilidade de viver de um modo mais digno, enquanto procuram um trabalho”(LUBICH, 2004, p. 31-32).

Quando se fala da dignidade da pessoa, pode-se tecer uma análise às diferentes formas de ajuda, como a filantropia e o assistencialismo, que são positivas por seu objetivo, porém pode criar uma dependência por parte de quem recebe tal ajuda, ou ainda, ser utilizada como uma forma de as classes dominantes reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração.⁶⁰ Na EdC, os pobres são parte integrante do projeto, dividindo a mesma relação de dignidade com quem dá e quem recebe. O velho ditado conhecido como “ensinar a pescar”, ou “dar a vara para pescar” na EdC não é observado, mas substituído por um novo “pescar juntos”. Procura-se enxergar a realidade de

⁵⁹ Inicialmente, a ajuda aos pobres acontece no âmbito do Movimento dos Focolares, pelos agentes que procuram viver a cultura da partilha, como espécie de uma encubadora, com o objetivo de ser uma amostra de uma experiência que é possível. Essa experiência objetiva a comunhão e a reciprocidade. À medida em que a EdC atingir outros patamares de expansão, esta ajuda pretende ser alargada.

⁶⁰ Uma crítica a este tipo de assistencialismo que não contribui para a inserção social do indivíduo, e serve como um meio de as classes dominantes validarem o sistema de exploração, pode ser verificado em Alayón (1995).

outro modo, que vise não apenas ajudar os pobres, mas participar deste processo para que a dignidade da pessoa seja observada.

Neste sentido, Zamagni defende a seguinte assertativa:

Existe uma grande diferença entre a Economia de Comunhão e as outras formas de experiência econômica, como o mecenato ou a filantropia, em que o empresário faz uma boa ação distribuindo parte de seus lucros para fins humanitários. Quem livremente aceita o projeto da EdC, não separa o momento da produção do momento da distribuição. Em outras palavras, não aceita a fórmula maquiavélica, segundo a qual os fins justificam os meios. E isso é uma novidade significativa porque, na base de muitos comportamentos filantrópicos está a ação de agentes econômicos que, sem nenhum escrúpulo, obtêm lucros exorbitantes para depois aplicar uma parte em beneficência. E isso é completamente inaceitável (1999, p. 23).

Ainda a respeito da dignidade da pessoa, enquanto condição essencial da EdC, que procura ser observada no momento da ajuda aos necessitados e da distinção existente entre a EdC e o mero assistencialismo, Márcia Baraúna Pinheiro, citado por Barbosa (2001),⁶¹ em uma entrevista cedida à Revista Cidade Nova, enfatiza que:

Onde impera o assistencialismo, impera uma relação unilateral, na qual não há reciprocidade, nem enriquecimento mútuo; nesse caso a necessidade material – qualquer que seja ela – aparece como fator negativo, porque está aliado em geral, a uma relação de sujeição ao outro, manifestada sob a forma de carência, de privação. Na EdC, a necessidade, ou seja, o não-ter (negativo) se converte em ter-a-falta-de (fator positivo), enquanto desencadeia a comunhão. Quem não possui materialmente o que dar, ao comunicar com liberdade a própria necessidade o faz numa relação de igual dignidade e no âmbito de uma substancial relação de reciprocidade. A comunicação da necessidade, neste contexto, eleva as relações interpessoais a um patamar superior. **O respeito pela dignidade da pessoa faz com que a necessidade instaure a dinâmica da comunhão, base cultural essencial para se promover uma transformação social consistente e duradoura** (BARBOSA, 2001, p. 21-22, grifo nosso).

O autor acima, ao esclarecer a distinção entre a experiência da EdC e da prática puramente assistencialista, traz algumas contribuições acerca da explicação sobre qual experiência as pessoas necessitadas que participam da EdC realizam e em qual dimensão estão inseridas. A afirmação acima de que quando ocorre o respeito pela dignidade

⁶¹ Entrevista efetuada por Barbosa (2001), à coordenadora do centro de estudos da EdC no Brasil, a Sra. Márcia Baraúna Pinheiro, no mesmo ano em que a EdC completava dez anos. As informações citadas são de origem da entrevistada.

da pessoa, a dinâmica da comunhão passa a acontecer, explica-se também pela comunhão realizada pelos necessitados assim que conseguem um estabilidade financeira e não precisam mais da ajuda da EdC, que passa a ser destinada a outra pessoa.⁶²

Os necessitados, no caso os pobres, não são portanto, os beneficiados do projeto, mas os parceiros, pois doam a sua necessidade. É comum na Economia de Comunhão, que os pobres, após saírem da situação de dificuldade econômica, contribuam financeiramente ao projeto, sendo verdadeiros protagonistas (BENITES, 2003). Esse papel de continuar dentro da EdC, agora não mais como necessitado, mas como protagonista, que se esforça para a redução da pobreza, dentro de cada possibilidade, é reflexo da “cultura da partilha” que é incorporada por quem experimenta o seu significado. Passa-se, portanto, de uma situação de acomodação para uma realidade de esforço e comprometimento.⁶³

Para o formando em Economia Domingos Dirceu Franco, citado por Galembeck (2005), em uma entrevista ao Jornal de Londrina, a Economia de Comunhão

é uma resposta à concentração de renda. Mas, sem uma mudança de mentalidade, não é possível avançar. A Economia de Comunhão é diferente de um assistencialismo, porque visa restabelecer a dignidade. Depois de conseguir um emprego, a pessoa que era beneficiada passa a ser protagonista e gera a comunhão (GALEMBECK, 2005, p. 4).

Analísada a experiência qualitativa realizada pelo projeto EdC no que tange

⁶² A afirmação de Barbosa, apresentada acima, oferece uma contribuição ao que Singer (2003), afirmou e que tratou-se no início deste capítulo, de que a pobreza e a exclusão por si só não são fatores que tornam suas vítimas solidárias. (Ver nota nº 56). A solidariedade, que é uma das expressões da comunhão, aliada à questão da pobreza de modo particular, conforme Barbosa, é fruto do respeito pela dignidade da pessoa que se encontra em necessidades, onde impera uma relação de reciprocidade e não de dominação.

⁶³ As pessoas ajudadas pela EdC, geralmente escrevem ao escritório central, para agradecer e contar as experiências realizadas a partir da comunhão de bens das empresas. Segundo Costa et.al. (1998, p. 39), uma pessoa que, mesmo sendo pobre não admitia ser ajudada, ao receber a ajuda da EdC, escreveu ao escritório central dizendo: “mesmo sendo pobre, tinha um pouco de orgulho, o que não me deixava aceitar a ajuda de ninguém. A sua carta e a ajuda me libertaram, me deram uma nova dignidade. Com a ajuda que recebemos, a minha casa foi reformada e agora, as portas estão sempre abertas para todos que precisam”. A “cultura da partilha”, que tem por objetivo gerar comunhão, oferece uma contribuição à exigência de uma nova mentalidade, que o desenvolvimento sustentável preconiza. A experiência da EdC neste sentido, concretiza as proposições de Rampazzo (2001), conforme visto, onde salienta-se a importância da incorporação de um estilo de vida voltada aos objetivos da sustentabilidade no aspecto social e ambiental. Para uma verificação acerca do retorno que os necessitados ajudados pelo projeto, dão ao Centro de Estudos da EdC, ver Costa, et. al. (1998, p. 138-141).

a ajuda aos necessitados, é pertinente analisar o significado da “Cultura da Partilha”, que constitui a base da experiência da EdC.

4.2 Da “Cultura do Ter” à “Cultura da Partilha”

A “cultura do dar” ou “cultura da partilha”, que assumem o mesmo significado, é considerada a base fundamental que motiva a experiência da EdC. Ela é reflexo de uma experiência iniciada em 1943, por Chiara Lubich e suas primeiras companheiras, onde se procurava colocar os bens em comum por amor de quem nada possuía. Essa experiência se delineou no decorrer da II Guerra Mundial, onde não era raro encontrar pessoas que haviam perdido tudo o que haviam adquirido durante a vida.

A “cultura da partilha”, nasceu portanto, com a gene do Movimento dos Focolares e é vivido por seus membros até hoje. Segundo o sociólogo Sorgi (1998), essa experiência não se restringia a desfazer-se de um bem para simplesmente doá-lo, mas constitui uma prática contínua e organizada, que era estimulado pelo desejo de viver o Evangelho⁶⁴ de um modo radical.

Alguns elementos da “cultura da partilha” típica do Movimento dos Focolares, são tidos como necessários também à cultura do desenvolvimento sustentável. Dentre tantos, destacam-se: a) a “cultura da partilha” não se trata de uma teoria abstrata, mas é integrada a um sistema de valores e comportamentos que são inerentes a alguns milhões de pessoas em todo mundo que vive deste modo, sobretudo nas pequenas cidadezinhas-

⁶⁴ Com a “cultura da partilha”, realizada por amor às pessoas que necessitavam de alguma ajuda, se verificava de um modo novo que as promessas do Evangelho, como a frase “Daí e vos será dado” eram verdadeiras. Isto impulsionava o primeiro grupo a intensificar a vivência desta experiência, do mesmo modo como se verifica hoje a quem adere a espiritualidade dos Focolares. Esta prática da partilha procura se espelhar na comunhão de bens verificada na comunidade dos primeiros cristãos, onde “eram um só coração e uma só alma” e entre eles “tinham tudo em comum”, não havendo com isso, “nenhum indigente”. (cf. At. 2,42-45; 4, 32-35).

testemunho do Movimento, as chamadas Mariápolis permanentes⁶⁵; b) o termo “dar” ou “partilhar”, não assume o significado de fazer doação, num sentido caritativo, mas é concebido em contradição à cultura vigente baseada no “ter” e no “possuir”, termos aliás, já analisados anteriormente; c) a cultura da “partilha” pode ser vivenciada a nível pessoal, podendo atingir também organizações, sendo assim um determinante em resultados mais abrangentes, como é a experiência vivida pelas empresas da EdC (BURCKART, 2002).

O fundamento da EdC, pode ser descrito pela citação abaixo, apresentada por Chiara Lubich, quatro meses após seu surgimento:

Ao contrário da economia consumista baseada na cultura do ter, a Economia de Comunhão é a economia do dar. Isto pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas não é, porque o homem, criado à imagem de Deus, encontra a própria realização justamente no partilhar. Essa exigência está no mais profundo do seu ser, quer ele tenha fé em Deus, quer não. E é justamente nesta constatação, comprovada pela nossa experiência, que está a esperança de uma difusão universal da Economia de Comunhão (Rocca di Papa, Itália, 10 de setembro de 2001). (COSTA, et. al., 1998, p.7 , grifo nosso).

A cultura da partilha, pode ser sintetizada, como uma escolha livre e pessoal, de não apenas contrapor à busca incessante do “ter” que leva a acumulação e aos desníveis sociais, mas de protagonizar uma escolha, que leva a uma maior distribuição dos bens materiais e espirituais,⁶⁶ motivados pela prática dos valores cristãos e disseminados entre milhões de pessoas que adotam este estilo de vida, ao longo de sessenta e dois anos, sob as mais variadas formas, constituindo-se assim deste modo, a base sobre a qual a EdC se alicerça. Estes são portanto, os fundamentos básicos que deram origem a experiência da EdC, que se constituiu como a passagem da comunhão dos bens em nível individual e coletivo, para um nível empresarial.

⁶⁵ As Mariápolis permanentes são pequenos centros de formação humana e espiritual do movimento, que tem por objetivo, contribuir para renovação social e espiritual da humanidade, sob diversas formas. Um conteúdo mais aprofundado pode ser visto em Pinheiro (2003, p. 349).

⁶⁶ Isso se verifica também nas várias obras sociais do Movimento dos Focolares, levadas adiante por seus membros e aderentes, onde no mundo todo, são cerca de mil obras sociais, de maior ou menor consistência. Para uma verificação específica, ver Lubich (2004, p. 23-24).

4.3 Economia de Comunhão e Desenvolvimento Sustentável: Semelhanças e Peculiaridades

O objetivo deste tópico é ressaltar os aspectos similares entre o desenvolvimento sustentável e EdC, e apontar de que forma a EdC contribui para a implementação dos pressupostos subjacentes do desenvolvimento sustentável.

O projeto da EdC pode ser visto como a projeção da cultura da partilha na dimensão socioeconômica da sociedade, onde encontra-se elementos necessários a uma visibilidade palpável do desenvolvimento sustentável. O projeto, que nasceu para ser uma resposta na luta contra a situações concretas de pobreza, constitui desde seu surgimento, um elo central ao dinamismo da partilha e da postura comprometida em relação à questão ambiental.

Ao traçar um paralelo entre a EdC e o desenvolvimento sustentável, Burckart argumenta:

[...] a **“cultura do dar” do Movimento dos Focolares e o Desenvolvimento Sustentável constituem, cada qual a seu modo, um novo esforço para realizar um sonho antigo como a humanidade.** Trata-se, talvez, do sonho mais ambicioso do ser humano: viver numa sociedade justa, na qual não haja pobres (2002, p. 76-77, grifo nosso).

A afirmação do autor, enaltece de modo preciso, o objetivo pelo qual o desenvolvimento sustentável e a EdC caminham: a busca incessante na construção de uma sociedade mais justa. Quanto ao desenvolvimento sustentável, este foco ficou visível a partir da sua abrangência a outros temas, não estritamente ambientais, como ocorriam antes do relatório Brundtland.

Em outra obra, Burkard afirma que **“o projeto Economia de Comunhão, sendo a projeção da “cultura da partilha” aplicada à dimensão socioeconômica da sociedade (...) é a mais ampla base do desenvolvimento sustentável (...)** (2000, p. 67, grifo

nosso).

A implementação do desenvolvimento sustentável, a partir de sua abrangência e de resultados incipientes ao longo de sua trajetória, traz nos seus pressupostos a necessidade de uma nova cultura, apta a incorporar e propagar seus objetivos de forma eficiente. Esta nova cultura, porém, apesar de imprescindível, ainda não se tem um molde que possa servir de base. Sabe-se apenas, da necessidade de uma nova mentalidade, voltada aos interesses da coletividade e da busca do bem comum. Neste sentido, a EdC, com sua cultura peculiar, a cultura da partilha e do respeito ao meio ambiente, conforme enfatiza o autor acima, pode ser uma tentativa válida de resposta, à questão em aberta do desenvolvimento sustentável, sobre qual parâmetro deve se basear esta nova cultura e suas implicações.

Ao apresentar a dimensão que a EdC procura abranger, no tocante à sua proposta desafiadora e sua inter-relação com o desenvolvimento sustentável, Burckart enfatiza que:

O projeto da Economia de Comunhão coloca-se ao lado das propostas que aceitam o desafio de uma visão complexa, interdependente e interrelacionada da realidade, cuja atualidade também é evidenciada pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável. Abordagens como a da Economia de Comunhão têm, sem dúvida, um alcance macroeconômico (2002, p. 79).

Um dos aspectos característicos da EdC e que diz muito também em relação aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, refere-se à sua inserção nos mais diversos contextos culturais e, sobretudo, o respeito que se dá a essa diversidade. Neste sentido preconiza Barbosa⁶⁷:

O fato de que essa idéia [da EdC] tenha repercutido e se materializado como uma realidade concreta em contextos os mais variados é um grande indicador de sua universalidade. Ela não entra em choque com culturas diferentes, mas respeita todas as culturas porque responde às exigências ontológicas, àquilo que há de mais genuíno no homem, na sua própria essência.[...] Nesse sentido, a EdC é um laboratório de

⁶⁷ Idem à nota 61.

grande importância social, histórica e política, porque é uma idéia que começou e que está crescendo (2001, p. 22).

A cultura da partilha, que constitui o alicerce da EdC, refere-se portanto, a um estilo de vida baseado em valores universais, como a justiça e a fraternidade, que contemplam o respeito pela diversidade cultural e faz dela uma base sobre a qual se constrói a comunhão.

A formação humana, que contribui para a formação desta nova mentalidade ou uma nova cultura aberta aos valores da coletividade, tão fundamental ao desenvolvimento sustentável é elemento integrante do projeto EdC, e compõem um de seus objetivos essenciais: o investimento em cultura para a formação de pessoas com uma nova mentalidade e um novo modo de encarar o mundo à sua volta, a partir de um protagonismo que esta nova cultura possibilita.

A esse respeito, Zamagni acentua que:

A experiência da EdC demonstra que ou se acredita em certos valores como a dignidade da pessoa, a justiça, o respeito à liberdade e à autonomia, entre outros, independentemente dos resultados que eles produzem, ou, ao contrário, corre-se o risco de produzir efeitos perversos.[...] A Economia de Comunhão não apenas pode prosseguir, como tem todas as premissas para desenvolver-se e enriquecer-se. É evidente que este projeto exige, da parte de quem se identifica com ele, um investimento específico em cultura (1999, p. 23).

Com esta nova mentalidade aberta aos valores da coletividade, a preocupação com a questão ambiental e a problemática social, tornam-se fatores que são considerados pela EdC e pelo Movimento dos Focolares como um todo. A dimensão cultural de que a EdC trata, refere-se de modo semelhante à mesma dimensão que o desenvolvimento sustentável enseja, que sintetizam-se pela busca de uma nova mentalidade aberta à realidade ambiental e social, de modo que tais princípios possam ser incorporados por toda a sociedade.

Neste sentido, Barbosa (2001)⁶⁸ traz algumas contribuições dentro da presente discussão sobre a dimensão cultural,⁶⁹ oriunda da experiência da EdC.

A Economia de Comunhão, embora sendo um projeto situado no campo econômico, tem um antecedente muito forte que a caracteriza e que determinou a sua concretização histórica, que é a dimensão cultural. **Por surgir no interior de um vasto movimento, o Movimento dos Foculares, a EdC se processou historicamente por meio de um campo muito extenso e profundo de valores coletivamente compartilhados. Por isso, este projeto pode ajudar a reverter o modo de ser da sociedade atual, caracterizado pelo desrespeito ao outro e pela ausência de um projeto social calcado na justiça e na igualdade.** Em si mesma a EdC já realiza tudo isso. A tríplice distribuição dos lucros (para os pobres, para o desenvolvimento da própria empresa e para a formação de “homens novos”) já confirma esse dado. **Só o fato de o lucro ser distribuído, ou seja, não ser patrimônio apenas de seus proprietários, já é uma forte manifestação cultural** (p. 20-21, grifo nosso).

A assertativa acima, enfática em mostrar a base fundamental do projeto EdC, salienta sobretudo, quanto à sua contribuição no que tange à busca da justiça e da igualdade, uma das bases necessárias para a solidificação do desenvolvimento sustentável no aspecto econômico e social.

Acerca do aspecto ambiental, que denota um enorme comprometimento da EdC por suas causas, se analisará de modo mais completo no estudo de caso, em uma das empresas do projeto, a Femaq. No entanto, vale ressaltar, que a preocupação com o meio ambiente por parte das empresas da EdC, é algo inerente ao objetivo do projeto desde o seu surgimento. Em 1997 durante o Bureau Internacional de Economia e Trabalho realizado em São Paulo, foram apresentados os vários princípios para a gestão de uma empresa da Economia de Comunhão. Dentre estes, merecem destaque:

[...] A empresa produz bens e serviços garantidos, **toma as devidas providências para não danificar o meio ambiente** e procura economizar energia e reservas naturais, não só durante a produção, mas durante todo o ciclo de vida do produto. (ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2003, p. 9, grifo nosso).

⁶⁸ Idem à nota 61.

⁶⁹ Essa dimensão cultural de que trata a EdC e o desenvolvimento sustentável, não se refere à cultura enquanto conhecimento, embora se contemple seriamente esta realidade, mas faz referência à dimensão cultural, enquanto uma nova mentalidade e um novo modo de enxergar a realidade, sob os aspectos econômico, ambiental e social. Na EdC, esta dimensão envolve outros aspectos, como a valorização do homem, relacionamento fraterno, a vivência da cultura da partilha, etc.

Dentro dos objetivos do desenvolvimento sustentável acerca da mudança nos padrões de produção, visando o uso de tecnologias não poluentes, são prioridades subjacentes também para a EdC. No que se refere aos objetivos que as empresas da EdC buscam, salienta-se que elas devem “reservar grande atenção[...] ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo”(LUBICH, 2004, p. 17).

Para comprovar a eficiência desta nova cultura, alguns dados serão mostrados a seguir.

4.4 Perfil das Empresas da EdC: Verificação da Eficiência Econômica e Social

Os dados que serão apresentados a seguir, são referente aos números do projeto da EdC, desde seu surgimento até o ano de 2004. Estes dados visam sobretudo, mostrar de forma estatística a evolução do projeto e sua eficácia, que pode se verificar pelo seu desenvolvimento ao longo dos anos e sua contribuição concreta à redução da pobreza, através da ajuda aos necessitados de várias partes do mundo.

4.4.1 Evolução das Empresas da EdC

A tabela 1, a seguir, revela o número de empresas que aderiram à EdC no mundo. Pode-se verificar que no início, o projeto começou com algumas empresas e a idéia foi acolhida não só no Brasil, onde a realidade social é mais complexa, mas inclusive na Europa e em outras partes do mundo.

Tabela 1 - Evolução do número de empresas que aderiram à EdC no mundo

Continentes	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
EUROPA	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486	469	455
ÁSIA	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47	42	42
ÁFRICA		1	2	6	14	11	15	11	13	9	9	9	4
AMÉRICA	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230	269	250
AUSTRALIA	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6	8	5
Totais	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778	797	756

Fonte: Bruni (2005, p. 181).

Após o lançamento da EdC, nasceram muitas empresas e outras já existentes, modificaram o próprio estilo de gestão empresarial e aderiram ao projeto. Em 2004, segundo o Centro de Estudos, das 756 empresas inscritas na EdC no mundo, 112 delas são do Brasil, portanto 14,81%.

Segundo o Centro de Estudos da EdC no Brasil, a redução do número de empresas inseridas no projeto no ano de 2004, ocorreu em virtude de crises em alguns setores da economia, onde algumas empresas não puderam se sustentar.

Quanto à distribuição das empresas da EdC nos setores da economia, segundo dados de Bruni (2005, p. 179-180),⁷⁰ 25,26% delas encontram-se no setor industrial, 51,46% no ramo de serviços, 19,97% no comércio e 3,31% em outras atividades.

Dado o objetivo do trabalho, torna-se impossível fazer uma análise do perfil das quase 800 empresas inerentes ao projeto atualmente. É saliente a atuação destas empresas no campo social e a experiência vivenciada por cada uma delas na distribuição dos seus lucros e na abordagem compromissada com a pobreza. No aspecto ambiental, vem em relevo, a vasta contribuição que ambas oferecem ao buscar produzir e ser eficiente, observando o aspecto da preservação ambiental como uma de suas prioridades. A eficiência

⁷⁰ Percentuais elaborados a partir do número de empresas especificadas pelo autor.

econômica que ambas objetivam, é salutar, para que do lucro obtido possam fazer a distribuição segundo os critérios do projeto.⁷¹

Segue abaixo o perfil de uma destas empresas, onde se verifica sua expansão, sendo também um reflexo da eficiência econômica, que constitui um dos requisitos do desenvolvimento sustentável.

No Banco Rural filipino Kabayan, a maioria dos acionistas aderem à Economia de Comunhão. O Banco ajudando por uma empresa de consultoria que também participa do projeto, em cinco anos, passou do 123º ao terceiro lugar em volume de depósitos entre os Bancos rurais das Filipinas, e abriu oito filiais, com cento e cinquenta funcionários. Conseguiu sobreviver à tempestade financeira asiática no ano passado, graças ao clima de confiança criado na empresa e em torno dela (LUBICH, 2004, p. 32).

Uma abordagem mais ampla se fará em uma das empresas da EdC, a FEMAQ,⁷² acerca da verificação de evidências na aplicação dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

4.4.2 Abrangência Social do Projeto EdC: Uma Análise Qualitativa dos Resultados

A tabela 2 apresenta de modo sintético o número de pessoas que a EdC tem ajudado, sendo resultado, como visto, da distribuição dos lucros das empresas, a partir de uma opção feita na liberdade.

⁷¹ Sugere-se para uma verificação mais ampla, ver Lubich, (2004, p.32-33) e Baraúna (org.). (2000, p. 125-154.)

⁷² Para o estudo de caso, ver tópico 4.6 a seguir.

Tabela 2 - Número de pessoas necessitadas que participam da EdC

Continentes	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
EUROPA	938	1516	1734	1715	1809	1836	1787	1403	1207	1425	948	1127	1230
ÁSIA	448	625	920	955	983	976	974	954	897	1401	1299	1451	1598
ÁFRICA	1306	933	984	1194	1265	1367	1394	1926	6184	6182	6263	6349	1227
AMÉRICA	1752	1792	1806	1949	2457	2434	2258	2354	2518	2645	2801	2422	2635
OCEANIA		28	30	35	53	53	53	35	24	24	41	56	25
Totais	4444	4894	5474	5848	6567	6666	6466	6672	10830	11677	11352	11405	6714

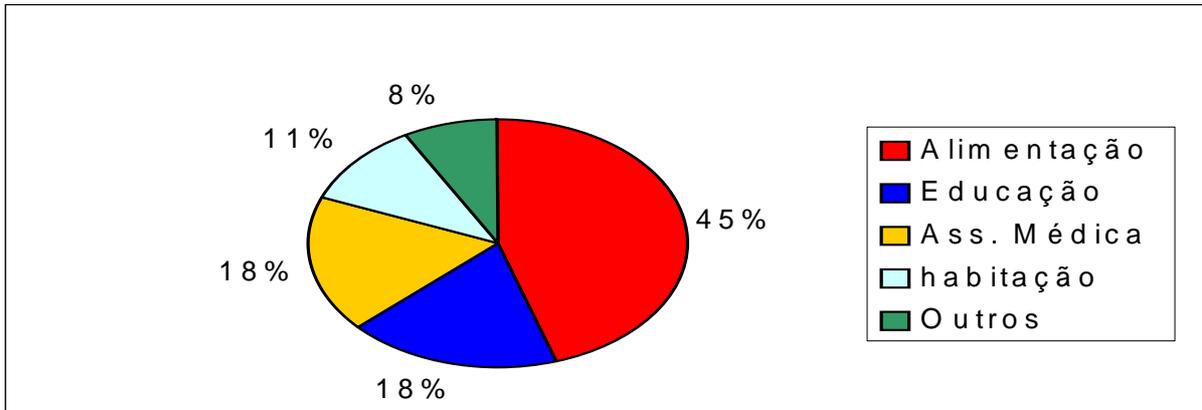
Fonte: Bruni (2005, p. 182)

Quanto à redução do número de pessoas ajudadas pela EdC no ano de 2004, segundo o Centro de Estudos da EdC no Brasil, se justifica pela Guerra do Congo, onde naquela região eram mais de seis mil pessoas ajudadas pelo projeto e, passado o período de maior emergência, entidades internacionais passaram a se ocupar de suportes mais gerais e estruturais, reduzindo consideravelmente, o número de pessoas que precisavam ser ajudadas pela EdC nesta região. A EdC, porém, pretende alargar a ajuda a pessoas de outras regiões.

Conforme salientado anteriormente, os pobres que recebem ajuda da EdC são aqueles que procuram viver a “Cultura da Partilha” e que internalizam os valores da coletividade e da fraternidade universal. No entender de Mulatero, “os demais não estão excluídos; pelo contrário, o problema é considerado na sua complexidade e amplitude, mas na fase inicial faz-se o que é possível (2000, p.12, *apud* Bruni, 2005, p.35).

A composição da ajuda aos pobres, pode ser verificado no gráfico a seguir. Nele são mostrados que a destinação da ajuda da EdC aos pobres, contemplam as necessidades básicas de alimentação, sendo esta o maior destino das ajudas, mas procura-se também, oferecer aos assistidos melhores condições de educação, saúde e habitação, entre outros. O percentual investido em educação e saúde é considerável, e constitui uma novidade, pelo seu caráter não assistencialista.

Gráfico 1 - Composição da ajuda da EdC aos pobres



Fonte: Escritório Central da EdC/Roma⁷³

Para exemplificar em valores monetários, o total de ajudas que a EdC tem realizado, mostrar-se-á a seguir, uma tabela contendo os dados a nível de Brasil, no ano de 2004. Conforme salientado no início da pesquisa, os dados apresentados visam oferecer uma pequena amostra da experiência que se realiza, sem contudo, permitir colher toda a dimensão da experiência qualitativa em que a EdC está inserida.

Tabela 3 - Quadro de ajuda da EdC por regiões do Brasil – Ano 2004

Região*	Pessoas ajudadas	Valor distribuído, em dólar**
Norte	165	167.682
Nordeste	376	287.338
Sul	81	59.468
Centro Oeste	20	18.519
Sudeste	129	99.612
Mariópolis Ginetta	74	40.473
TOTAL	845	673.092

Fonte: Escritório Central da EdC no Brasil

* As regiões geográficas não obedecem no Movimento dos Focolares a organização convencional

** Câmbio do dia 23/06/2005: a R\$ 2,43.

⁷³ Dados obtidos do site internacional da EdC. In: <http://www.edc-online.org/testi-PDF/edc-2004.pdf>> acesso em 05 de junho de 2005.

Os dados da tabela 3, devem ser interpretados à luz da experiência qualitativa que a EdC vem realizando ao longos destes quatorze anos, onde por trás de todos estes números, existem muitos valores intangíveis que não se pode mensurá-los numericamente. Por trás de cada pessoa ajudada existe um universo de aspirações, experiências, crenças em valores fraternos e coletivos, e sobretudo, a disseminação da cultura da partilha que leva à comunhão.⁷⁴ São todos valores que não podem ser mensurados quantitativamente.

O valor da ajuda da EdC aos pobres, porém, é expressivo, se analisado que o número de pessoas ajudadas no Brasil correspondem a 12,58% do total de pessoas ajudadas no mundo em 2004, pela EdC. Os valores em Reais, que as pessoas do Brasil receberam de ajuda da EdC no ano de 2004, correspondeu a R\$ 1.635.613,56⁷⁵ (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e seis centavos), sendo doados livremente pelos empresários da EdC. Conforme salienta Barbosa (2001), só o fato de o lucro não ser patrimônio exclusivo de seus proprietários, mas ser distribuído, já é uma forte manifestação de uma nova mentalidade cultural e de um novo estilo de vida.

Os números discutidos, são valores expressivos, ao analisar-se também, que do total de empresas inseridas no projeto, nem todas conseguem enviar parte de seus lucros ao projeto, em virtude de investimentos prioritários e dificuldades econômicas que algumas possam enfrentar em determinado período, oriunda muitas vezes, devido à pesada carga tributária em vigência, como é o caso do Brasil. Os valores qualitativos, porém, no que concerne à valorização do homem, a preocupação com o meio ambiente, a criação de um ambiente empresarial agradável, a postura ética no relacionamento com todos os seus

⁷⁴ Idem à nota 63.

⁷⁵ Conforme visto nas tabelas, o número de pessoas no mundo que a EdC teve a possibilidade de ajudar em 2004, foi de 6714. Este valor de R\$ 1.635.613,56, corresponde a ajuda realizada apenas a 845 pessoas do Brasil e não ao seu total. O Valor total recebido pelas 6714 pessoas, ainda não foi publicado.

stakeholders, entre outros, são plenamente vivenciados por todas as empresas que integram ao projeto, independente da conjuntura que os países possam enfrentar a nível econômico.

A partir desses dados, que são uma síntese dos resultados da EdC no aspecto tangível, verifica-se a sua estreita ligação com os pressupostos do desenvolvimento sustentável, no que tange aos aspectos da eficiência econômica e do comprometimento com realidade social. Por distinguir-se de uma entidade filantrópica, ou qualquer outra forma de ajuda caritativa, a EdC se baseia em outros parâmetros no momento de ajudar os pobres. Um dado interessante é que denota esta sua nova visão na ajuda aos pobres e no comprometimento à inserção social do indivíduo, dando-lhe acima de tudo, a possibilidade de restabelecimento de sua dignidade, é a preocupação da EdC em contribuir não apenas nas necessidades emergenciais, como alimentação, mas de investir uma grande parte em educação, reflexo da importância que é dada ao aspecto cultural.

É válido ressaltar, que a EdC não quer ser um modelo que possibilite resolver todos os problemas da humanidade, visto que são complexos. Mas juntamente com outras forças positivas, a EdC procura dar sua contribuição. Ao analisar os seus números, sejam de empresas inseridas ou mesmo do número de pessoas que são ajudadas, pode a primeiro plano, parecer um resultado pífilo, diante da complexidade do problema. Interessa porém, preconizar que a EdC, sendo uma experiência recente, mas com resultados concretos e longe de ser uma experiência utópica, tem demonstrado a partir de sua atuação compromissada, que um novo modelo de desenvolvimento e de agir econômico, que passe a considerar o homem e sua relação com o meio ambiente, precisa ser implantado, sobretudo pela crescente disparidade social existente e pela degradação ambiental que o atual modelo de crescimento econômico não tem contemplado.

Outro fator em relevo na experiência da EdC, refere-se à sua postura ética em suas relações comerciais diversas. Esta análise será vista a seguir.

4.5 Utopia ou Realidade? A Ética nas Relações Econômicas

Esta nova cultura da EdC, sendo oriunda de uma profunda experiência espiritual no âmbito do Movimento dos Focolares e depois alargada à realidade empresarial, traz consigo a observância de valores e princípios éticos que se procura concretizar a nível pessoal e no âmbito empresarial do projeto EdC.

Segundo Franco (2005), a partir de uma visão que tem seu foco voltado ao homem e não estritamente ao lucro, a EdC procura no agir empresarial, ter uma postura coerente e eticamente correta no relacionamento que se estabelece com todos os seus stakeholders. Vale ressaltar, que na EdC, os pobres também integram os stakeholders. Para enfatizar a relação de pertença que o pobre possui em relação ao projeto EdC, a Docente Ana Paula Silveira, citado por Galembeck (2005, p. 5), salienta que “o pobre é um componente essencial do projeto, porque a empresa dá o lucro e o pobre dá a sua necessidade”.

Segundo Burckart (2002), a EdC procura trabalhar na óptica de se colocar no lugar de cada grupo ao qual ela mantém relacionamento, quer sejam os clientes, funcionários, governo, autoridades legais, fornecedores, concorrentes, os necessitados, etc. O ponto chave consiste portanto, em não ter a empresa como centro de interesse, mas incorporar todos os grupos com os quais ela se relaciona.

Um dos reflexos desta nova cultura, pode ser verificada pela atuação coerente dos empresários da EdC em pagar todos os impostos de maneira ética, sem burlar a lei. Esta prática contribui também para aumentar a arrecadação dos Estados, que poderiam ser investidos em políticas públicas voltadas à questão social.⁷⁶

⁷⁶ Para um resultado econômico mais eficiente, também o Estado deveria atuar com ética e coerência em relação a estas questões. A discussão deste pressupostos porém, seria muito ampla e vai além dos objetivos deste trabalho.

Para uma explanação de como a questão ética relacionada ao pagamento dos impostos acontece a nível de Brasil, segue abaixo um depoimento realizado durante um congresso da EdC em 1999, do empresário Armando Tortelli, proprietário da Prodiet Farmacêutica Ltda, uma empresa distribuidora de medicamentos, que aderiu a EdC no ano de 1993:⁷⁷

Enfrentamos cotidianamente os problemas que todos enfrentam; não gozamos de nenhum benefício ou de nenhuma vantagem; **somos empresários que lutam como todos; e pagamos os impostos.** [...] Do ponto de vista legal, pagar os impostos não é virtude, é obrigação. Percebemos que recolher os tributos exige um passo anterior, exige planejamento, competência, caso contrário não se consegue saldar todos os impostos. Mas a nossa luta é igual a outras empresas. **Posso testemunhar, porém, que a Economia de Comunhão produz frutos e realiza o empresário.**[...] posso dizer que o fim social que caracteriza a Prodiet me leva a considerá-la não uma propriedade privada, mas sim um patrimônio da humanidade (TORTELLI, 2000, p.153-154, grifo nosso).

Verifica-se que o espírito que anima os empresários da EdC, não advém de vantagens particulares ao optar por uma conduta ética e compromissada com a realidade social, mas surge justamente pela opção feita pela cultura da partilha e pelos valores que norteiam a EdC. Neste sentido, vale acentuar, que segundo as necessidades do desenvolvimento sustentável já analisadas, são essenciais esse tipo de organizações com valores éticos e responsáveis, para que possam incorporar mais facilmente o que o desenvolvimento sustentável preconiza, seja no âmbito social, ambiental ou econômico.

4.5.1 Bens Relacionais como Reflexo da Eficácia da EdC

Ao observar os princípios da EdC e sua atuação concreta à redução da pobreza, através da destinação de uma parte de seus lucros para este fim, surge contudo uma pergunta: como uma empresa, que inserida num mercado puramente capitalista, consegue

⁷⁷ Para uma maior verificação da Prodiet Farmacêutica Ltda., localizada em Curitiba-PR, ver Tortelli (2000, p. 150-154).

sobreviver e apresentar resultados positivos, estando tão atentas às exigências dos agentes com quem se relacionam e ao bem da sociedade? Para Lubich, A força positiva que inspira tais empresas, onde buscam serem construtoras de uma sociedade mais justa, ajuda-as a superarem os contrastes internos, que podem se apresentar como um entrave às organizações humanas. “O modo de atuação com responsabilidade, competência e seriedade das empresas que fazem parte do projeto, atrai a confiança e a estima de clientes, funcionários, fornecedores ou financiadores” (2004, p. 35).

Na EdC, os frutos desta confiança e estima adquiridos pela responsabilidade e seriedade do projeto, são conhecidos como bens relacionais,⁷⁸ que não podem ser mensurados de modo quantitativo, mas constitui o reflexo de um estilo de gestão, orientados aos valores sociais e humanos, pautados sobretudo em princípios éticos. Outros autores, como Zamagni (2001), reconhecem a importância dos bens relacionais e apontam os baixos custos de transação que as empresas da EdC possuem, reflexo positivo dos bens relacionais, como uma das explicações da sua eficiência econômica, através do seu crescimento e do aumento progressivo do número de funcionários, não obstante a distribuição do lucro se faça em três partes e dos investimentos voltados à redução de poluentes. Os empresários da EdC, acreditam que, não é apesar de distribuírem os lucros que as empresas da EdC são eficientes, mas que justamente por serem coerentes com a questão social e ambiental, e focarem o homem e não o lucro como prioridade, suas empresas são eficientes, não desconsiderando os desafios que são enfrentados ao escolher a ética como princípio de gestão.

Após analisado a essência da EdC, a seguir se partirá para a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, realizado em uma das empresas inseridas ao projeto - a FEMAQ.

⁷⁸ Uma ampla abordagem sobre este assunto pode ser encontrado em (GUI, 2002, p. 116-119).

4.6 Estudo de Caso: FEMAQ – Fundação Engenharia e Máquinas S.A.

Para a elaboração deste estudo de caso, se fará uso dos dados coletados na empresa e para corroborar à pesquisa, se utilizará outros dados obtidos em publicações sobre a atuação da FEMAQ no âmbito da EdC e de suas preocupações com a questão socioambiental, entre outras.

4.6.1 Características⁷⁹

- Endereço: Rua Estrada Piracicaba - Tietê Km 1 – Paulicéia – Piracicaba (SP) – CEP 13401-320
- Endereço eletrônico: <http://www.femaq.com.br>
- Atividade principal da empresa: Indústria metalúrgica;
- A empresa iniciou suas atividades em 1966 com 6 funcionários. Quando aderiu à EdC em 1991, a Femaq contava com 104 funcionários e atualmente são 109.
- Mercado de atuação: nacional e internacional
- Porte da empresa: médio
- Principais clientes: General Motors e Volkswagen
- Produtos principais: peças fundidas em ferro e aço, alumínio para aplicações diversas

4.6.2 Observações

A Femaq iniciou suas atividades em 1966 pelo alemão Kurt Leibholz e a

⁷⁹ Dados obtidos da empresa e outros disponíveis na CETESB (órgão ambiental do Estado de São Paulo): http://www.cetesb.sp.gov.br/ambiente/prevencao_poluicao/download/casos2003/caso23.pdf >acesso em 21 de junho de 2005.

partir de 1972, dois filhos seus, Rodolfo e Henrique Leibholz, assumiram as atividades da empresa e hoje compõem a sua diretoria. A comunhão de bens,⁸⁰ reflexo da cultura da partilha, já era realizada a nível pessoal pelos sócio-diretores da empresa, e quando em 1991, a EdC foi lançada, a Femaq aderiu à proposta de se passar de uma comunhão de bens pessoal para um âmbito maior, a nível empresarial.

A adesão da Femaq constituiu portanto, juntamente com outras empresas, a inserção do primeiro grupo de empresas ao projeto desafiador da EdC lançado por Chiara Lubich. A vinculação desta primeira célula de empresas serviu para dar visibilidade ao projeto e para fomentar a entrada de outras empresas, animadas pela verificação de que era possível fazer a mesma experiência.

A contribuição da Femaq aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, se dá em vários âmbitos: na sua busca pela redução da pobreza, através da ajuda mensal que é enviado ao pobres através do projeto EdC; na preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente, que implicaram na implantação de novos modos de produção não poluentes e à consciência e a postura da empresa no que tange à questão do consumismo, etc.

4.6.3 A FEMAQ e o Meio Ambiente

A Femaq, que pela sua atividade produtiva no ramo de fundição, portanto, dependente da extração de recursos naturais e geradora de externalidades ambientais (quando não tratados), através dos resíduos oriundos da produção, tem procurado fazer sua parte no que se refere ao objetivo individual do desenvolvimento sustentável. Ela tem mostrado que é possível, a partir de investimentos, reduzir a extração de recursos naturais com a prática da

⁸⁰ Idem à nota 64.

reciclagem e tratar os resíduos de forma que estes não causem danos ambientais.

No que tange à questão do meio ambiente, a Femaq tem contribuído muito para a sua proteção. Segundo os diretores da empresa, o meio ambiente e a saúde fazem parte de seus princípios.⁸¹ Essa preocupação, não tem se restringido à formação de consciência ambiental, que apesar de importante não resolve todos os problemas. A Femaq acredita que precisa haver uma nova consciência que contemple a questão ambiental e que esta consciência precisa estar relacionada à prática empresarial, que incluem investimentos individuais enquanto empresa.

Conscientes dos problemas ambientais causados pela areia de fundição que era descartada no meio ambiente, a Femaq procurou estudar alternativas para que essa areia que era jogada fora, pudesse ser recuperada através da reciclagem, reduzindo com isso a extração de areia na natureza e criar posteriormente, uma forma para que esta areia, que continha uma camada superficial de aglomerante tóxico, que inviabilizava seu uso, pudesse ser reutilizada no processo produtivo, evitando assim a poluição ambiental.

A empresa chegou a investir em 1999 em torno de R\$ 500.000,00 em equipamentos para recuperar a areia no processo usado na moldagem da fundição, sistema de transporte, silos e obras civis, etc. Com esse equipamento, a Femaq atua como parceira nas áreas de blocos de concreto para o mercado da construção, produzido com resíduo da areia que é recuperada no processo de fundição. Numa etapa posterior, afirma um de seus diretores, a empresa iniciou uma nova pesquisa para utilizar a areia que não é possível recuperar após o processo de recuperação inicial. Nesta pesquisa e implementação do projeto, a empresa investiu em torno de R\$ 300.000,00.⁸²

Além de haver uma preocupação concreta, explícita nos altos investimentos

⁸¹ No gráfico 2, que será mostrado mais adiante, esses princípios da Femaq poderão ser melhor visualizados.

⁸² Idem à nota 84.

que a empresa tem realizado, na tentativa de reduzir ao máximo as externalidades ambientais, verifica-se uma coerência entre a teoria, no que tange aos pressupostos do projeto EdC, e a prática de tais teorias, verificado em sua aplicação.⁸³

Após a aprovação pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), que é um órgão ambiental do Estado de São Paulo, a Femaq está iniciando uma nova pesquisa, que envolve a implantação de equipamentos para processar a areia que será usada como matéria prima no asfalto. Segundo um dos diretores, esta pesquisa tem interesse nacional, porque usa um resíduo de fundição como matéria prima, favorecendo o meio ambiente, não jogando resíduos e evitando a extração de areia nova.

Com essa preocupação e, sobretudo, pelos altos investimentos realizados pela Femaq, hoje ela consegue reciclar 100% dos resíduos gerados, não ocasionando com isso, as preocupantes externalidades ambientais, que são uma das grandes preocupações do desenvolvimento sustentável.⁸⁴

4.6.4 Aspecto da Eficiência Econômica e a Questão Social

A experiência da Femaq é pautada nos pressupostos da EdC, que tem como uma de suas finalidades, reduzir a pobreza, através de uma distribuição mais justa da renda, bem como, pela da geração de empregos. É pertinente também para a EdC, a eficiência econômica e a geração de lucros, que devem ser auferidos a partir de uma postura ética, para que depois parte destes lucros possam ser colocado em comum com quem necessita.

⁸³ Um dos pressupostos, que Lubich (2004, p.17) aponta, é justamente a grande atenção que as empresas da EdC devem dar ao meio ambiente, mesmo que para isso, seja necessário, haver altos investimentos.

⁸⁴ Os resultados destas pesquisas, bem como os investimentos que a Femaq vem realizando, como realidade concreta de sua atuação e preocupação com o meio ambiente, foi motivo de reconhecimento e consideração como caso de sucesso pela CETESB de São Paulo. A análise feita pela CETESB, sobre o novo modo de produção da Femaq, constituindo-se uma produção mais limpa, e, portanto, não poluente, poderá ser verificado em http://www.cetesb.sp.gov.br/ambiente/prevencao_poluicao/download/casos2003/caso23.pdf >acesso em 21 de junho de 2005.

Um dos diretores da empresa salienta, que a Femaq tem uma grande preocupação com a geração de empregos, porém afirma, que geram postos de trabalho à medida que a empresa consegue crescer. Quando a empresa iniciou suas atividades em 1966, eram 06 funcionários e a produção era de 10 a 15 t/mês. Em 1991, quando aderiu a EdC, eram 104 funcionários e hoje são 109 funcionários no total, com uma produtividade de 30 a 35 t/mês. A produtividade da empresa, segundo seus diretores, apresentou um crescimento considerável, neste período pós 1991, quando aderiu a EdC.⁸⁵

Um estudo realizado pela Femaq e divulgado no ano de 2000,⁸⁶ acerca dos resultados da empresa após a introdução do novo modo de gestão, proposto pela EdC, seus diretores coletaram dados de vários anos e chegaram a conclusões relevantes:

- a produtividade da empresa expressa em toneladas/homem/ano passou de 30 a 70 toneladas;
- a produtividade homem/ano passou de 14 a 30 toneladas;
- o faturamento homem/ano passou de 35.000 a 120.000 dólares;
- a produtividade da Femaq é de 70 toneladas/homem/ano, enquanto a média brasileira é de 35 toneladas; nos Estados Unidos, essa média é de 66 toneladas e no Japão é de 75 toneladas.

Estes resultados, segundo os diretores da Femaq, se apresentaram depois de terem feito a opção pela EdC, e não se explicam somente pelas mudanças de equipamentos e

⁸⁵ Em 1995, a Femaq participou de um congresso de Fundação (CONAF 95), onde apresentou a sua experiência, no que tange ao aumento significativo da produção, superando a média brasileira, mesmo que atenta às prioridades socioambientais e às turbulências da economia. Após a apresentação deste estudo, a Femaq contribuiu para demonstrar, que agir segundo os princípios da EdC, segundo seus diretores, não é somente possível, mas também uma contribuição para elevar a produtividade. Maiores detalhes em LEIBHOLZ, et. al. (1995), *apud* Gonçalves (2003). O trabalho de Gonçalves (2003), realizado na Femaq, procurou abordar sua postura no aspecto do meio ambiente e no âmbito da eficiência produtiva, que foi um dos assuntos do CONAF 2005. Maiores detalhes em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais10/gestaoambiental/arq03.PDF>>. Acesso em 23 de junho de 2005.

⁸⁶ A abordagem completa se encontra em: Economia de Comunhão: Experiências de empresas. Disponível em <http://www.focolare.org/br/>>. Acesso em 27 de junho de 2005.

tecnologia, mas sobretudo, pela participação e entusiasmo por parte de quem trabalha na empresa e condiz com as propostas que o projeto traz consigo.

Os diretores da Femaq enfatizam, que além de partilhar o lucro, uma de suas preocupações refere-se ao fator de conscientização, para que a atitude de partilhar não seja interpretada como mero assistencialismo. No que tange a ajuda aos necessitados, a Femaq procura, ao ser protagonista desta ajuda aos pobres, antes de tudo, dar condições para que a pessoa ajudada possa viver de um modo mais digno, enquanto procura um trabalho, como prevê a EdC.⁸⁷

Além de partilhar o lucro, a Femaq se preocupa com o desenvolvimento da própria empresa, onde se faz necessário investimentos que possibilitem sua eficiência no mercado. A empresa tem como premissa, preconizam seus diretores, o pagamento de salários justos, geralmente acima da média do mercado, e respeito às leis vigentes, como um meio de, através do pagamento total dos impostos, sem burlar a lei, a empresa possa contribuir para a manutenção da infra-estrutura do país, aumentando a arrecadação do Estado que por conseguinte, poderá aumentar seus investimentos, gerando maiores benefícios à população. Esses, valores, segundo os diretores, vem da postura ética da empresa em relação à sociedade e que constitui também um dos pressupostos da EdC.

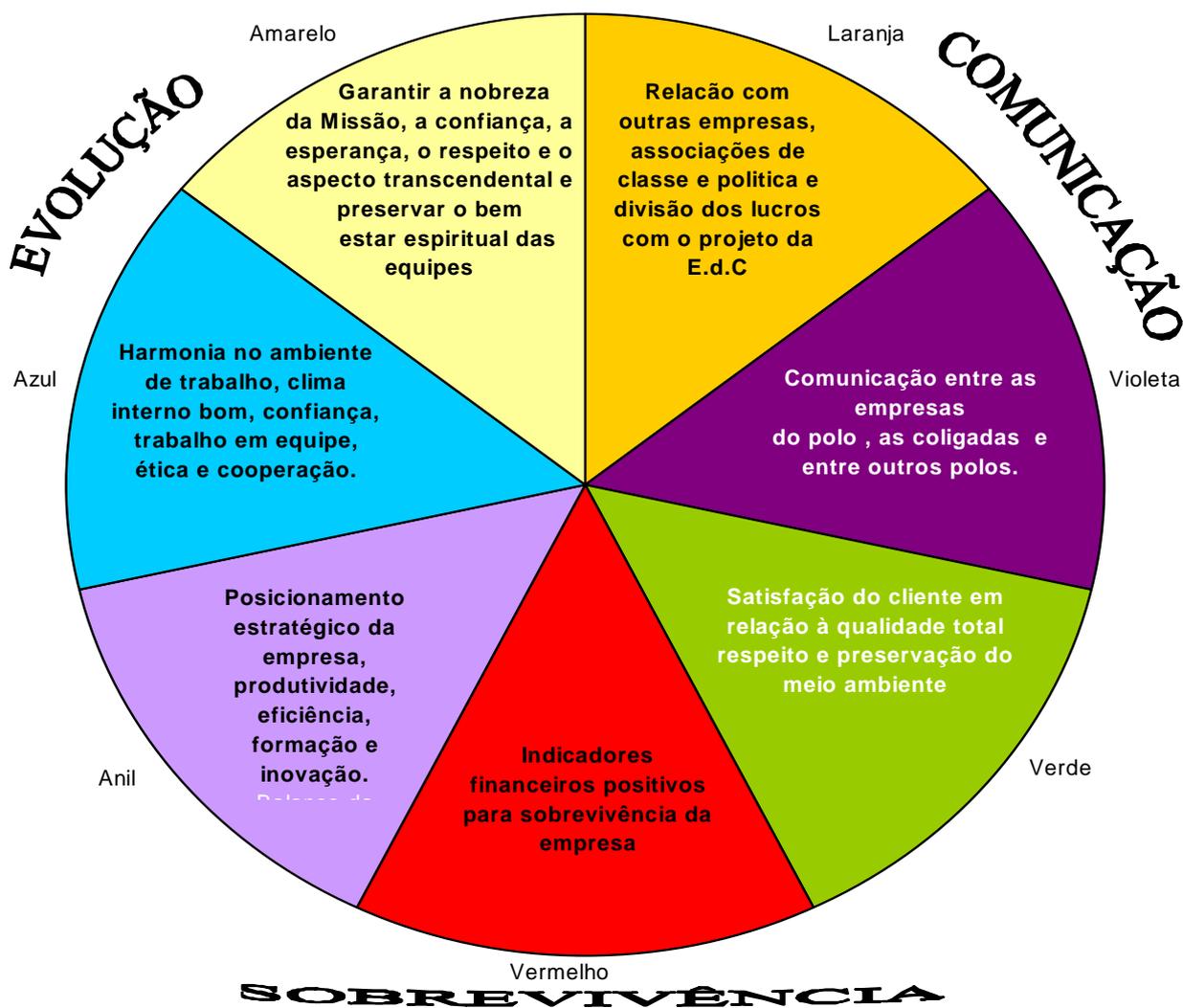
No gráfico 2, elaborado pelo conselho de administração do Pólo Spartaco,⁸⁸ que é composto por um grupo de empresas da EdC, expõem-se uma visão ampla das

⁸⁷ Aqui também se explica, que grande parte da contribuição que a EdC realiza é destinada à ajuda em educação.

⁸⁸ O Pólo empresarial Spartaco, localizado em Cotia, região metropolitana de São Paulo, foi criado com o intuito de dar visibilidade ao projeto EdC, proporcionado às empresas, um local apropriado para se instalarem e juntas, fazerem a experiência, como um pequeno laboratório, dessa nova realidade econômica. O Pólo é administrado pela ESPRI – uma sociedade anônima por ações, que aluga os galpões para as empresas ali se instalarem. Atualmente, o Pólo Spartaco possui 3600 acionistas de todo Brasil e do exterior, que em diferentes proporções de quotas de participação, subscrevem ações, cuja finalidade é possibilitar a instalação de outras empresas no local. Anualmente ele é visitado por centenas de pesquisadores, empresários, políticos, constituindo-se assim, uma referência mundial para a EdC, como forma de uma experiência Piloto. Além deste, existem outros Pólos empresariais, na região Nordeste do Brasil, na Argentina, Itália, entre outros que estão se constituindo. Para uma verificação sobre o funcionamento e a experiência realizado nestes Pólos, ver Bruni (2005, p. 159-164).

empresas da EdC, no que refere-se ao monitoramento do desempenho da organização e à preocupação quanto a uma ação equilibrada e eficiente da empresa em vários aspectos. A Femaq, por ser integrada a EdC, também procura organizar suas atividades com base nos princípios mostrados no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Organização da Femaq sob vários aspectos



Fonte: Femaq S/A

Dos princípios mostrados no gráfico anterior, todos apresentam a sua importância relevante para o bom funcionamento da empresa. Vale ressaltar, que dentre estes aspectos, os que são pertinentes mais especificamente ao desenvolvimento sustentável, como o respeito e preservação ao meio ambiente, eficiência econômica, redução da pobreza expressa pela divisão de lucros e um sentido mais espiritualizado do relacionamento humano, entre outros, são amplamente contemplados dentro dos aspectos do projeto EdC.

Outra característica da Femaq, refere-se a experiência que ela tem realizado, no aspecto da necessidade de se implantar novos padrões de consumo, constituindo-se assim, um fator que integra a política da empresa. Um dos diretores afirma, que o equilíbrio no desenvolvimento da empresa e das pessoas que trabalham na mesma, contribuem à busca de uma nova mentalidade contra o consumismo desenfreado. A Femaq acredita que o consumismo desenfreado, que não leva em conta o meio ambiente e a escassez dos recursos naturais, é um desequilíbrio provocado pelo capitalismo, quando não considera os bens relacionais e não é pautado em valores. Tais valores, como o respeito à dignidade da pessoa, a conscientização, a prática ambiental e a busca pela erradicação da pobreza de um modo tangível, quando aplicado na empresa, afirmam os diretores, contribuem para evitar o consumo exacerbado.⁸⁹ Com essa prática, surge um novo conceito de desenvolvimento e riqueza. Riqueza para a Femaq, acentua um dos diretores, é caracterizado como tudo aquilo que acrescenta algo de positivo ao ser humano e desenvolvimento, não se restringe à questão econômica, mas antes de tudo, considera a realização do ser humano.

Segundo os diretores da Empresa, o que os impulsiona a aderirem à nova

⁸⁹ Uma pesquisa realizada na Femaq, pela Fundação Getúlio Vargas, afirma que “o anticonsumismo é parte dos valores dos diretores[da Femaq] passados aos funcionários, seja pelo exemplo pessoal, seja nas reuniões. A EdC tem uma proposta alternativa, segundo eles, fortemente social, oposta ao individualismo e à acumulação, ensinando a moderar o consumo e a compartilhar decisões e resultados. Diz um dos diretores ser esta uma experiência mais gratificante do que simplesmente ganhar dinheiro[...]”. (GONÇALVES e LEITÃO, 2001, p. 44).

cultura, típica da EdC e tão requerida para o êxito do desenvolvimento sustentável, no que concerne à busca de uma nova mentalidade que esteja voltada a preservação ambiental, a implantação de um novo modo de produção e consumo, e ao compromisso com a realidade ética e social, é a coerência que procuram ter entre a vida espiritual e profissional e também o entendimento de que fazem parte de um grande corpo social.

4.6.5 Reconhecimento ao Trabalho Prestado

Os diretores da Femaq afirmam, que pela postura ética e coerente, que a empresa procura tratar a questão ambiental, social, eficiência produtiva e o relacionamento com sociedade civil, governo, e, enfim, com todos os seus *stakeholders*, e a responsabilidade no serviço prestado, realizados com muita seriedade, ela obteve vários reconhecimentos de fornecedores, organismos governamentais, entre outros. Os principais reconhecimentos são:

- 1995, 1997, 1999, 2003 - Certificação de sistema de qualidade com base na norma alemã AD-Merkblätt W0 outorgado pelo BRTÜV;
- 1995, 1996, 2000, 2001 - Obtenção de Certificado de Mérito da General Motors Brasil-destacando-se como fornecedora de peças fundidas, rígidos controles de custos, prazos e qualidade;
- 1999 - Obtenção do prêmio Destaque Ambiental do Ano do CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente);
- 2002 - Caso de sucesso, pelo CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) do Estado de São Paulo, no processo de recuperação e regeneração de areia e utilização do resíduo da recuperação em artefatos de cimento.

Segundo um dos diretores da Femaq, não existe nenhum incentivo a nível

governamental, como isenção fiscal, para que a Femaq, e isto vale para as empresas da EdC no Brasil, adotem a cultura do projeto em todos os seus pressupostos, sobretudo em relação à questão social, ambiental e a questão ética relacionada aos tributos. Conforme já haviam salientado os diretores da Femaq, o que os impulsionam a aderirem à cultura típica da EdC e necessária ao desenvolvimento sustentável, é a coerência que procuram ter entre a vida espiritual e profissional e o fato que se sentem como parte de um grande corpo social.⁹⁰

Durante um congresso realizado em maio de 2005 em São Paulo, para empresários e estudantes da EdC, foi criada a Associação Nacional por uma Economia de Comunhão, uma entidade nacional representativa da EdC que visa atuar como porta-voz do projeto EdC na sociedade civil. Segundo o presidente da Associação, Sr. Armando Tortelli, o objetivo desta entidade, é “promover a ajuda entre as firmas, troca de informações sobre quais os melhores investimentos, possibilidade de exportação, benefícios fiscais e linhas de financiamento” (BENITES, 2005, p. 23).

Com a criação da Associação Nacional por uma Economia de Comunhão, se vislumbram novas possibilidades de intercâmbio da EdC com o Governo, a sociedade civil, com as próprias empresas da EdC no Brasil e com outras associações do projeto já existentes em outros países. A criação desta entidade, sinaliza também um avanço enquanto projeto, pelo seu aspecto representativo.

⁹⁰ A adesão ao projeto EdC e seus pressupostos, pela Femaq e outras empresas do projeto, trata-se de uma opção feita na liberdade. É com esta mesma liberdade que as empresas procuram distribuir seus lucros e serem conscientes e concretas em relação à realidade socioambiental. O nome oficial do Projeto chama-se Economia de Comunhão na liberdade.

4.7 Comparação dos Pressupostos da EdC e do Estudo de Caso Realizado, com os Postulados da ONU para um Desenvolvimento Sustentável

Após estudado de maneira abrangente a trajetória do desenvolvimento sustentável e da incorporação de novos requisitos para a eficácia de sua implementação, como a busca pela erradicação da pobreza, a mudança nos padrões de consumo e produção, e sobretudo à necessidade de uma nova cultura que possa ser adepta a estes objetivos globais, amplos e complexos, e analisados a contribuição da EdC neste campo, é saliente comparar qualitativamente a convivência de ambos os pressupostos.

Dentro do desenvolvimento sustentável, a ênfase se dá no aspecto ambiental, incorporando num segundo momento a realidade social e cultural. Na EdC, o ponto chave é a questão social, com incorporação de práticas que contemplem a realidade ambiental. A questão cultural tão requerida pelo desenvolvimento sustentável, não é aspecto que exija esforço da EdC, pois já é um ponto integrante, visto que este projeto surgiu a partir de uma cultura já existente, o que explica também o seu avanço.

No desenvolvimento sustentável, primeiro se criou a teoria e só depois tentou-se implementar a prática, aspecto aliás, que tem se apresentado como um grande entrave, dado que muito do que foi falado e tratado nas diversas Conferência já realizadas, se verifica a falta de uma correspondência entre as recomendações e o que de fato se realiza. Este assunto porém, já foi abordado anteriormente e dispensa maiores explicações. Na EdC, se encontra uma novidade sobre este ponto: primeiro surgiu a prática e só depois veio a teoria. Ela é reflexo, da tentativa de por em prática a nível empresarial aquilo que individualmente já se praticava. Isso explica também a sua expansão. As preocupações com a questão social e ambiental, surgem portanto, como consequência de uma experiência que já

se realizava.⁹¹

A experiência que a Femaq tem realizado, constitui uma evidência empírica, daquilo que são os pressupostos do desenvolvimento sustentável. Na questão ambiental, a empresa tem utilizado novos modos de produção que visam reduzir os poluentes e no seu caso, já consegue reciclar 100% dos resíduos que são gerados no processo de produção. A empresa procura tornar concreto o estilo de produção mais limpa que o desenvolvimento sustentável recomenda. Os vários reconhecimentos que a Femaq obteve, são reflexos da seriedade com que ela trata tais questões.

A posição da Femaq acerca de sua postura em relação à necessidade de um novo modo de consumo, iniciando a nível pessoal e também coletivo, no que tange à conscientização, é também um aspecto saliente na sua atuação, e que está em consonância com os pressupostos da ONU para um desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto que vale ressaltar, na experiência da Femaq e do Projeto EdC como um todo, diz respeito ao seu objetivo primordial, no que concerne à redução da pobreza. Pelos vários dados apresentados, verifica-se que a EdC, sem a pretensão de ser uma panacéia, que vai resolver todos os problemas, constitui a seu modo, a partir de sua experiência, mesmo que incipiente, diante da complexidade do problema, porém concreta a nível de resultados, uma grande contribuição aos objetivos traçados pela Agenda 21 abordados neste trabalho.

A “cultura da partilha”, disseminada no projeto EdC, contribui ao grande dilema do desenvolvimento sustentável: Reduzir a pobreza, não apenas pelo crescimento econômico, mas através de uma distribuição mais justa dos resultados, como enfatizado por

⁹¹ Vale notar que, assim como a origem do Movimento dos Focolares, sendo este a gene da EdC, primeiro se criou um estilo de vida e depois surgiu o Movimento, assim também para a EdC, ela se constitui desta forma, onde a prática antecedeu a explicação teórica. Não trata-se de uma teoria científica elaborada que depois vai se provar se é aceita ou se dará certo ou não, mas trata-se da criação de um projeto que é reflexo de uma cultura já vivenciada pelos membros dos Focolares, desde seu surgimento em 1943.

Cavalcanti (2001a).

Os objetivos e contribuições da Ecologia Profunda, também podem encontrar na experiência Femaq e nas empresas da EdC, uma base sólida, a partir da preocupação em buscar uma coerência entre a vida espiritual e a prática profissional. Outras práticas da Femaq, como a utilização de reciclagem, uso de tecnologias apropriadas, busca da harmonia com a natureza, entre outros, contribuem às recomendações da Ecologia Profunda.

A EdC, ao emergir de um estilo de vida voltado aos valores da partilha e do respeito ao meio ambiente, dentre outros, contribui ao desenvolvimento sustentável, onde no entender de Rampazzo (2001), analisado no capítulo 3, ao enfatizar que o crescimento econômico é necessário, mas não condição essencial para gerar o desenvolvimento, o autor aponta que o modelo de desenvolvimento deve “submeter-se às regras de uma distribuição social equitativa e às imposições ecológicas”. Esse novo estilo, segundo o autor, “não pode basear-se somente na técnica, mas também na modulação das estruturas de consumo e estilos de vida” (p. 160-161). Este estilo de vida que preconiza o autor, pode ser encontrado também no projeto EdC.

As prerrogativas da Agenda 21, acerca da necessidade de se criar novos conceitos de riqueza, que permitam melhorar a vida humana através de um novo estilo de vida, voltado à questão socioambiental, caracteriza-se como valores incorporados pelo projeto EdC em toda sua dimensão. A pesquisa de campo na empresa Femaq demonstrou isso.

A nova cultura, típica da EdC, contém em si, muitos dos aspectos que autores, como Camargo, Barbieri, Cavalcanti, Sachs, entre outros, enfatizam como essenciais, para que o desenvolvimento sustentável seja mais tangível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após aprofundadas as dificuldades e desafios inerentes à implementação do desenvolvimento sustentável, dada a sua complexidade, no que tange aos aspectos sociais e ambientais, que requerem mudanças de concepções sobre novos padrões de produção e consumo, especialmente nos grandes países industrializados, verificou-se que os resultados virão à medida em que aceitar-se a idéia de coletividade, que implica encarar os problemas sociais e ambientais de qualquer parte do mundo como parte do compromisso de todos. É um objetivo que pode-se conseguir a longo ou a curto prazo, dependendo da exigência pessoal e coletiva de cada agente.

Na decorrência de toda a monografia, constatou-se, que se for mantido o mesmo padrão de produção e consumo que não levam em consideração o meio ambiente e que não haja uma reeducação quanto ao respeito e à mudança de mentalidade voltada à preservação e a redução das disparidades sociais, ter-se-á num futuro próximo sérios problemas quanto à utilização dos recursos naturais, pois tenderão a se tornarem mais escassos, e se verá as disparidades sociais acentuarem-se ainda mais. Como consequência deste processo, o agravamento das condições de sustentabilidade do planeta, tende a ocasionar a falta de bem-estar na geração presente e futura.

Verificou-se que o modelo de crescimento requerido pelos países em processo de desenvolvimento na década de 1970, onde buscavam um crescimento a qualquer custo, sem levar em consideração os recursos limitados e a incidência do aumento da poluição no planeta, onde se mostraram contrários aos objetivos da Conferência de Estocolmo, que buscava apresentar um modelo de crescimento que conciliasse crescimento com respeito às questões ambientais, não podem ser concebidos e repetidos no momento atual. Essa verificação é tangível, em vista do aumento da poluição no planeta e suas

consequências à toda humanidade.

Notou-se também, que a ascensão do processo de poluição e desrespeito às causas ambientais do planeta, tem ocorrido, com a justificativa de fomentar o crescimento econômico e de que a observância de princípios como a redução de poluentes emitidos na atmosfera, não são realizados pela preocupação de se por em risco a causa principal na busca do crescimento econômico. Esta constatação se apresenta mais saliente nos países desenvolvidos.

Constatou-se que a participação ativa e eficaz dos governantes dos países, é condição essencial à concretização das políticas amplas do desenvolvimento sustentável, como a contribuição à erradicação da pobreza e a criação de programas e leis, que visem proteger o meio ambiente e a utilização de seus recursos de modo sustentável. Verificou-se contudo, que a participação de chefes de governos em diversas conferências já realizadas sobre ao assunto, se deu mediante o apoio à várias propostas e acordos, sem ocorrer no entanto, uma atitude concreta ou então apenas incipiente após a ratificação dos mesmos.

Outro ponto saliente no trabalho, refere-se à constatação de que o modelo de desenvolvimento sustentável proposto pela ONU, no que tange à tentativa de erradicação da pobreza, podendo dentre outros modos, ser conseguido pela criação de mecanismos para que a riqueza produzida possa ser melhor distribuída, e a mudança nos padrões de consumo e produção, somente poderão ser consolidados a nível geral, à medida em que houver uma mudança de mentalidade e uma conscientização, no sentido de pensar coletivamente e incorporar valores humanos ou espirituais que contribuam à maior eficácia deste objetivos amplos.

Para atingir tal objetivo do desenvolvimento sustentável, no que tange ao aspecto econômico, ambiental e social, como postulado pela ONU, encontra-se na Economia de Comunhão um modo tangível, ainda que incipiente diante da complexidade do problema,

de uma atuação responsável e determinada, na busca de resultados concretos. Esta nova cultura e uma nova mentalidade, somados à necessidade de mudanças nos paradigmas da economia, apontados como essenciais para que o desenvolvimento sustentável se consolide, são a base motriz da Economia de Comunhão. Um projeto que vai ao encontro das exigências atuais, preconizadas pela ONU, e que apresenta uma nova forma de leitura da realidade através da atuação coerente de suas empresas inerentes, na busca de uma sociedade mais justa e equilibrada para as gerações presentes e futuras, e que se preocupam com a questão ambiental, levam a confirmar sua eficácia e veracidade, como meio de atuação concreta e de contribuição à implementação do desenvolvimento sustentável.

A pesquisa de campo realizada na Femaq, empresa inserida à EdC, acerca de sua contribuição, através de um novo modo de produção e consumo e preocupação com erradicação da pobreza, realizados de modo peculiar através da cultura da partilha que lhe é característica, permite levantar algumas hipóteses, sobre a cultura inerente à EdC, como uma cultura que corresponde aos pressupostos da ONU para um desenvolvimento sustentável.

O objetivo do trabalho portanto, de fazer uma análise histórico econômica do desenvolvimento sustentável, incluindo sua abordagem recente, no que se refere à necessidade de uma nova mentalidade ou uma nova cultura que possa aderir aos seus pressupostos, foi tratado nas suas dimensões, pertinentes à especificidade do objetivo. A finalidade de tentar provar ou levantar hipóteses salientes acerca de que a Economia de Comunhão pode ser a nova cultura que o desenvolvimento sustentável requer, também foi amplamente abordado, com resultados que contribuem a responder ao problema levantado no objetivo do trabalho.

Um ponto saliente na EdC e requerida pelo desenvolvimento sustentável, refere-se à sua adesão em se colocar ao lado de propostas desafiadoras, como a realidade social e ambiental, que evidenciam seu comprometimento e atitude concreta em relação à

complexidade em que o tema da sustentabilidade remete.

Como enfatizado no início da pesquisa, os resultados preliminares que se chegou, não pretendem tomar como conclusiva a ampla discussão levantada, acerca do desenvolvimento sustentável e da Economia de Comunhão, mas visam fomentar novas discussões e debates. Obviamente que os resultados alcançados no trabalho, oferecem uma considerável contribuição acerca de esclarecimentos e de tomada de consciência sobre a problemática levantada, bem como de oferecer possíveis respostas que venham ao encontro das exigências atuais pertinentes.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21. **Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento** (1992:Rio de Janeiro). Curitiba: IPARDES, 1997.
- ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** São Paulo: 2º Ed. Cortez, 1995.
- BARAUNA, Márcia (Coord.). **Economia de Comunhão e Movimento Econômico: desenvolvimento e perspectivas.** In: ANAIS do Bureau Internacional da Economia e Trabalho. 1999: Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2000.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente – As estratégias de mudanças da agenda 21.** Petrópolis: 6º Ed. Vozes, 2003
- BARBOSA, Cláudio Sampaio. **Uma cultura nova para uma nova economia.** Revista Cidade Nova, Nº 7 - Julho de 2001, p. 20-22.
- BAUER, Martin W; GASRELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático.** Petrópolis – RJ: 3ª Ed. Vozes, 2002.
- BENITES, Marcello Riella. **A construção de uma profecia.** Revista Cidade Nova, Nº 7 - Julho de 2003, p.12-13.
- _____. **A EdC ganha uma Associação.** Revista Cidade Nova, Nº 7 – Julho de 2005, p 23.
- BINSZTOK, Jacob. **A questão ambiental e a atual crise econômica -** Universidade Federal Fluminense. (on line). Disponível em: < <http://www.uff.br/egg/artigos/binsztok-jacob>>. Acesso em: 8 abril 2005.
- BRAUN, Ricardo. **Desenvolvimento ao ponto sustentável: Novos paradigmas ambientais.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia.** Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2005.
- BRUSEKE, Franz Josef. **O Problema do desenvolvimento sustentável.** In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: 3ª Ed. Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 2001a.
- BURCKART, Hans. **Desenvolvimento Sustentável e gerenciamento empresarial: elementos para um novo paradigma de gestão.** In: BRUNI, Luigino. (org.) **Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões.** Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 67-87.
- BURKARD, Hans. **Gerenciamento sustentável.** In: BARAUNA, Márcia (Coord.). ANAIS do Bureau Internacional da Economia e Trabalho: **Economia de Comunhão e Movimento Econômico: desenvolvimento e perspectivas.** Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2000, p. 67-78.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.

CAVALCANTI, Clóvis. **Sustentabilidade da Economia: Paradigmas alternativos de realização econômica**. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: 3ª Ed. Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 2001a, p. 153-174.

_____. **Celso Furtado e o mito do desenvolvimento**. Nº 104/Março/2001b) (on line). Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/tpd/104.html>>. Acesso em: 2 junho 2005.

CETESB. **Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental**. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/ambiente/prevencao_poluicao/download/casos2003/caso23.pdf>. Acesso em: 21 junho 2005.

COSTA, Rui; et al. **Economia de Comunhão: Projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha**. São Paulo: 2ª Ed. Cidade Nova, 1998.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis – RJ: 23º Ed. Vozes, 2004, p. 51-66.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, desemprego, Estado e futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ECONOMIA DE COMUNHÃO – **Uma nova cultura**. Suplemento da Revista Cidade Nova. Ano IX Nº 2 – maio 2003, p. 9. Suplemento da Revista Cidade Nova, Ed. Cidade Nova – SP.

_____. **Experiências de empresas**. Cultura de trabalho e dignidade dos trabalhadores. Experiência da Femaq S.A. (on line). Disponível em: <<http://www.focolare.org/br/>>. Acesso em: 27 junho 2005.

_____. **O que é a Idéia?**. Disponível em: <<http://www.edc-online.org/testi-PDF/edc-2004.pdf>>. Acesso em: 5 junho 2005

FRANCO, Domingos Dirceu. **Desenvolvimento sustentável no contexto do desenvolvimento econômico e a contribuição da Economia de Comunhão**. In: BRAUN, Miriam B. Scheneider (Coord.) - ANAIS do IV ECOPAR – Encontro de Economia Paranaense, realizado no período de 03 e 04 de novembro de 2005, Toledo – Paraná / Cascavel-PR: Coluna do Saber, 2005. 20 p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEMBECK, Glória. **Na Economia de Comunhão, empresários compartilham lucros e dignidade**. Jornal de Londrina, Londrina, 17 nov. 2005. Caderno Estilo, p. 4-5.

GONCALVES, Heloísa Helena A. Borges Quaresma. **Os resíduos sólidos de uma empresa de Economia de Comunhão**. Simpósio de Engenharia de Produção. 10-12 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.simpep.feb.unesp.br/anais10/gestaoambiental/arq03.PDF>>. Acesso em: 23 junho 2005.

GONCALVES, Heloísa Helena A. Borges Quaresma e LEITÃO, Sérgio Proença. **Empresas da Economia de Comunhão: o caso Femaq**. RAP - Revista de Administração Pública. FGV-Rio de Janeiro, N° 35. V. 6. nov-dez. 2001, p. 33-59.

GUI, Benedetto. **Organizações produtivas com finalidades ideais e realização da pessoa: relações interpessoais e horizontes de sentido**. In: BRUNI, Luigino. (org.) Economia de Comunhão : Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 111-127.

KIPERSTOK, Asher & MARINHO, Maerbal (2001). **O desafio desse tal de desenvolvimento sustentável: o programa de desenvolvimento de tecnologias sustentáveis da Holanda**. (on line). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/analise_dados/pdf/popambient_2/pag_221.pdf>. Acesso em: 10 maio 2005.

LUCCAS, Jaime. **Atenção, Pode faltar água**. Revista Cidade Nova, Agosto de 2000, p.16-18.

LUBICH, Chiara. **Economia de Comunhão: História e profecia**. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

MALTA, Cynthia. **Um modelo alternativo de crescimento**. Jornal Valor Econômico. Ed. N° 1089, 03 set.2004.

MARTINS, José Pedro. Rio+10 ou Rio-30?: Seminário **expõe divergências da comunidade científica sobre Johannesburgo**. (on line). Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2002/unihoje_ju199pag5a.html>. Acesso em: 21 maio 2005.

MASCHIO, Alan. **Justiça social deve acompanhar satisfação com consumo**. Folha de Londrina, Londrina, 16 ago.2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ: 23° ed. Vozes, 2004.

MULLER, Mary Stela e CORNELSEN, Julce Mary. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. Londrina: 5° Ed. Atual. Eduel, 2003.

NUNES, Rizzato. **Manual da monografia: Como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese**. São Paulo: 4ª Ed. Saraiva, 2003.

PINHEIRO, Márcia Baraúna. **Economia de Comunhão: Uma experiência peculiar de economia solidária**. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: 2ª Ed. Contexto, 2003, p. 333-351.

RAMPAZZO, Sônia Elisete. **A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico.** In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade. Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 2001, p. 157-188.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia:** A mais completa obra sobre o assunto já publicado no Brasil. São Paulo: Best Seller, 2003.

SINGER, Paul. **Economia solidária:** um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: 2ª Ed. Contexto, 2003, p. 11-28.

SORGI, Tommaso. **A cultura do dar.** In: COSTA, Rui; et al. Economia de Comunhão: Projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. São Paulo: 2ª Ed. Cidade Nova, 1998, p. 31-68.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: 4º Ed. Atlas, 1999.

SOUZA, Okky de. **O calor que ameaça a vida.** Revista Veja, Ed. 1893, No. 08, 23 de fevereiro de 2005, p. 62-67.

STAHEL, Andri Werner. **Capitalismo e entropia:** Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: 3ª Ed. Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 2001a, p. 104-127.

TORTELLI, Armando. **Depoimentos:** Prodiel Farmacêutica Ltda. In: BARAUNA, Márcia (Coord.). ANAIS do Bureau Internacional da Economia e Trabalho. 1999: Economia de Comunhão e Movimento Econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2000, p. 150-154.

ZAMAGNI, Estefano. **Um imprescindível investimento em cultura.** Revista Cidade Nova. Vargem Grande Paulista, V.1-2, jan.-fev. 1999, p. 23.

_____. **Algo de novo no cenário econômico.** Revista Cidade Nova. Vargem Grande Paulista, V.10, out. 2001, p.20-23.

APÊNDICE

APÊNDICE - Questionário da Pesquisa de Campo**Empresa: FEMAQ - Fundação, Engenharia e Máquinas S/A**

- 1) A utilização de tecnologias adaptadas à redução da poluição ambiental, como a reciclagem de resíduos e tratamento de despejos (lixos e substâncias poluentes nos rios), fazem parte da política de atuação da Femaq? Como ela tem contribuído de uma maneira direta ou indiretamente para a proteção ambiental?
- 2) Chiara Lubich, idealizadora do Projeto Economia de Comunhão, fala que “as empresas da EdC devem reservar grande atenção ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo”. Dentro destes pressupostos e dado a atividade da Femaq, que tem uma ligação direta com o meio ambiente no aspecto da eliminação de poluentes, a empresa realizou ou tem realizado recentemente algum investimento considerável visando a proteção ambiental e a implantação de tecnologias menos poluentes?
- 3) Visto que a criação de empregos, é apontado como um meio potencial de inclusão social, de que forma a Femaq tem contribuído para a criação de postos de trabalho? Após aderir ao projeto da EdC, qual tem sido a verificação em relação à variação do quadro de funcionários e como a Femaq avalia estes resultados?
- 4) Qual a contribuição da Femaq para a redução da pobreza, dentro dos pressupostos do projeto Economia de Comunhão?
- 5) O que impulsiona a Femaq a aderir à nova cultura que é típica da EdC e tão requerida para o êxito do desenvolvimento sustentável, no que concerne à busca de uma nova mentalidade que esteja voltada à cultura do “partilhar” e do “preservar”, em vez do “ter” e “explorar”, que tem levado à gritante concentração de renda, ao aumento das disparidades sociais e à crescente degradação ambiental?
- 6) Quais os principais fatos significativos ou reconhecimentos conferidos à Femaq, quer sejam através dos funcionários, concorrentes, Estado e outros organismos, que podem ser vistos como reflexos da atuação da Cultura da EdC?

- 7) A busca de uma nova mentalidade contra o consumismo desenfreado, que tende a gerar desarmonia a nível social e ambiental, faz parte dos pressupostos da ONU para um desenvolvimento sustentável. Sendo protagonista da “Cultura da Partilha” com seus valores inerentes, qual a visão da Femaq, seja a nível pessoal de seus diretores e de conscientização, acerca de uma nova mentalidade contra o consumismo desenfreado? Qual a experiência que a Femaq tem realizado neste campo?